



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA – PPGMuseu**

RITTA MARIA MORAIS CORREIA MOTA

**LOUÇAS VIDRADAS: DE PORTUGAL PARA O CEMITÉRIO DE
NAZARÉ-BA**

Salvador
2020

RITTA MARIA MORAIS CORREIA MOTA

**LOUÇAS VIDRADAS: DE PORTUGAL PARA O CEMITÉRIO DE
NAZARÉ-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do grau de Mestre em Museologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Joseania Miranda Freitas.

Salvador
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

M917 Mota, Ritta Maria Morais Correia.
Louças vidradas: de Portugal para o cemitério de Nazaré-Ba. – 2020.
130 f.: il.
Orientadora: Profa. Dra. Joseania Miranda Freitas.
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia,
Salvador, 2020.
Inclui apêndices.
1. Arte Decorativa 2. Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos (Nazaré, BA). 3.
Faiança portuguesa. 4. Fábrica Carvalhinho. I. Freitas, Joseania Miranda. II.
Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.
CDU: 738.22

Elaboração (Resolução CFB nº 184/2017):
Ana Lúcia Albano, CRB-5/1784

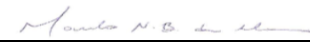
RITTA MARIA MORAIS CORREIA MOTA

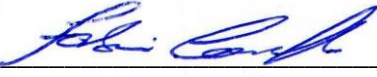
**LOUÇAS VIDRADAS: DE PORTUGAL PARA O CEMITÉRIO DE
NAZARÉ-BA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Museologia, Programa de Pós-Graduação em Museologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia,

Aprovada em 17 de dezembro de 2020

Joseania Miranda de Freitas – Orientadora 
Dr.^a em Educação pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha 
Dr. em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP,
Brasil.
Universidade Federal da Bahia

Fabiana Comerlato 
Dr.^a em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS-
RS, Brasil.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
 COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA
 PPGMUSEU - UFBA
 Estrada de São Lázaro, 197, Federação. Salvador/Bahia
 CEP 40.210-730 Tel. (71) 3283-6445
 ppgmuseu@ufba.br



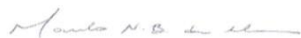
ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Às 09:00 horas do dia 17 de dezembro de 2020, em sessão pública realizada na Plataforma Mconf (RNP), na Sala de Reuniões Virtuais do PPGMuseu/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), deu-se início a apresentação, defesa e julgamento da dissertação realizada pela mestranda Ritta Maria Moraes Correia Mota, aluna da Linha de Pesquisa 1 do Mestrado em Museologia – PPGMuseu, desta Universidade. O trabalho, intitulado: *“Louças vidradas: de Portugal para o Cemitério de Nazaré-BA”* foi avaliado pela banca composta pela Prof^ª. Dr^ª Joseania Miranda Freitas – PPGMuseu/UFBA, orientadora da mestranda, pelo Prof^º Dr. Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha - PPGMuseu/UFBA e pela Prof^ª Dr^ª Fabiana Comerlato - UFRB. Após a abertura dos trabalhos, a mestranda deu início a apresentação de seu trabalho, tendo trinta minutos para a sua explanação. Em seguida, foram iniciadas as arguições dos membros da banca, em tempo estipulado de vinte minutos para cada um, com o mesmo tempo destinado para as respostas da mestranda. Após esta etapa da sessão, a banca reuniu-se em separado para deliberar sobre o resultado da avaliação, divulgando, em seguida, a sua deliberação para a mestranda e público presente, indicando a APROVAÇÃO da mestranda. Ao final da sessão, foi lavrada esta ata, que após leitura, será assinada pela mestranda e pelos membros da banca e demais presentes. Salvador, 17 de dezembro de 2020.


 Joseania Miranda Freitas

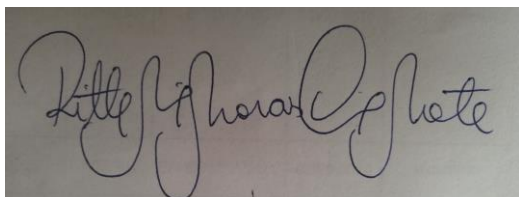
Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª Joseania Miranda Freitas – (PPGMuseu/UFBA)



Parecerista 1: Prof^ª Dr^ª Fabiana Comerlato – (UFRB)



Parecerista 2: Prof^o Dr^o Marcelo Bernardo Nascimento da Cunha – (PPGMuseu/UFBA)



Mestranda Ritta Maria Moraes Correia Mota

À Nossa Senhora Aparecida,
intercessora nesta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Quando encontramos anjos o caminho é mais tranquilo, a agonia é suavizada pelos olhares amorosos, o desejo de desistir é inexistente, as palavras de encorajamento nos renovam e nos fazem renascer das cinzas.

Agradeço a Deus pelo tanto de anjos e por esta oportunidade ímpar. Foram pouco mais de dois anos de muito aprendizado. A certeza de que sairia mais forte, mais consciente e, principalmente, mais segura para seguir o meu caminho profissional.

Uma trajetória marcada pela museologia. Meu primeiro emprego foi como assistente da museóloga Rita Andrade, no Museu Náutico da Bahia. Nessa instituição obtive alguns conhecimentos sobre as práticas museológicas: uma temporada na pesquisa, uma temporada na documentação, outra nas exposições, uma outra dando suporte à administração. Um caminho que por anos me levou a conhecer a conservação-restauração e a ter certeza quanto à trajetória profissional, daí ter buscado em Ouro Preto-MG os ensinamentos para me tornar uma Restauradora.

Anos depois, como técnica em restauração do Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), fui presenteada com o convívio diário com os professores e discentes da graduação em Museologia da UFRB. Nesse ambiente recebi o incentivo, o encorajamento para desenvolver este estudo acadêmico. Obrigada ao professor Luydhy Fernandes e às professoras Suzane Pepe e Sabrina Damasceno. Um agradecimento muitíssimo especial aos queridos Carlos Costa e Fabiana Comerlato, pelas palavras, pelos livros e por tanto apoio nestes meus anos de Cachoeira. Guardo-os em meu coração, junto com Julinha!

Um agradecimento especial aos meus colegas do CAHL, em especial: Claudinha, Marina, Moisés, Estefânia, Ozana e Su. Meu baby acadêmico, nasceu!! rsr

No PPGMuseu, mais um presente, dessa vez, minha querida orientadora - Professora Joseania Freitas - que com seu profissionalismo conduziu-me suavemente neste processo de escrita que, para mim, foi um parto. Nesses dois anos de convívio, percebi como um professor que ama seu trabalho faz a diferença na vida de uma aluna verde e sedenta pelo aprendizado. Obrigada Jô, sua didática regada por muita paciência, compreensão, puxões de orelha... foram fundamentais para o meu crescimento. Sem palavras para expressar tanta gratidão. Tenha certeza de que és um grande exemplo.

Agradeço aos professores do PPGMuseu, fundamentais nesse processo de aprendizado. Agradecimento especial ao prof. Marcelo Cunha, que tanto contribuiu nesse processo, realizando uma visita técnica e, questionando pontos relevantes para este estudo.

Agradeço a Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, pelo apoio, estando sempre de portas abertas para as pesquisas acadêmicas.

Por tratar de uma pesquisa que dialoga com o além-mar, faço um agradecimento muito especial, ao pesquisador Francisco Queiroz, que gentilmente respondeu meus e-mails, enviando teses e publicações portuguesas, estreitando o caminho Brasil x Portugal.

Ao G7 (Anaylton, Ângelo, Eliene, João Goulart, Larissa Saldanha, Lílian Bastos), meus queridos colegas de turma, hoje grandes amigos acadêmicos. Agradeço pelos olhares, pelo apoio, pelas críticas, pelo riso... por dividirem comigo livros, textos, ansiedades, dúvidas, vinhos, cervejas e muito, muito, muito riso. Vocês foram imprescindíveis nessa

caminhada. Avante G7! Obrigada, também, à querida Fabíola, sempre lembrada em nossas rodas de conversas.

Aos queridos colegas do Memorial da Medicina Brasileira, agradeço pelo apoio e incentivo. Deu certo. Acabou. Agora sou Memorial (meu mais novo amorzinho profissional).

Agradecimento mais que especial aos amores de minha vida, minha base: painho (Val), mainha (Fátima) e meus irmãozinhos (João Paulo e Damião). Muitas vezes, mesmo sem entender absolutamente nada, me disseram palavras de força e coragem. Conseguimos! À minha amada Vó Terezinha (*in memorian*). Sinto sua presença no soprar dos ventos que me conduzem.

Obrigada, também, às minhas tias (os) e primos (as) pelos olhares de incentivo.

Aos amigos (as) de infância (Mi, Jheu, Mila e Roque) e às amigas que a vida me apresentou nestes últimos anos, agradeço por me ajudarem a oxigenar o cérebro nos botecos da Bahia, ouvindo minhas questões acadêmicas, perguntas que contribuíram com o desenrolar da escrita. Gratidão especial a Ana Carolina Neves e Ana Lucia Albano. As Ana's que tanto amo e que ouviram meus lamentos, diluíram meus conflitos e estiveram sempre dispostas a ler o texto e a contribuir com este trabalho.

Por fim, e não menos especial, agradeço a Bebel Nepomuceno que muito colaborou na correção desta escrita.

As coisas têm peso, massa,
volume, tamanho, tempo, forma,
cor, posição, textura, duração,
densidade, cheiro, valor,
consistência, profundidade,
contorno, temperatura, função,
aparência, preço, destino, idade,
sentido. As coisas não têm paz.

ANTUNES, Arnaldo; GIL, Gilberto. **As coisas**, 2006

MOTA, Ritta Maria Morais Correia. Louças vidradas: de Portugal para o cemitério de Nazaré-Ba, p. 130. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Museologia PPGMuseu) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseu), teve como foco o estudo de quatorze vasos de louças portuguesas que compõem a decoração do corredor central da ala mais antiga do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, em Nazaré-Bahia. Trata-se de um estudo sob o prisma da cultura material, que através da pesquisa bibliográfica, documental e de campo buscou identificar a materialidade, analisar significados, reconhecer histórias e contextos que estão atrelados à importação desses vasos de louça vidrada e suas relações históricas, políticas, econômicas e sociais nessa cidade do Recôncavo, considerada referência na produção com argila, polo cerâmico do Estado da Bahia. Traz uma abordagem histórica sobre Nazaré e suas identificações enquanto cidade do rio Jaguaripe, cidade das farinhas e polo de olarias, pontuando a posição geográfica estratégica que contribuiu no seu desenvolvimento político e econômico, resultando em influências da metrópole, como a criação da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré. Ao estudar a técnica de vidrar a cerâmica optou-se por realizar uma revisão bibliográfica sobre a evolução técnica utilizando a argila como suporte principal, identificando-a como marca histórico-cultural do ser humano sobre a terra. Ao abordar especificidades técnicas do vidrado, adotou-se um caminho metodológico apoiado nos estudos decoloniais, por meio de abordagens históricas acerca da trajetória da técnica de vidrar a louça, apresentada a partir de estudos nacionais e internacionais que pontuam a ocupação do continente europeu no século VII e as relações culturais estabelecidas com os povos árabes e seu fazer cerâmico. Construiu-se, também, uma análise histórica sobre a fábrica Carvalhinho - marca registrada em doze dos quatorze vasos - evidenciando-se predominância desse centro fabril no comércio de louças vidradas e porcelanas portuguesas. Por fim, trazemos reflexões acerca dos caminhos encontrados nesta dissertação e as relações estabelecidas por meio dos quatorze vasos de louça.

Palavras-chave: Arte Decorativa; Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos (Nazaré, BA); Faiança portuguesa; Fábrica Carvalhinho.

ABSTRACT

This research, conducted at the Post Graduate Program of Museology (PPGMuseu), focused on the study of fourteen Portuguese vases that make up the decoration of the central corridor of the oldest wing of the Cemetery Nosso Senhor dos Aflitos in the city of Nazareth in Bahia (Brazil). This study privileges the prism of material culture and through bibliographic, documentary and field research sought to identify materiality, to analyze meanings and to recognize stories and contexts linked to the import of the glazed pots and their historical, political, economic and social relations in that city of Recôncavo Baiano that is reference in clay's pottery making. The region of Recôncavo is known as a ceramic pole of Bahia State. This study also brings a historical approach to the city of Nazaré and its identifications as a producer of manioc flour and clay's pots and a city integrated on Jaguaripe River. Its strategic geographical position contributed to its political and economic development, resulting in influences from the metropolis, such as the creation of Santa Casa da Misericórdia de Nazareth. Studying the technique of glazed ceramics required a bibliographic review on the evolution of ceramic technical and the identification of its historical-cultural mark in the development of human being on earth. In addressing the technical specificities of glazing, a methodological approach was adopted based on decolonial studies and historical approaches on the trajectory of the technique of enameled ceramic, presented from national and international studies that punctuate the occupation of the European continent in the Seventh century and the cultural relations established with the Arab peoples and their ceramic work. A historical analysis was also built on the Carvalhinho factory - a registered trademark on twelve of the fourteen glazed vessels - showing the predominance of this manufacturing center in the Portuguese glassware and porcelain trade. Finally, we bring reflections on the paths found in this dissertation and the relationships established through the fourteen pots of crockery.

Keywords: Decorative Art; Cemetery Nosso Senhor dos Aflitos-Nazaré/Ba; Glazed crockery; Portuguese faience; Carvalhinho Factory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Vaso em louça. Entrada da capela do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos.	26
Figura 2 Vaso com brasão da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré. Datação 1863.	27
Figura 3 Planta da Capela do Nosso Senhor dos Aflitos. Fonte: IPAC-BA: Inventário de proteção do acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo. II parte. 1982, p. 261	29
Figura 4 Modelagem da argila com torno. Disponível em: https://hah.life/video/yK3nWsHL1j2U/-/Vasos%20em%20argila Acessado em: 28/01/2019.....	40
Figura 5 Modelagem da argila em rolo. Disponível em: http://apoenaceramica.blogspot.com/2011/08/oficina-de-ceramica-para-criancas.html Acessado em: 28/01/2019.....	41
Figura 6 Vaso cerâmica da cultura Moche -Peru. Século IV a VI. Acervo Museu Metropolitan. Disponível em: https://www.metmuseum.org/toah/works-of-art/1983.546.4/	42
Figura 7 Exército em Terracota. Disponível em: https://www.vigoenfotos.com/china/xian_guerreros_terracota_1_1.pt.html . Acessado em: em: 28/01/2019.....	43
Figura 8 Vaso Marajoara. Disponível em: http://www.encantocaboclo.com.br/2011/07/ceramica-marajoara.html Acessado em: 28/01/2019.....	44
Figura 9 Proximidade do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos ao centro histórico de Nazaré. Fonte: IPAC-BA: Inventário de proteção do acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo. II parte. 1982, p.262.....	54
Figura 10 Municípios e freguesias do século XIX. Fonte: Barickman, 1958, p. 40	56
Figura 11 Localização de Nazaré no Google Maps, adaptado pela autora as identificações de: 1.Nazaré, 2. Jaguaripe, 3.Maragogipinho, 4. Barra do Paraguaçu, 5 Ilha de Itaparica, 6 Salvador. Acessado em 05/12/2018.....	58
Figura 12 Vaso de água, decoração em flores em alto relevo. Fonte: Iacua Simões, 2016.	67
Figura 13 Moringa pintada com tabatinga. Foto: Iacua Simões, 2016.....	69
Figura 14 Pintura feita com tauá. Foto: Iacua Simões, 2016.....	69
Figura 15 Comércio flutuante. Disponível em: http://historiadeverdade1.blogspot.com/2012/04/os-saveiros-de-pierre-verger.html Acessado em: 28/01/2019.....	70
Figura 16 Ala de enterramento no Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos. Foto: Ritta Maria Mota.....	76
Figura 17 Vista do meio da ladeira, local de acesso à ala mais antiga do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos. Foto: Ritta Maria Mota.....	77
Figura 18 Conjunto de bancos, decorados com a técnica do embrechado. Foto: Ritta Maria Mota.....	78
Figura 19 Conjunto de bancos, decorados com a técnica do embrechado. Foto: Ritta Maria Mota.....	78
Figura 20 Conjunto de bancos e parte superior da carneira coletiva, decorados com a técnica do embrechado. Foto: Ritta Maria Mota.....	79
Figura 21 Detalhe da técnica de embrechado da carneira coletiva.....	79

Figura 22 Detalhe da técnica de embrechado do banco. Foto: Ritta Maria Mota	80
Figura 23 Identificação das partes do vaso. Foto: Maria Ritta Almeida, 03/10/2018.	81
Figura 24 Disposição das louças brasonadas no Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos. Fonte: Maria Ritta Almeida, 03/10/2018.....	82
Figura 25 Disposição das louças fitomorfas no Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos. Fonte: Maria Ritta Almeida, 20/06/2020.....	83
Figura 26 Vaso em louça, decoração fitomorfo. Foto Ritta Maria Mota	84
Figura 27 Vaso em louça, decoração brasonado. Foto: Ritta Maria Mota	85
Figura 28 Decoração em flores e formato em “alça”, vaso em louça brasonado. Foto: Ritta Maria Mota	87
Figura 29 Detalhe da pintura do Brasão. Foto: Ritta Maria Mota	88
Figura 30 Detalhe da decoração do vaso em louça. Foto: Ritta Maria Mota	89
Figura 31 "Carvalhinho" pintado na base do vaso. Foto: Ritta Maria Mota.	90
Figura 32 "Porto" pintado na base do vaso. Foto: Ritta Maria Mota.	90
Figura 33 "1863" pintado na base do vaso de louça. Foto: Ritta Maria Mota.....	90
Figura 34 Registro informação das bases dos vasos. Fonte: Elaboração da autora.....	91
Figura 35 Registro informação dos copos dos vasos. Fonte: Elaboração da autora.....	93
Figura 36 Cidade de Nazaré. Imagem adaptada pela autora, a identificação 1 indica Cemitério Nosso senhor dos Aflitos. 2. Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré. Disponível em: http://varelanoticias.com.br/wp-content/uploads/2015/08/PanDaniloBorges.jpg	94

LISTA DE ABREVIATURAS

ABI	Associação Baiana de Imprensa
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
BPEB	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
CAHL	Centro de Artes Humanidades e Letras
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
LADA	Laboratório de Documentação e Arqueologia
PPGMuseu	Programa de pós-Graduação em Museologia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	LOUÇAS VIDRADAS: SOB O PRISMA DA CULTURA MATERIAL	23
2.1	ARGILA: DO SECAR AO SOL À EVOLUÇÃO TÉCNICA.....	38
2.2	LOUÇA VIDRADA.....	45
3	LOUÇAS PORTUGUESAS PARA O CEMITÉRIO DE NAZARÉ - RECÔNCAVO DA BAHIA	54
3.1	NAZARÉ DO JAGUARIBE, DAS FARINHAS E DAS OLARIAS.....	59
3.2	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE NAZARÉ E A CRIAÇÃO DO CEMITÉRIO NOSSO SENHOR DOS AFLITOS.....	71
3.3	CONJUNTO DE LOUÇAS FITOMORFAS.....	83
3.4	CONJUNTO DE LOUÇAS BRASONADAS.....	85
3.5	FÁBRICA CARVALHINHO.....	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	FONTES	106
	REFERÊNCIAS	106
	APÊNDICE A - DISPOSIÇÃO ARQUITETÔNICA NO CEMITÉRIO NOSSO SENHOR DOS AFLITOS	111
	APÊNDICE B - DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA	112
	APÊNDICE C - ESTUDO DA COR BRANCA	128
	APÊNDICE D - ESTUDO DA COR AZUL	129

1 INTRODUÇÃO

Há cerca de 10 anos minha vida profissional ganhou novos rumos e desabrochou em uma vivência prazerosa no exercício da conservação-restauração de bens móveis. Essa nova trajetória teve início no Museu Náutico da Bahia, em Salvador, com o restauro do acervo de cerâmica e louça vidrada, proveniente do naufrágio, em 1668, do Galeão Sacramento. Era o começo da minha vida de conservadora-restauradora e, também, da minha admiração pelos objetos em cerâmica, algo que se consolidou com o desenvolvimento desta pesquisa.

Em 2016, atuando como servidora técnica em Restauração da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), lotada no Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), fui apresentada ao grupo de pesquisa “Recôncavo Arqueológico”. Este grupo vem estabelecendo relações entre patrimônio e a sociedade, identificando e promovendo o diálogo nas cidades do Recôncavo baiano, tendo como uma das linhas de atuação os estudos cimiteriais, campo em desenvolvimento no Brasil. O “Recôncavo Arqueológico” já mapeou os cemitérios de Cachoeira, São Félix, Conceição do Almeida, São Felipe e Nazaré¹.

Em 2017, em atividade de campo no Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Nazaré-Ba, a professora Dra. Fabiana Comerlato² e discentes de Museologia identificaram fragmentos de um dos vasos que compõem a decoração do corredor central do cemitério. Pensando na preservação do objeto e a possibilidade de trabalho de conservação, a docente propôs a instituição a coleta e transporte dos fragmentos para o Laboratório de Documentação e Arqueologia (LADA), do CAHL, algo atípico nas atividades de campo. Para este objeto, objetivou a possibilidade de estágio curricular em conservação com os estudantes de Museologia, sob minha orientação e de outros docentes.

¹Para conhecer um pouco mais sobre o trabalho realizado pelo grupo Recôncavo Arqueológico no Laboratório de Documentação Arqueológica (LADA), consultar o e-book “Arqueologia e Patrimônio Cultural da UFRB: 10 anos de pesquisas (2008-2018)”. Nesta publicação há o artigo “Atuação da conservação –restauração arqueológica no laboratório de documentação e arqueologia”, referente ao trabalho de conservação realizado no LADA que inclui as práticas desenvolvidas com o vaso de louça vidrada do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Arqueologia_e_Patrim%C3%B4nio_Cultural_na_UF.html?id=TF_eDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acessado em: 31/07/2020.

²Docente do curso de Museologia do CAHL/UFRB, líder do grupo Recôncavo Arqueológico.

Como metodologia para condução do trabalho de Conservação-Restauração, no LADA, foram feitas pesquisas, documentação fotográfica, exames e testes químicos, visando orientar os estudantes para práticas seguras e o respeito pela originalidade da obra. No trabalho com os fragmentos do vaso foi necessária uma pesquisa de campo *in loco* a fim de se conhecer o espaço no qual inseria-se o vaso e dialogar com a Santa Casa de Misericórdia de Nazaré sobre as possibilidades do trabalho e estudo do ambiente, com vistas à adoção de metodologia coerente com pesquisa em cemitério.

Em visita ao Cemitério de Nazaré atentou-se para a necessidade de pensar a preservação do lugar e dos objetos, para além da prática de conservação-restauração de apenas um vaso de louça. Tratava-se da discussão do espaço com análise mais aprofundada, estudo que contribuísse com a preservação do lugar. Assim, a partir dessa inquietação, foi pensado o projeto de pesquisa “Musealização do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Nazaré-Ba”, para o Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseu) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

No primeiro semestre do PPGMuseu fomos ao cemitério, juntamente com a Prof^a Dr^a Joseania Freitas e o Prof. Dr^o Marcelo Cunha, que propuseram reflexões sobre o que me levava ao cemitério de Nazaré: sua beleza, o estado de conservação, a importação dos vasos portugueses instalados em um cemitério do interior da Bahia. Foi o início da minha percepção quanto à possibilidade de construir um trabalho tendo as louças como elemento principal de estudo, dissociado da ideia de estudos cemiteriais como centro, focando a pesquisa na micro-história com atenção aos vasos em louça como elementos da cultura material que proporcionam uma análise do contexto macro de Nazaré e da Bahia.

Tal discussão foi aprofundada nas aulas do PPGMuseu e nos encontros de orientação com a prof. Joseania Freitas, nos quais discutíamos sobre o objeto de estudo. Com muita astúcia, ela questionava-me sobre Nazaré, cidade considerada polo cerâmico da Bahia e sobre a importação dessas louças europeias, aspectos que me inquietaram e me trouxeram a esta pesquisa no PPGMuseu.

O estabelecimento de um processo dialógico foi fundamental para construção deste trabalho. Houve uma mudança na minha forma de perceber o objeto de estudo, vendo-o para além de flores decorativas, agregando uma percepção biográfica dos objetos, suas relações históricas, discussão social, tendo como aporte teórico os estudos de cultura material.

Concomitantemente às reflexões sobre a pesquisa e o fazer museológico, cursar a disciplina Tirocínio Docente³ e atuar como tirocinante em Arte Decorativa⁴ foi mais um fator decisivo no desenvolvimento desta dissertação. Descortinou-se a possibilidade de mais uma abordagem discursiva, com o trabalho trazendo uma contribuição para a museologia através da análise terminológica da técnica de vidrar a louça com estanho ou chumbo. Um exercício de descolonização do olhar sobre trajetórias historicamente pré-estabelecidas, contribuindo para os estudos da temática, pautada em abordagem em torno das construções históricas e sociais. Um estudo que buscou explorar o percurso milenar da fabricação da louça vidrada.

Para a cientista social Rosane Pezzodipane (2013, p. 88) descolonizar implica “[...] ruptura com a história única sustentada pelas metanarrativas que legitimaram as ideologias do processo de civilização, naturalização e dominação do homem pelo homem”. Uma reflexão sobre objetos como testemunhos de novas narrativas a serem construídas, desconstruindo a história que privilegia apenas os dominadores, provocando novos olhares. Um discurso sem exclusão, buscando superar binarismos (colonizado x colonizador), para abarcar a diversidade de informações que os objetos são capazes de transmitir. Assim, o discurso (des)colonial nesta pesquisa, primeiro emerge com a introdução de aspectos riquíssimos da história e da cultura de povos árabes, há séculos silenciados nas narrativas europeias, que identifica a louça vidrada como “faiança portuguesa”, denominação cristalizada nas identificações de muitos museus e/ou instituições culturais do Brasil.

Para o desenvolvimento deste estudo museológico, procedeu-se à pesquisa bibliográfica, de campo e documental. Com a pesquisa bibliográfica buscou-se analisar a trajetória histórica da técnica de vidrar a louça, utilizando estudos nacionais e internacionais que se preocuparam com a discussão histórica acerca da ocupação de regiões do continente europeu, no século VII, por povos do oriente. Esse contexto histórico é relevante para este estudo por assinalar uma intensificação nas relações culturais entre os povos, com o entrelace cultural que resultou na disseminação do fazer cerâmico e sua técnica de vidrar a louça. Na opção por tal abordagem, identificou-se a fragilidade do termo “faiança”, denominação que traz implícita, para as colônias, a ideia de origem europeia de um produto genuinamente oriental.

³ Componente curricular obrigatório do PPGMuseu/UFBA, código FCHJ57, carga horária de 68h.

⁴ Componente curricular do curso de Museologia da UFBA, código FCH335, carga horária 68h, ministrado em 2018.1 pela Profª Drª Joseania Freitas.

Sendo Nazaré uma importante cidade da região do Recôncavo Baiano entre os séculos XVIII até a metade do XX, tornou-se crucial a revisão bibliográfica sobre a região, identificando a importância da criação da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré e, posteriormente, o Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos. Neste contexto histórico buscou-se apontar a importância econômica e cultural da cerâmica para a cidade, entrelaçando os elementos que a caracterizam como Nazaré das Farinhas e Nazaré dos Caxixis.

Com o objetivo de identificar elementos iguais ou semelhantes às louças portuguesas existentes no cemitério, realizou-se pesquisa de campo no centro histórico de Nazaré e no Hospital da Santa Casa de Nazaré, mas, infelizmente, nada foi encontrado. Pensando na similaridade entre as instituições Santa Casa de Nazaré e Santa Casa de Salvador, recorreu-se também à pesquisa de campo no Cemitério Campo Santo, em Salvador. Neste local foram encontrados vasos em louça vidrada, com decoração temática religiosa, sem brasões, organizados na entrada do cemitério, com disposição semelhante ao de Nazaré.

No Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos a pesquisa de campo teve como metodologia a análise espacial, levando em consideração a disposição dos elementos no espaço e o local de criação do cemitério e análise individualizada dos objetos em louça portuguesa, identificando forma, elementos decorativos, símbolos e estado de conservação. Para além da pesquisa de campo, foi feita a pesquisa documental, a fim de analisar contextos, impressões da comunidade e problemáticas da importação, dentre outras possibilidades. Para essa pesquisa foram consultados os arquivos da Santa Casa de Nazaré, o Arquivo Público de Nazaré, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, Cúria de Salvador, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) e Associação Baiana de Imprensa (ABI). A expansão para plataformas eletrônicas envolveu: Biblioteca Nacional Digital, Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal) e o *Family Search do Center for Research Libraries* (Chicago).

A cidade de Nazaré, a partir da segunda metade do século XIX, paulatinamente perdeu sua estabilidade econômica e política, resultando no decréscimo dos interesses empresariais, com substancial redução dos investimentos públicos e privados. Essa instabilidade abalou o reconhecimento de Nazaré na metrópole e região. O título de “porta do sertão”, tão valorizado nos registros históricos, deixou de ter sentido, tornando-se apenas uma lembrança dos tempos áureos da cidade. No entanto, apesar desse

enfraquecimento político, a Santa Casa de Nazaré, instituição de grande prestígio, possivelmente, objetivou demarcar o seu poder através da importação de vasos de louça vidrada de fabricação portuguesa, objetos que foram inseridos como floreiras, compondo a decoração da ala “nobre” do cemitério Nosso Senhor dos Aflitos.

Diante de tal contexto, esta dissertação tem por objetivo a pesquisa desses vasos de louça, século XIX, na perspectiva dos estudos de cultura material, buscando analisar as relações culturais e econômicas imbricadas nessa transação comercial entre uma cidade polo de cerâmica, no Recôncavo Baiano, e a Império Português, assim como o alcance dos entrelaces sociais, políticos e culturais que atravessam a importação desses vasos e a carga histórica de uma produção portuguesa; a vinda destes para a antiga colônia e sua inserção como objeto decorativo do cemitério. Entendemos que é preciso se considerar o provável impacto visual provocado por uma louça vidrada lustrosa em um ambiente cuja população, predominantemente com raízes culturais negras e indígenas, dominava a arte de produzir cerâmica vermelha, porosa e decorada com pigmentos naturais.

O Primeiro Capítulo, “Louças vidradas: sob o prisma da cultura material”, buscou refletir sobre as louças vidradas importadas pelas elites da cidade de Nazaré, examinando-as como documentos históricos, tendo como suporte os estudos de cultura material, que utilizam o objeto ou artefato para compreender as imaterialidades presentes em diversos contextos. O capítulo apresenta uma análise que prioriza abordagens acerca da trajetória da louça, partindo de perspectiva dos estudos arqueológicos, que as identificam e as associam aos primórdios dos seres humanos, com descobertas e desenvolvimento de técnicas para sua subsistência.

A análise levou à compreensão do fazer cerâmico até sua evolução como louça vidrada, tendo em vista a riqueza artística, com as características singulares das regiões que as desenvolveram em diversas culturas. Nesta perspectiva, este estudo adotou como metodologia a revisão bibliográfica de pesquisas nacionais e estrangeiras, visando construir diálogo com os especialistas, enfatizando discussões sobre o processo de disseminação do vidrar a cerâmica, técnica empregada no continente europeu por povos do Oriente durante a expansão religiosa islâmica. No processo de expansão marítima europeia, tal arte foi difundida nas colônias com as denominações de “faiança”, “faiança portuguesa”, “louça de Delf”, “Majólica” ou “Maiólica”.

O Segundo Capítulo, “Louças portuguesas para o cemitério de Nazaré - Recôncavo da Bahia”, traça um panorama geográfico e econômico do Recôncavo Baiano. Região de solo fértil, cortada por muitos rios e riachos, que foi rapidamente povoada e

muito explorada no processo de colonização brasileira, resultando em desenvolvimento urbano e formação de pequenas freguesias, vilas e, posteriormente, cidades, a exemplo de Nazaré. O capítulo, com base em pesquisas bibliográficas e documentais, traz abordagens históricas da cidade de Nazaré, explorando o comércio de farinha de mandioca e o fabrico de produtos cerâmicos seculares que a fizeram famosa. Uma produção arraigada na história da Bahia e que tem como marco festivo, na Semana Santa, a “Feira de Caxixis”, quando oleiros da região se instalam por vários dias no centro de Nazaré, expondo e comercializando seus produtos de fama internacional.

O capítulo destaca a importância histórica, política e social da pequena cidade, que se tornou grandiosa por sua posição geográfica e pela força do rio Jaguaripe, que acalentou a cidade em suas correntezas, fazendo-a crescer, trazendo o vigor da capital baiana e suas relações políticas e culturais com a Metrópole portuguesa. Muito possivelmente, decorreram da influência dessas relações a criação do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, na primeira metade do século XIX - propriedade da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré - e a opção pela decoração com louças portuguesas no corredor central deste cemitério, ponto que encerra a análise desse capítulo.

Por fim, apresenta-se uma síntese sobre possibilidades de estudos que foram sendo desvendadas no decorrer da pesquisa, tais como a análise da mudança do objeto central de musealização do espaço cemiterial para estudo de cultura material por meio dos vasos de louça vidrada, seus significados, contextos históricos e relações políticas, econômicas e sociais presentes no processo de importação dessas peças, contribuindo, assim, com os estudos de história local do Recôncavo Baiano.

2 LOUÇAS VIDRADAS: SOB O PRISMA DA CULTURA MATERIAL

Esta dissertação, que visa contribuir com os estudos de história local do Recôncavo Baiano, foi construída em uma perspectiva que extrapola a materialidade dos quatorze vasos de louça vidrada, importados de Portugal, que decoram o Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, situado na cidade de Nazaré, Recôncavo da Bahia. Uma abordagem que foi além da forma, da cor e da função, ampliando o enfoque para narrativas que, geralmente, estão silenciadas nesses objetos. As análises sobre vasos importados da Europa levaram ao questionamento de aspectos das relações sociais, políticas e econômicas de uma importante cidade do recôncavo baiano, do Brasil colonial e imperial, cujas bases econômica e cultural se assentavam na produção indígena e negra.

Observar características locais e questionar possíveis relações de hierarquização e dominação entre os diferentes segmentos populacionais que vivenciaram o auge e o início do enfraquecimento político e econômico de Nazaré foi ponto chave para construção desta dissertação, que teve como suporte metodológico a pesquisa histórica e o exercício de observação do espaço e seus elementos, analisando as prováveis relações entre os objetos e a sociedade nazarena.

Neste estudo, ao se apreender os vasos como documentos históricos surgiram questionamentos como: Qual a origem dos vasos de louça que decoram o cemitério em Nazaré? Qual a necessidade de se importar objetos europeus para decoração do cemitério de uma pequena cidade do Recôncavo? Por que a compra de objetos em louça vidrada? Quais são as diferenças materiais existentes entre a produção de argila europeia e a produção de argila do Recôncavo Baiano?

Segundo o arqueólogo Paulo Zanetti (1986, p. 128), no período colonial brasileiro, a faiança compunha o cenário doméstico das classes abastadas. Tornou-se um excelente substituto para a porcelana chinesa, técnica que chegou “[...] a valer no século XVII de quatro a doze vezes mais que as faianças, dependendo do artigo, conforme inventários”. Sabendo-se dos valores envolvidos nesse comércio, faz-se necessário perguntar o porquê de uma instituição de caridade investir em tais objetos? O estudo de Daniel Roche (2000, p. 11) foi fundamental na construção de reflexões sobre a historicidade dos emaranhados da vida cotidiana através dos objetos. Roche aponta para compreensão da nossa relação com as coisas, citando mediações provocadas pelos objetos e com o mundo. Essa

perspectiva dos estudos de cultura material contribui com as discussões acerca de entrelaces históricos e culturais estabelecidos pelos objetos.

Os estudos de cultura material têm como foco a interpretação de objetos que colaboram com as construções históricas e desempenham o papel social de provocar interpretações, disseminando conhecimentos. São abordagens que preservam elementos característicos dos objetos e despertam o sentimento de pertencimento ou exclusão de fatos que favorecem a compreensão da história dos percursos da humanidade, através de fatores que são fortalecidos pelo respeito por identidades singulares que demarcam as relações de um povo.

Para a construção desta pesquisa, tendo em vista a materialidade desses vasos, contextos históricos e significados, foi realizada uma seleção de estudos sobre objetos e artefatos, discussões que pontuam as categorias, suas funções, sua importância nas pesquisas através da materialidade sem descartar a imaterialidade presente nesses objetos. Buscou-se entender essas perspectivas, que estão associadas aos estudos de cultura material, trazendo abordagens relacionadas aos estudos museológicos, através da análise do objeto como documento histórico, os contextos invisíveis, sensoriais, valorativos, seus significados que extrapolam as barreiras impostas por determinados contextos, estudos sobre objetos e artefatos, cultura material e a museologia, estudos estes muito bem desenvolvidos por Cristina Bruno (2009), José Reginaldo Gonçalves (2018) e Ulpiano Bezerra de Meneses (1980,1983).

Para Roche (2000, p. 13), as relações criadas pelos objetos não podem ser reduzidas apenas à materialidade nem a instrumentos de comunicação ou distinção social. Recomenda colocá-las “[...] na imbricação de contextos sociais de informações e comunicações que organizam a significação das coisas e dos bens [...]”. Algo que foi desenvolvido neste estudo, por comungar desse raciocínio e por entender a importância da investigação dos objetos, seus percursos e contribuições em determinadas sociedades, que têm como argumento o poder nas expressões humanas, demarcados através de sua carga de singularidade e distinção.

A partir desse enfoque, configuramos a análise inicial da trajetória da louça, do secar ao sol à sua evolução técnica, percorrendo os caminhos trilhados pela cerâmica até o estado de louça vidrada. Um exercício de descolonização do olhar em arte decorativa, baseado em percurso metodológico ancorado em revisão bibliográfica e buscando evidenciar a pluralidade do fazer cerâmico, adotando uma postura crítica com vistas a restabelecer diálogos frente à hegemonia colonialista portuguesa. Esse fazer hegemônico

predominante nos acervos brasileiros, cristalizou o fazer vidrar como identidade portuguesa.

Nossa abordagem metodológica priorizou explicitar a diversidade das matrizes que compõem os acervos cerâmicos, ampliando a compreensão sobre esta técnica, provocando novas interpretações por meio da diversidade proporcionada pela arte decorativa e seu exercício artístico inclusivo que reflete nas práticas que unem a humanidade, abordagem com tratamento e discussão ampliados no artigo “Descolonizando o Olhar em Arte Decorativa: estudo da louça do cemitério Nosso Senhor dos Aflitos em Nazaré, Bahia, Brasil”.⁵ Neste artigo, por meio de uma discussão ainda preliminar, procurou-se provocar revisões acerca de construções históricas eurocêntricas, pautando o processo de fabricação de objetos com argila ao longo do desenvolvimento da humanidade, evidenciando os contributos das relações históricas e sociais da técnica de vidrar a cerâmica. Essa discussão suscitou intenção de estender a investigação neste trabalho, por se tratar de louças importadas a Portugal por região de polo cerâmico da Bahia.

Para tanto, procedeu-se à exaustiva pesquisa documental, em busca de vestígios históricos que informassem sobre a aquisição das louças pela Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, uma vez que a instituição não possuía documentos referentes ao seu passado institucional - o que causou surpresa. A única documentação detida pela instituição é a publicação “Um século de evolução: contribuição histórica 1º de fevereiro de 1831 a 1º de fevereiro de 1931”, uma síntese de cem anos de documentos da Santa Casa de Nazaré, publicada em 1933 e reeditada em 2006, na qual foi possível mapear duas informações, consideradas importantes por possibilitar nortear as pesquisas documentais, ponto explorado no capítulo seguinte.

Os recortes encontrados na síntese histórica contêm a informação que o Provedor, em 25 de maio de 1854, autorizou o pagamento da fatura de 24 jarras de louça e de duas figuras alegóricas, importadas de Lisboa. Em nenhum imóvel da Santa Casa de Nazaré foi identificada a figura alegórica em louça a que o registro faz referência. Quanto às jarras, foram localizadas no cemitério duas louças com características referentes à louça portuguesa, como podemos observar na Figura 1.

⁵ Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa foi publicado, juntamente com a minha orientadora, um estudo sobre as primeiras reflexões acerca da louça vidrada, cujo título é “Descolonizando o Olhar em Arte Decorativa: estudo da louça do cemitério Nosso Senhor dos Aflitos em Nazaré, Bahia, Brasil”. Disponível na Revista Museologia & Interdisciplinaridade, v. 8, p. 125-136, 2019: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/25057/24169>.



Figura 1 Vaso em louça entrada da capela do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos. Foto: Ritta Maria Mota.

O segundo recorte documental registra que a Santa Casa de Misericórdia Nazaré, em 22 de fevereiro de 1864, recebeu comunicação, do porto de Salvador, sobre a chegada de 50 “cacos” com emblema da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré. Essa síntese traz informações mais precisas que induzem pensar tratar-se da importação dos vasos brasonados que decoram o corredor central, como observado na Figura 2.



Figura 2 Vaso com brasão da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, datação 1863. Foto: Ritta Maria Mota.

Apesar da incerteza quanto ao fato de os quatorze vasos de louça serem, de fato, os adquiridos nas importações realizadas em 1854 e 1864, os resumos documentais demonstram que, em apenas uma década, a Santa Casa de Nazaré realizou compras de objetos decorativos em outro continente, provavelmente uma aquisição considerada de grande valor simbólico para a instituição. Esse assunto necessita maiores aprofundamentos, que levem a compreender o poder econômico, as “regalias régias” e a aquisição de tão caras louças importadas por instituições religiosas e de caridade no Recôncavo da Bahia.

Face a ausência de documentos na Santa Casa de Nazaré, procedeu-se a pesquisa no Arquivo Histórico de Nazaré, nada sendo ali encontrado referente à Santa Casa. Diante disso, fez-se necessário direcionar a pesquisa documental para instituições em Salvador.

Ante a falta de informações sobre o destino da documentação da Santa Casa de Nazaré, as buscas concentraram-se, inicialmente, em entidades que tivessem algum tipo de ligação com a instituição. Recorreu-se, também, às instituições de guarda de

documentos oficiais e a arquivos jornalísticos em busca de registros não apenas sobre as louças, mas também com relação ao Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, à Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, e à produção de cerâmica e o comércio em Nazaré e região. Com isso, foram investigados os acervos do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, da Cúria de Salvador, do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), e da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). No entanto, nada substancial foi encontrado.

A Santa Casa de Misericórdia de Salvador esclareceu sobre a independência das Santas Casas de Misericórdia, ou seja, não caberia a ela a guarda dos documentos da instituição de Nazaré. No entanto, como o Cemitério do Campo Santo possui, no corredor de entrada, louças semelhantes às encontradas no Cemitério de Nazaré, procedeu-se à pesquisa documental, objetivando encontrar “caminhos” que demonstrassem o acesso da instituição de Nazaré aos vasos portugueses, tais como possíveis solicitações de compra, recibos de despesas e livros de atas do Campo Santo. Mais uma vez, apesar de intensa e esmiuçadora pesquisa, nada se encontrou sobre as louças.

As pesquisas no arquivo e na biblioteca do IGHB possibilitaram a consulta aos jornais *O Conservador* e *Correio de Notícias*, periódicos publicados em Nazaré já no século XX. Infelizmente, nenhum deles trazia qualquer matéria relacionada ao cemitério e/ou às louças. Em meio à aridez de informações, encontrou-se no IGHB a planta da Capela do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, reproduzida abaixo, na Figura 3.

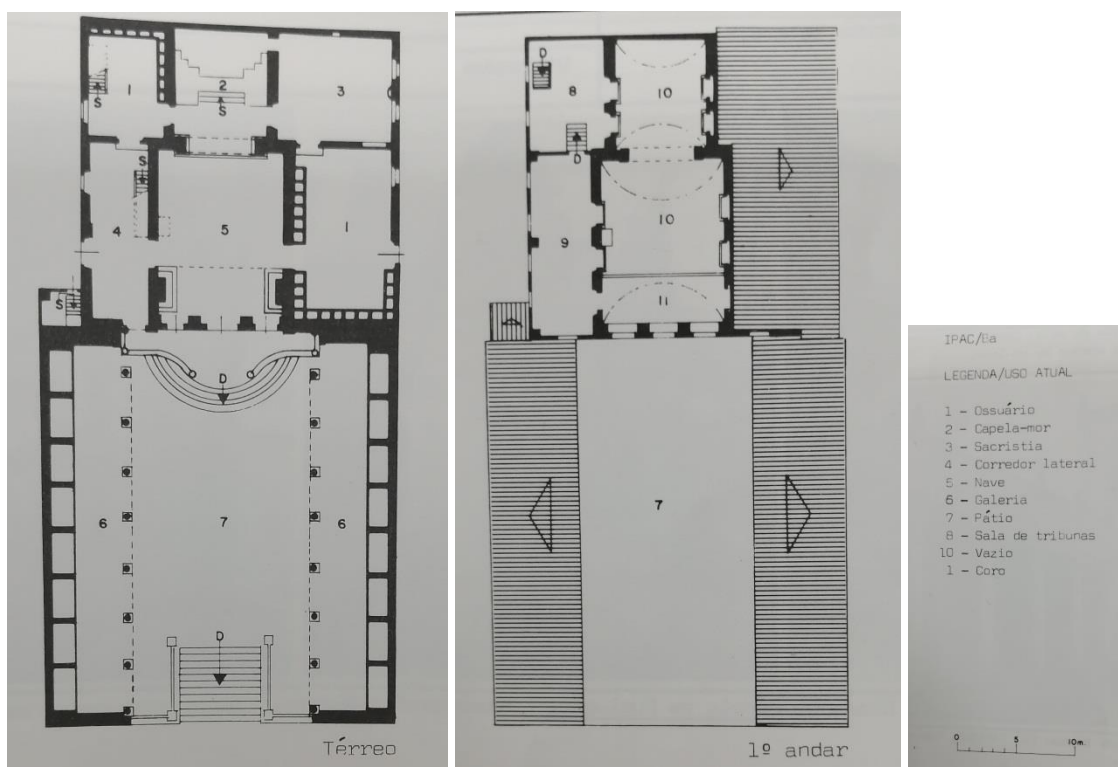


Figura 3 Planta da Capela do Nosso Senhor dos Aflitos. Fonte: IPAC-BA: Inventário de proteção do acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo. II parte. 1982, p. 261

No APEB, o levantamento concentrou-se nas seções Colonial/Provincial, Alfândega e Judiciário, com pesquisas nos livros “Entrada e saída de mercadoria -1853-1863”, “Entrada e saída de miunças – 1862-1863”, “Entrada de Navios estrangeiros – 1852-1853, cargas”, “Notificação de Mercadorias na Alfandega- 1851-1853”, “Despacho de Importação 1853-1854,1863, 1865”, “Termo de entrada de Navios 1864”, “Receita de Importações 1854”, “Registro de despacho de importação 1864”, “Câmara de Nazaré 1837-1849”, “Correspondências recebidas da Santa Casa de Misericórdia 1843-1889”, “Correspondências recebidas de procuradores, administradores... etc. 1852-1854, 1863-1864, 1843-1889”, “Ofícios, atestados, queixas, petições... Nazaré 1831-1885”, “Polícia assuntos diversos 1852-1853,1863-1865”. Na busca, apenas foram encontrados alguns documentos relacionados à compra de vasos de porcelana. Entretanto, nenhum dos registros dizia respeito à Santa Casa de Nazaré ou à cidade de Nazaré, ou mesmo em nome de José Antônio de Oliveira, provedor no ano 1858, ou de Hermano Rodrigues de Couto, provedor em 1861 e 1862, ou de Manoel Teixeira Carvalho Serva, provedor nos anos de 1863 e 1864.

A Biblioteca Pública do Estado da Bahia dispõe em seu acervo de jornais editados em Nazaré, publicados no século XX. Contudo, devido ao péssimo estado de

conservação, o acesso a esses periódicos está suspenso. Não há registros, na Associação Baiana de Imprensa (ABI), de jornais produzidos em Nazaré.

O contato com a Cúria de Salvador resultou na informação de que os documentos relativos à Igreja de Nazaré ficam sob a guarda da Cúria de Amargosa (cidade situada no Vale do Jiquiriça) e que algum tipo de referência, concernente a enterramentos e batismos, muito possivelmente, poderia ser obtida no site <https://www.familysearch.org/>, página oficial dos Mórmons.⁶

Por meios eletrônicos, acessou-se a Biblioteca Nacional Digital, o Arquivo Histórico Ultramarino- Portugal e o *Family Search, Center for Research Libraries – Chicago*.

Na Biblioteca Nacional Digital foram encontrados documentos históricos de Jaguaripe e Nazaré, no que diz respeito à elevação daquela localidade da condição de povoado à vila, bem como sobre comércio e conflitos, dentre outros. No *Family Search*, nos livros de enterramentos, constam informações sobre os sepultamentos dentro da Igreja de Nazaré e em áreas de sua responsabilidade, sem, no entanto, haver menção ao cemitério Nosso Senhor dos Aflitos. Na plataforma *Center for Research Libraries- Chicago* foram encontrados documentos sobre os presidentes da província da Bahia e informações relacionadas a Nazaré, acerca do desenvolvimento urbanístico por meio da construção de ruas, pontes, estradas e rede de esgoto, entre outros. Infelizmente, nada sobre cemitérios.

Nas pesquisas de campo, procurando identificar possíveis relações existentes, também foi feito o exercício de observação do cemitério e de seus elementos de composição, compreendendo o estudo das quatorze louças, seus elementos decorativos e a comunicação no espaço em que tais se encontram inseridas. Esse exercício de campo propiciou analisar o objeto como documento histórico, definido por Ulpiano Bezerra de Meneses (1998, p. 93 e 95) como:

Em nossa sociedade o objeto histórico se caracteriza [...] por sentido prévio e imutável que o impregna, derivando [...] de contaminação externa com alguma realidade transcendental. [...] qualquer objeto pode funcionar como documento [...] o que faz um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre pronta para ser extraída [...]. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo

⁶ *FamilySearch* é uma organização da história da família, sem fins lucrativos dedicada a unir as famílias por gerações, sendo patrocinada pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Nesta plataforma é possível encontrar documentos digitalizados, como: livros de batismos e mortos do mundo inteiro. A página oficial pode ser acessada em: <https://www.familysearch.org/> Disponível em 09/12/2018.

metodológico do historiador resgate [...]. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental.

Esse conhecimento do documento é algo inerente à sua relação com a informação, muitas vezes associada pelas ciências humanas como testemunho, fonte de uma produção humana, condicionada por Meneses (1980, p. 4) ao olhar de terceiros. Este autor afirma que o observador externo é quem dá o sentido documental, transformando objeto em documento. Nessa transformação, é permitido analisar o visível e o invisível pela ótica dos sentidos que esses objetos carregam. A perspectiva é corroborada pela museóloga Cristina Bruno, ao ressaltar que:

[...] a partir desse universo de produção material é possível transgredir o seu contexto de visibilidade e penetrar nos cenários invisíveis, sensoriais e valorativos que extrapolam as barreiras impostas por análises pontuais ligadas, por exemplo, à medição dos objetos e à identificação da função dos artefatos [...]. (BRUNO, 2009, p. 14-15).

Jean Baudrillard (1968, p. 81-82), ao estudar os objetos e seu sistema subjetivo, afirmou que na categoria dos objetos antigos como testemunho, lembrança, nostalgia, evasão, é possível tentar ver “[...] uma sobrevivência da ordem tradicional e simbólica”. São os objetos que perdem sua função original, tornando-se “[...] puramente mitológico na sua referência ao passado [...] tem uma função bem específica dentro do quadro do sistema: significa o tempo”.

Em relação aos objetos que são musealizados, talvez essa premissa apontada por Baudrillard ganhe maior sentido. No entanto, entende-se como questionável se pensarmos em objetos antigos que se tornam históricos por demarcarem fatos de um tempo, mas continuam a cumprir sua função original, a qual foi pensada num determinado período. Para Meneses (1980, p. 10), o objeto antigo fala do fascínio que ele provoca por referenciar o mundo que não é nosso, um mundo do outro, que diverge da nossa experiência. E foi com essa perspectiva que as louças viraram tema no início desta pesquisa. Chamaram atenção por tratar-se de objetos antigos que remetiam a um passado não muito distante do Recôncavo Baiano, com potencial para contribuir com os estudos regionais, uma vez que contextos históricos, demarcados entre as décadas de 1850 e 1860, suscitam dados do Brasil imperial, podendo fornecer informações acerca do perfil daquela sociedade interiorana baiana que, de alguma forma, possivelmente, se empenhavam em se distinguir da cultura local.

Ao refletir sobre os objetos, Suzan Pearce (2005, p. 13-14) afirma que eles “[...] incorporam informações únicas sobre a natureza do homem na sociedade [...]”, sendo que

a nossa tarefa como pesquisador (a) é a de expor, comprovar, debater, repensar abordagens que podem ser recuperadas. E, nesse aspecto, este estudo buscou analisar as louças vidradas portuguesas tomando tais objetos para além de testemunhos, como elementos que contribuem com o estudo de uma sociedade local. Essa análise implicou, nesta pesquisa, à busca pela trajetória do fazer louça vidrada na história da humanidade, as possíveis relações estabelecidas entre a aquisição dessas louças e sua introdução como objetos diferenciados na sociedade nazarena, as implicações desses objetos na sociedade em questão, dentre outros. Dessa forma, este estudo proporcionou inferir sobre suporte, forma, história, ambiente e significados.

Para Pearce (2005, p. 14), os estudos com artefatos possibilitam perguntas do tipo como, o Que? Quando? Onde? Por quem? e Por quê? A partir dessas indagações é possível realizar uma análise material, histórica e simbólica, permitindo o desenvolvimento de uma pesquisa com olhar holístico acerca de contextos que foram produzidos ou inseridos. A autora afirma que “A partir das características materiais de um artefato, podemos nos defrontar com sua história” (2005, p. 14). Com essa abordagem foi pensado o estudo das quatorze louças do cemitério, sob a influência de métodos e metodologias da Nova História, que tanto tem contribuído para novos olhares sobre diversos temas de estudos.

O historiador Peter Burke (1992, p. 10) afirma que é difícil definir a Nova História, no entanto, podemos entendê-la como “[...] história escrita como reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional [...]”, identificando a sua essência no interesse em toda atividade humana, interesse na realidade, nas estruturas, nas relações construídas socialmente, culturalmente, politicamente, economicamente. Construção de estudos que vem fazendo o apagamento da “[...] tradicional distinção entre o que é central e o que é periférico” (BURKE, 1992, p. 12). Uma forma de observar os fatos horizontalmente, fugindo à perspectiva tradicional, positivista da objetividade, dos feitos dos grandes nomes, olhar que limitava a amplitude da ideia de fontes/documentos históricos.

Através dessa construção da nova história, este estudo adotou o viés da micro história, definida pelo historiador italiano Geovanni Levi (1992, p. 133, 136 e 159), como:

[...] essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas, em certo sentido, ecléticas. [...] uma prática essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental.

A abordagem da micro história possibilita o acesso ao passado através de pequenos indícios, sinais que são deixados e que são de grande relevância para o

entendimento das relações históricas-culturais estabelecidas entre os povos, propiciando a explicação do seu comportamento social.

Para Levi (1992, p. 139 e 141):

O princípio unificador de toda pesquisa micro histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados.

Os fenômenos previamente considerados como bastante descritos e compreendidos assumem significados completamente novos, quando se altera a escala da observação. [...].

Apoiada no método da micro história, esta pesquisa buscou estudar os quatorze vasos de louça vidrada visando alcançar a macro história, em uma tentativa de perceber e alertar para a importância das pesquisas focadas em objetos decorativos, algo que, muitas vezes, passa despercebido, desprezando-se, na interpretação desses objetos, sua relevância para o entendimento de contextos múltiplos. A construção desta investigação se debruçou na pluralidade simbólica e contextual, buscando entender as variadas relações surgidas a partir da importação dos quatorze vasos de louça vidrada.

Buscou-se entender o ambiente, o gosto pelo produto importado, o gosto imperial que ainda valoriza as metrópoles, a distinção dos vasos ante o contexto da cidade do Recôncavo, apresentando características visuais na composição material, seu processo de fabricação, as mãos que as moldaram e decoraram, os processos de compra, os caminhos trilhados até a chegada às embarcações, a viagem pelo Oceano Atlântico rumo à Bahia e o transporte até Nazaré, com o possível propósito de exaltar o gosto de uma sociedade elitista que, provavelmente, “impôs” ao olhar dos ceramistas locais uma nova técnica decorativa empregada aos vasos de argila do velho continente, dentre tantas outras possibilidades que a constitui.

Pensando na trajetória dessas louças importadas, a escolha por tais objetos estrangeiros pode ser apreendida como uma demarcação de *status*. Uma redefinição cultural que os colocaram como símbolos de poder entre grupos de pessoas que buscavam satisfazer seus egos com a singularidade, investindo em elementos de distinção que reforçassem contextos de representação do domínio, da distinção e do poder. Para Igor Kopytoff (2010, p. 100) “[...] Muitas vezes o poder se afirma simbolicamente, alegando precisamente o seu direito de singularizar um objeto, ou uma classe de objetos”. No caso das louças portuguesas, tudo indica ter havido, com sua importação, a necessidade de diferenciação da elite local, elaborando novos valores na busca pela permanência de um

status que, muitas vezes, mostra-se transitório em razão da heterogeneidade hierárquica, pontuada por intermináveis disputas e alianças pelo poder.

Não é absurdo considerar que a elite de Nazaré tenha escolhido demarcar e ratificar seu poder nesse espaço de enterramento. Lugar que, para a arqueóloga Fabiana Comerlato, especialista em estudos cemiteriais, e para a pesquisadora de arte decorativa cemiterial, Caroline Teixeira (2017, p. 264), é semelhante a outros cemitérios das Santas Casas do Recôncavo, com pequenas dimensões e sepulturas de integrantes das elites locais. Ambiente de lembranças e demarcações de espaços da “distinta” sociedade nazarena, que tanto se destacou no contexto histórico imperial da Bahia. Um comportamento apontado por Daniel Roche (2000, p. 19):

[...] relação do indivíduo com o social passa pela objetificação, a história do consumo permite compreender melhor a continuidade do material e do simbólico, o esforço de inteligência e de trabalho cristalizado que se conserva no menor objeto, a união entre as representações e as realidades.

O objeto como prestígio. Podemos apreender a louça portuguesa como elemento de distinção de uma sociedade nazarena que tem em suas raízes a cultura indígena, com a produção de objetos em argila que são utilizados cotidianamente em mesas do Recôncavo, sejam estas negras, índias ou brancas. A singularidade dada pelos objetos de rituais ou de material nobre, é analisada por Pearce (2005, p. 14):

Os objetos são importantes para as pessoas porque atribuem prestígio e posição social; [...] Os objetos – especialmente aqueles pertencentes às esferas religiosa e cerimonial ou aqueles constituídos de materiais de alto valor, como metais preciosos, marfim e âmbar – simbolizam, de modo único, estados mentais e relações sociais entre os homens e entre os homens e seus deuses.

A necessidade de diferenciar-se e demarcar suas posições sociais traduzidas através de objetos que simbolizassem a notoriedade daquelas famílias dominantes em Nazaré, ratificou as predominâncias políticas e econômicas por décadas. Objetos que simbolizavam a tentativa de manutenção hierárquica dessas famílias que buscavam, por meio do comportamento social e econômico, impressionar as camadas mais simples.

Diante dessas reflexões, urge que os estudos de cultura material sejam aprofundados, visando contemplar inúmeros caminhos que se apresentam aos campos de pesquisa. Uma análise que questione sua materialidade, os significados atribuídos e o contexto de produção. Este estudo, buscou incorporar esses requisitos, uma vez que os pressupostos teórico-metodológicos empregados conduziram a indagações sobre a

origem das louças vidradas, bem como os contextos históricos de Nazaré e a cultura ceramista de seu povo.

As louças do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos foram estudadas tendo como suporte os aspectos de produção e relações sociais que estão entrelaçadas nas evidentes demarcações de *status* que naquela sociedade se manifestavam por meio de diferenciações econômicas e políticas. Apreendemos a importação das louças como uma forma de imposição e manifestação de poder de grupos elitizados ante parcelas daquela sociedade ceramista. Em Nazaré, por séculos, predominou uma produção artística e utilitária, com a comercialização de tijolos e telhas para a construção civil, ponto que requer aprofundamento, tendo em vista documentações da colônia e do império que apontam para este forte comércio das olarias do Recôncavo.

Os estudos de cultura material têm por foco o estudo de objetos ou artefatos, análise que pode se mostrar significativamente rica, caso seja conduzida com a preocupação e atenção cuidadosa à diversidade cultural registrada nas produções humanas. A realização de trabalhos mais holísticos, no que diz respeito aos contextos que foram produzidos, abarcando as especificidades do fazer humano, as intervenções sutis ou impostas pela política, pela economia e contextos sociais singulares de cada povo.

Tendo como suporte os estudos de cultura material, é possível apontar que esses estudos começaram a ser desenvolvidos na virada do século XIX para o XX, sob influências das novas ciências e microanálises. Perspectiva que avançou com atenção a novas fontes, um novo olhar sobre a humanidade, descortinando possibilidades que identificaram novos atores sociais responsáveis por trazer para os estudos científicos contextos desconhecidos ou, muitas vezes, ignorados, em razão da persistência de olhares com vieses hierárquicos, elitistas e segregadores, que por longo período caracterizaram tais estudos.

O museólogo Marcelo Cunha (2006, p. 22) argumenta que o século XIX foi essencial para as políticas patrimoniais e para definições de paradigmas ocidentais de evolução e progresso que resultaram em formas de civilizar povos considerados “inferiores” e/ou “primitivos”. Foi nesse contexto que surgiram os museus etnográficos, considerados, por este mesmo autor, como espaços que “[...] acarretaram mais prejuízo para diversos grupos considerados de interesse para a etnografia e a ciência da época, com a ação violenta de retirada de elementos de suas culturas materiais, enviados para Institutos de Pesquisa e Museus etnográficos europeus [...]” (CUNHA, 2006, p. 23).

Ao analisar os objetos etnográficos e antropológicos, José Reginaldo Gonçalves (2007, p. 16) afirma que:

Em fins do século XIX e início do século XX, na condição de ‘objetos etnográficos’, eles foram alvo de colecionismo, classificação, reflexão e exibição por parte de autores cujos paradigmas evolucionistas e difusionistas situavam-nos no macro-contexto da história da humanidade. O destino desses objetos era não somente as páginas das obras etnográficas [...] e das grandes sínteses antropológicas do período, mas, sobretudo os espaços institucionais dos museus ocidentais, ilustrando as etapas da evolução sócio-cultural e os trajetos de difusão cultural. Objetos retirados dos contextos os mais diversos [...] com a função de servir como indicadores dos estágios de evolução pelos quais supostamente passaria a humanidade como um todo.

As análises suscitadas sob influências das teorias evolucionistas conduziram, por muitas décadas, a alguns equívocos interpretativos. Parte da humanidade foi vista por um prisma evolutivo, que demarcava a chegada a um ponto comum, considerando desenvolvimentos hierárquicos entre os povos e suas culturas.

Os objetos desenvolvidos nas diferentes culturas foram apreendidos enquanto testemunhos, documentos que fornecem pistas para analisar o processo evolutivo entre os povos. Eram analisados de forma comparativa, transmitindo a ideia de superioridade entre os seres humanos, a exemplo de algumas exposições sobre o povo brasileiro, que inferiorizavam os objetos indígenas e africanos em detrimento dos objetos europeus, assinalando diferenças culturais e evolutivas entre povos apenas diversos entre si. Para Cunha (2006, p. 24), no Brasil, foram apresentadas questões conflitantes acerca da formação do povo, que no trabalho e na cultura tinha bem demarcada a presença maciça de negros e indígenas. Ao adotar paradigmas europeus, estabelecia-se um ruído na imagem, uma negação ou afirmação da inferioridade do povo brasileiro.

O estudo desenvolvido por Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez (1989) para a Enciclopédia Einaudi demonstra o desenvolvimento das pesquisas de cultura material ao longo dos séculos XIX e XX, pontuando a importância da arqueologia como ciência que contribuiu com a solidez deste campo de pesquisa. Esses autores afirmam que: “Nos primeiros vinte anos do século XX a noção de cultura material completa o seu longo processo de maturação e toma realmente corpo, tornando-se quase indispensável em vastos setores das ciências humanas [...]”. (BUCAILE; PESEZ, 1989, p. 7).

As mudanças nos paradigmas científicos ampliaram o olhar dos (as) pesquisadores (as) sobre os vestígios históricos, alargando as possibilidades investigativas, colocando holofotes em elementos que antes não eram considerados documentos históricos. Uma

mudança de perspectiva que permitiu passarem a observar os objetos como elementos de análise de determinados indivíduos ou sociedades, superando acontecimentos e fatos, além do despertar de reflexões acerca de desenvolvimento social e processos históricos de indivíduos e/ou de povos que viveram e imprimiram sua identidade. Povos que, muitas vezes, se comunicaram e se relacionaram, vivenciando o diálogo entre culturas e, em muitos casos, deixaram somente objetos como elementos materiais capazes de os identificarem na história da humanidade.

As antropólogas Debora Leitão e Rosana Pinheiro-Machado (2010, p. 236), pontuam a necessidade da compreensão da ação do objeto no mundo. Uma relação entre sujeito e objeto que é dialética, pois “[...] os sujeitos constroem, produzem e arranjam os objetos de acordo com um sistema de pensamento que compartilham [...]”. Assim, perceber as relações sociais construídas associadas a objetos que são capazes de criar, transformar e expressar memórias e identidades, é de fundamental importância.

Para Cristina Bruno, há séculos os artefatos e as coleções não tem paz, já que:

[...] estas expressões materiais da humanidade estão sempre despertando os nossos olhares, provocando novas interpretações e, em especial, sinalizando para a nossa própria transitoriedade humana, desafiando a nossa capacidade de lembrar e os nossos compromissos com o esquecimento. (2009, p. 14).

Essa valorização do campo material, segundo o historiador inglês Peter Burke, foi desenvolvida pelos historiadores culturais a partir das décadas de 1980 e 1990. Esses profissionais “[...] voltaram-se para o estudo da cultura material, e assim se viram próximos dos arqueólogos, curadores de museus e especialistas em história do vestuário e do mobiliário, que há muito vinham trabalhando nessa área”. (BURKE, 2008, p. 91).

A pesquisa, o processamento de dados e a divulgação das informações retiradas dos objetos fazem com que a museologia crie laços bem amarrados com a cultura material. Cunha (2006, p. 29) afirma que “[...] Os museus são espaços de reunião dos objetos da cultura material, abordando determinados temas, explicitando ideias e visões sociais, buscando, também, forjar e transmitir ideias, produzir conhecimento”.

Assim, a Museologia propicia construções de estudos que possibilita excelentes relações com a memória social, identidades e patrimônio através de narrativas que incluem diversos grupos sociais em seu tempo e lugar. Através desta perspectiva, a pesquisa sobre a argila e seus diferentes processos técnicos buscou pontuar as marcas da humanidade e o fazer vidrar a cerâmica no mundo. Uma construção que foi além de

narrativas pré-estabelecidas, pontuando os processos de contatos culturais entre diversos povos e que foram disseminados pelos europeus aqui no Brasil.

2.1 ARGILA: DO SECAR AO SOL À EVOLUÇÃO TÉCNICA

Com base nos estudos conduzidos pela antropóloga Maria Lucia Montes (2009), a cerâmica é a marca da cultura sobre a natureza. Está associada às marcas históricas do ser humano sobre a terra, suas habilidades para dominar o fogo, a agricultura e a domesticação dos animais.

Foi com o barro que o homem moldou utensílios imemoráveis para as humildes fainas da sobrevivência, para guardar água e o alimento, para o cozer, o comer e o beber – potes, botijas, panelas, jarros, - mas também o cântaro, o vaso e o recipiente cerimonial para levar as divindades suas oferendas, ou as urnas para abrigar seus mortos para a vida eterna. [...]. (MONTES, 2009, p.1).

O estudioso argentino J. Saavedra Mendez (1945, p. 203), ponderou que, “[...] Depois de ter construído armas para combater as feras e procurar abrigos contra a intempérie, o homem primitivo deve ter pensado na maneira de conservar [...] sua alimentação diária”.⁷ O domínio da produção de artefatos, a feitura inicial das cerâmicas amenizou a luta diária da caça, da pesca e da colheita, algo compreendido pelos arqueólogos como o despertar do ser humano sobre a terra.

Para o ceramista brasileiro Aristides Pileggi (1958, p. 3 e 5), a palavra cerâmica tem origem no grego “keramiké”, derivando de “keramos”, argila. Assegura, porém, que a origem da arte/técnica remonta à existência da humanidade, não se podendo determinar a época de sua aparição, “[...] veio da terra, não é de ninguém, pertence a todos. [...] não se pode encontrar um sábio ceramista capaz de fazer jús a sua cátedra. Arte provinda da terra é a mais democrática das realizações do homem [...]”. Uma arte definida pelo ceramista brasileiro Eldino Brancante (1981, p. 1), como vinda do barro cru, seco ao sol, com ou sem decoração a frio. O primeiro estágio empreendido pelo ser humano a partir da experiência em moldar a argila em cada clã, tribo, comunidade, desenvolvendo diversas técnicas que hoje são estudadas pelos arqueólogos por meio do Carbono -14 (C¹⁴) e do Potássio -40 (⁴⁰K), atribuindo ao período Neolítico seu processo de desenvolvimento para a fabricação dos utensílios em barro.

⁷ Tradução nossa do original: “Después de haber construído armas para combatir a las fieras y procurarse abrigos contra la intempérie, el hombre primitivo debe de haber pensado en la maneira de conservar [...] su alimentación diaria.” (SAAVEDRA MENDEZ, 1945, p. 203). É importante ressaltar que, nesta citação o autor utiliza “homem primitivo”, termo muito comum no seu tempo.

Jam Jelinek, citado por Brancante (1981, p. 1) assegura que: “[...] no período neolítico, quando o homem passa de uma fase nômade para a sedentária [...] é que o fabrico da cerâmica junto com a tecelagem faz sua aparição”. Francis Celoria, também citado por Brancante (1981, p. 1-2), ratifica a ideia de Jam Jelinek admitindo que o fabrico regular da cerâmica surgiu no Neolítico, não invalidando a produção ocasional nos períodos anteriores.

Da terra úmida e macia, com alta absorção de água, a principal matéria-prima para a fabricação da cerâmica é retirada. Para Georges Fontaine, a argila “[...] é uma terra gorda e compacta, que diluída na água, torna-se plástica, permanecendo resistente. Ela pode tomar todas as formas que se queira dar [...]”. (FONTAINE, citado por BRANCANTE, 1981, p. 1-2). Sua alta plasticidade possibilita moldar a argila, de maneira que ao secar permaneça da forma desejada. É a impressão da identidade humana sobre a matéria, como afirma Pilleggi:

Da olaria, como base de construção, à época dos Faraós, até as obras delicadas de Bernard Palissy, a cerâmica vem retratando a conjuntura social e econômica de cada povo: suas pretensões, sua capacidade, seu gosto, sua inteligência (PILEGGI, 1958, p. 3).

A história da cerâmica está relacionada à variação de quatro pontos: a matéria-prima, o endurecimento, a impermeabilidade e a decoração (BRANCANTE, 1981). A esses fatores, deve-se acrescentar algo de extrema relevância: a necessidade e vocação de cada povo na conquista de suas próprias características de fabricação. Foi a partir da vocação que o ser humano desenvolveu suas necessidades, fomentando o desenvolvimento tecnológico.

O processo de fabricação da cerâmica teve seu desenvolvimento e aperfeiçoamento através do tempo. Nesse processo, houve experimentações na seleção de matéria-prima, na secagem, na fabricação, na mecanização, nos métodos de cozimento e nas escolhas decorativas, chegando-se à variedade encontrada atualmente. Um processo bem diversificado, com etapas que não são uma regra absoluta, como aponta Pileggi (1958, p. 171): “[...] Dificilmente, entretanto, poderemos encontrar uma descrição, embora sucinta, sobre a difícil técnica de produção dos inúmeros produtos cerâmicos [...]”.

A argila é o elemento indispensável para a fabricação da cerâmica, matéria-prima ideal, aquela que o ser humano dispunha e manipulava o mais manejável, o mais plástico,

o mais maleável, o mais acessível. Perfeita para ser utilizada na arte de moldar, apesar de apresentar diferentes composições minerais, conforme o solo de cada região. Fatores que possibilitavam que o ser humano, em seu processo histórico, avançasse conforme suas necessidades, indo além, ousando e criando diversas técnicas cerâmicas. “[...] Toda indústria cerâmica nasceu e segue obedecendo a necessidade sentida pelo homem de criar artificialmente recipientes que conservem os líquidos e as matérias orgânicas de que necessita para assegurar sua subsistência”, segundo o olhar do arqueólogo e ceramógrafo Matimo Almagro Basch, citado por Brancante (1981, p. 2).

Conforme Brancante (1981, p. 2), o ser humano foi inspirando-se e encontrando novas formas de manipular o barro. Processos clássicos que são utilizados, por diversos grupos, até os dias atuais. Em “aspiral” ou “rolo”, com cilindro ou rolinhos de barro mole são feitas as paredes da peça. O “levantamento” ou modelagem consiste em cavar em um bloco de argila a área desejada, dando forma ao objeto. Para o acabamento das peças são feitas decorações de desenhos gravados, marcas das mãos, das unhas, superposições de elementos, denominadas tecnicamente como incisões e relevos, como podemos identificar nas Figuras 4 e 5. E, por fim, são aplicadas as cores.



Figura 4 Modelagem da argila com torno.

Disponível em:

<https://hah.life/video/yK3nWsHL1j2U/-/Vasos%20em%20argila> Acessado em:

28/01/2019.



Figura 5 Modelagem da argila em rolo.

Disponível em:

<http://apoenaceramica.blogspot.com/2011/08/oficina-de-ceramica-para-criancas.html>

Acessado em: 28/01/2019.

O endurecimento da argila tem sua história associada à descoberta e ao domínio do fogo. Através da ação química do fogo, a argila transformou-se em um suporte de maior resistência e coloração diferenciada, aspectos apontados por Brancante como:

[...] a ação do fogo aquecendo a terra, sobre a qual se assentavam aqueles fogões primitivos, levou logo à constatação de que a argila enrijecia-se ao calor artificial apresentando grau de resistência de coloração e sonoridade diferente e superior ao barro seco ao sol [...]. (BRANCANTE, 1981, p. 5).

Aprofundando as discussões sobre a produção da cerâmica, Saavedra Mendez (1945, p. 203) afirma que “[...] originalmente o barro foi secado ao sol, mas uma vez descoberto o fogo, os potes foram cozidos em fornos cavados na terra [...]”.⁸ Técnica definida por Pileggi (1958, p. 195) como louça de barro, proveniente de uma argila de uma ou mais qualidades, sem composição específica, massa porosa, que adquire cor após a queima, de acordo com as tonalidades das argilas que foram utilizadas. Para Brancante (1981, p. 11), a cerâmica é uma produção milenar dos Astecas, Maias e Incas, ricas por sua variedade, predominando formatos globulares e tubiformes. E, ao utilizar tripode

⁸ Tradução nossa do original: “[...] Originariamente, el barro fué secado al sol, pero una vez descubierto el fuego, los cacharros fueron cocidos en hornos cavados en la tierra [...]” (SAAVEDRA MENDEZ, p. 203).

como base de apoio, eram fabricados, urnas funerárias, potes, representação de figuras e cabeças humanas e de animais, ou até mesmo peças duplas ligadas por pontes.

Ao se analisar os objetos produzidos pelos povos da América Latina, é possível atestar que o recorte temporal estabelecido por Brancante não contempla o fazer artístico dos povos existentes muito antes da colonização europeia. Os objetos decorativos desenvolvidos por civilizações pré-colombianas exibem tecnologias avançadas, atribuindo aos objetos inúmeras funções e características estéticas peculiares dessas regiões. Quando se examina o vaso em cerâmica produzido pela civilização Moche, cultura peruana (Figura 6), é possível perceber a singularidade e complexidade tecnológica na arte pré-colombiana. O vaso, produzido entre os séculos IV a VI, traz em sua arte decorativa o elemento antropozoomórfico - cão com braços humanos - executado com muita delicadeza e força, um processo de busca pela transmissão da força dos guerreiros Moche.



Figura 6 Vaso cerâmica da cultura Moche -Peru. Século IV a VI. Acervo Museu Metropolitan. Disponível em: <https://www.metmuseum.org/toah/works-of-art/1983.546.4/> Acessado em: 28/01/2019.

Nesse processo de desenvolvimento de técnicas, associada ao barro cozido está a terracota, definida por Pileggi (1958, p. 197) como: “O mesmo que a louça de barro. Para sua decoração usam-se comumente tintas a óleo, sem sofrer cozimento posterior”. A semelhança com o barro pode ser observada na Figura 7, na representação do exército do primeiro imperador chinês, feita em Terracota no séc. III a.C. Essa semelhança também pode ser observada na Figura 8, na cerâmica Marajoara da Bacia Amazônica, região brasileira na qual tem sido desenvolvido muitos estudos sobre a sua pré-história.

A restauradora Keli Scolari (2012, p. 32), afirma que a terracota é uma massa plástica de argila, com alto teor de óxido de ferro, que necessita de cozedura em temperaturas entre 800 °C e 1000 °C.



Figura 7 Exército em Terracota. Disponível em: https://www.vigoenfotos.com/china/xian_guerreros_terracota_1_1.p_t.html. Acessado em: 28/01/2019.

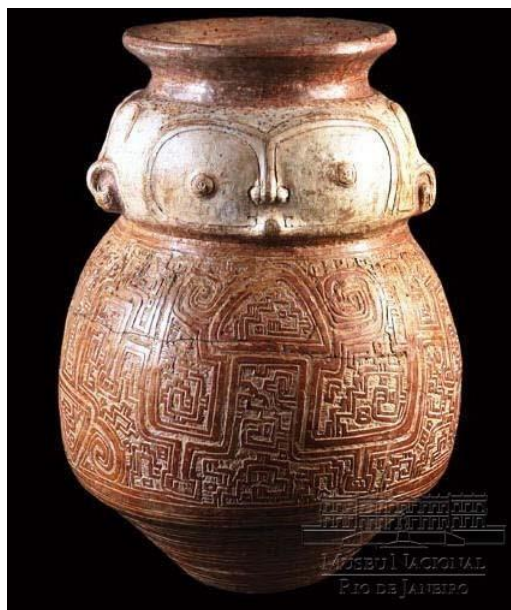


Figura 8 Vaso Marajoara. Disponível em:
<http://www.encantocaboclo.com.br/2011/07/ceramica-marajoara.html> Acessado em:
28/01/2019.

Brancante, ao avaliar a amostra ameríndia de terracota, uma das produções indígenas da região do Amazonas, considerou que

[...] a participação brasileira nessa mostra ameríndia da terracota, não deixa ela de concorrer condignamente. Há mesmo antropólogos que julgam que a perfeição da cerâmica amazônica colocaria os nossos índios em grau superior ao cultural Neolítico em que são classificados. (BRANCANTE, 1981, p. 11).

É perceptível que cada região imprimia sua carga cultural na produção de seus objetos, tendo técnicas diferenciadas de acordo com cada povo, que se expressavam, também, através da utilização das tintas. Assim, para além do processo de queima e endurecimento, o ser humano utilizou tintas e vidrados. A esses componentes estão associadas as decorações e impermeabilizações, características singulares da técnica de vidrar a louça e que tanto impressionaram os compradores.

O aumento do grau de dureza (resistência) e impermeabilidade que ocorrem durante a queima, possivelmente, foram fatores que conduziram o ser humano a realizar testes. O despertar das experimentações, com a adição de novos elementos misturados à argila, novas formas de moldar, com o uso da tecnologia como o torno e, principalmente, o elevado grau de resistência e dureza, induziram a diferenciação tecnológica. A esses fatores, podemos afirmar que estavam associadas a necessidade de diminuição de danos pela ação da natureza ou aqueles causados pelo próprio ser humano, o que corrobora a

ideia de necessidade e vocação que cada povo tem de aprimorar suas próprias características de fabricação.

Provavelmente, nesse processo de experimentos, surgiu o grés, técnica definida por Scolari (2012, p. 32) como uma massa de argila refrataria composta por quartzo, caulim e feldspato, tendo coloração natural cinza-escura. Seu cozimento é realizado em temperaturas entre 1150 °C a 1350 °C e, após cozida, o biscoito cerâmico fica com a cor marfim rosado. Sua massa torna-se semivitrada, impermeável, opaca, com som metálico, dura, podendo ou não ser esmaltada.

E, chega-se à última evolução técnica, a porcelana, que nas palavras de Brancante (1981, p. 141) “Através do grés, o chinês chega à porcelana e o inglês descobre a faiança fina [...]”. Tendo dois polos de destaque na fabricação, no Oriente, a China e a Coreia do Sul; no Ocidente, os países Alemanha e Inglaterra.

Diante dessa análise, fica nítido que o fazer cerâmico e suas trajetórias históricas no processo de fabricação ocorreram em todo o mundo, sendo necessário pontuar nesta dissertação a produção da cidade de Nazaré, no Recôncavo da Bahia, com sua singularidade na fabricação utilitária e artística com o barro. Um fazer cerâmico milenar que prevalece até os dias atuais, realizado através das mãos de homens e mulheres que imprimem na argila sua arte, sua cultura, dando sustento às suas famílias. Objetos que têm particularidades técnicas e artísticas singulares de uma região da Bahia e que não se assemelha à técnica vidrada da louça de Portugal, que tem como característica primordial a ausência de porosidade, através da impermeabilização do vidrado de chumbo ou estanho, técnica que também proporciona ao objeto maior brilho. Esse tema será mais bem detalhado na seção seguinte, por se considerar relevante para análise contextual de cada região, ofertas de matéria-prima e relações culturais, pontos focais para o diálogo e o despertar de novos fazeres artísticos com a argila.

2.2 LOUÇA VIDRADA: ENTRELACES CULTURAIS

A louça possui tantas características que, para melhor analisá-la, Pileggi (1958, p. 173) as classificou em categorias, dividindo-as entre porosas e não porosas, explicitando que:

Na categoria dos porosos ou absorventes enquadram-se, entre outros, as massas de louça de barro, da terracota, da maiólica, da faiança, da louça refratária e da louça de pó de pedra e granito; na categoria dos

não porosos, praticamente inabsorventes, que tanto podem ser opacos como translúcidos, encontram-se as massas da louça vitrificada, do grés-cerâmico e das porcelanas moles e duras.

Neste estudo, a análise consiste no histórico e características da louça porosa e esmaltada, propriedades que definem a louça vidrada de chumbo ou estanho, popularmente conhecida, aqui no Brasil e em algumas regiões do mundo, como “faiança portuguesa”.

A composição dos materiais utilizados misturados à argila e o revestimento final são o que definem o processo de manufatura dos produtos cerâmicos e similares. Sua produção, basicamente, ocorre inicialmente no processo de modelagem manual, no qual é dada à argila a forma que se deseja. Após moldar a peça é necessário eliminar o excesso de água, colocando-a ao sol para secar naturalmente ou fazendo a evaporação por meio de estufas. É nessa etapa que ao artista faz os acabamentos finais e a leva ao forno, tornando-a mais resistente e inalterada. O produto final resultante da queima é denominado biscoito cerâmico.

A louça vidrada tem o biscoito cerâmico muito poroso por tratar-se de uma massa de argila plástica. Após a primeira queima, em temperaturas entre 1.050 °C a 1.150 °C, sua coloração varia entre tons rosados ou marfim. Esse corpo cerâmico é recoberto por um esmalte⁹, à base de óxido de chumbo (coloração clara) ou óxido de estanho (tons terrosos), que forma uma capinha mais resistente e sonora, na qual é aplicada a decoração, retornando a peça ao forno, então, pela última vez, retorna ao forno.

Pileggi (1958, p. 194) assim explana a composição da louça vidrada: “[...] argila de grande plasticidade, à temperatura de cocção reduzida. É muito porosa e pouco resistente. É recoberta de esmalte opaco, a base de composto de chumbo e estanho”. Juntamente a essas características E. S. Auscher, citado por Brancante (1981, p. 69), acrescenta que “[...] quando a terra porosa se cobre de um verniz branco opaco à base de estanho, nós passamos a designá-la faiança”. A esta técnica de vidrar, Scolari (2012, p. 46) identificou que os vidrados aplicados ao biscoito são de estanífero de composição de calcina de chumbo e de estanho, areia e sal. “[...] Depois de misturadas e trituradas, as substâncias são diluídas em água e com esta mistura é feita a vitrificação das peças chacotadas por imersão, por pintura ou por insuflação [...]”. Essa esmaltação é uma

⁹ Segundo Pileggi (1958, p. 194), “[...] é um agregado de substâncias minerais, as quais, quando fundidas, aderem às peças cerâmicas, tornando-as impermeáveis. Os esmaltes são coberturas vítreas, inalteráveis à ação dos ácidos e dos agentes atmosféricos. Devem ser bastante duros, a fim de resistir também ao uso normal das peças.”.

característica apontada por Ana Guilherme, em seu estudo dissertativo (p. 17, 2008), como elemento que cumpre a função de tornar a superfície dura, não absorvente e de fácil limpeza, possibilitando uma variação na coloração aplicada na decoração.

O historiador português Luís Sebastian (2010, p. 49), em sua tese de doutorado “A produção oleira de faiança em Portugal - séculos XVI-XVIII”, afirma que o tema faiança portuguesa é muito complexo de ser estudado. Os dados documentais esparsos ou dúbios geram informações contraditórias, más interpretações e interpretações intencionais a fim de dar razão a teorias preconcebidas, sendo necessário apresentar novas abordagens objetivando não repetir certos erros.

O Dicionário da Língua Portuguesa, coordenado por Almeida Costa, Sampaio e Melo e Antonio de Sampaio Melo, citado por Sebastian (2010, p. 49, **grifos do autor**), assevera que: “Etimologicamente o termo faiança não passa de um francesismo, evoluído a partir do termo original *fayance*, hoje evoluído para *faience*”. Eldino Brancante (1981, p. 323), em seu estudo sobre a “faiança”, apresenta um documento da Alfândega do Rio de Janeiro, datado de 1739, no qual consta a informação que a louça vidrada é denominada de “Louça fina”, com seu preço variando conforme o local onde foi produzida:

Louça fina da China, a dúzia ----960 réis
 Louça fina da Veneza, " "□600 réis
 Louça fina da Lisboa, " "□160 réis
 Louça fina da Porto, " " ---- 160 réis (BRANCANTE, 1981, p. 323).

Nas pesquisas desenvolvidas por Sebastian (2010, p. 49-50), abarcando até meados do século XVIII, não foi encontrado o termo “faiança” na documentação primária¹⁰ e na literatura portuguesa, sendo conhecida, entre os portugueses, as denominações “louça fina” ou “obra fina”.

[...] a partir do último quartel de oitocentos, encontramos contrariamente uma clara predominância do termo *fayance* e seus derivados, o que no caso português é apenas previsível, dado o enorme ascendente da cultura francesa entre a elite intelectual oitocentista, constatando-se assim ter sido a adopção do francesismo faiança sobretudo uma opção historiográfica, estranha até à época quer a oleiros quer a consumidores. (SEBASTIAN, 2010, p. 50-51).

Para os pesquisadores/pesquisadoras da cerâmica, esse termo “faiança” é algo pré-estabelecido/fixado. Posto isto, poucos estudiosos fazem a reflexão sobre o tema,

¹⁰O autor embasou sua pesquisa em diários de oleiros, livros de receitas e registros de compra e vendas de olarias.

estabelecendo, até os dias atuais, a influência francesa em Portugal e em suas colônias e, por séculos, sendo repetida, arraigando o termo no senso comum.

Ao imergir nas leituras acadêmicas foram surgindo nomenclaturas atribuídas à louça vidrada. Percebe-se que as inúmeras denominações para a técnica de vidrar o biscoito cerâmico são frutos de demarcação da produção de determinado território, uma espécie de identidade local, como *louça de Delf* (para os holandeses), *louça fina* (para os portugueses, até meados do XIX), *maiólica* ou *majólic* (para algumas regiões da Europa), *faiança* (para os franceses) e *faiança portuguesa* (para os portugueses e brasileiros). No entanto, apesar da multiplicidade de denominações dadas para uma mesma técnica, as ideias de alguns estudiosos renomados prevalecem, solidificando, no Brasil, a definição “faiança portuguesa”, algo que se reproduz por séculos, havendo poucos questionamentos sobre suas possíveis origens, predominando “verdades absolutas” conceituais, como exemplo o conceito elaborado por Pileggi, que afirma:

A origem do termo ‘faiança’ prende-se à cidade de Faenza, na Itália, onde as faianças esmaltadas apareceram pela primeira vez, aproximadamente em 1460, graças à engenhosidade dos ceramistas da Toscana e antiga Romagna. Daí se espalhou por toda a Europa, tornando-se então célebres as faianças ditas italianas, francesas, holandesas, portuguesas, espanholas, inglesas, alemãs, belgas, suecas, etc. (PILEGGI, 1958, p. 194).

No entanto, no Brasil, há décadas estudos já mostravam indícios de que existem fatos a serem analisados e que é necessário um aprofundamento sobre o estudo da “faiança portuguesa”. O português e historiador da arte, Reynaldo dos Santos apesar de sua escrita nacionalista, informa que: “Não temos referência e muito menos espécimen de faianças portuguesas do século XV, sobretudo de faiança artística; e o estudo da faiança do século XVI está longe de ser esclarecido, apesar de vários ensaios e discussões” (SANTOS, 1960, p. 17). Para Brancante (1981, p. 69), “[...] Na realidade, parte da sua história já vem relatada quando abordamos os azulejos estaníferos hispano- mouriscos”. Ou seja, os registros da influência de povos que colonizaram a Europa já estavam presentes nos estudos de azulejaria.

Aprofundando o seu estudo, Brancante apresenta uma série de termos sobre a “faiança”, elaborados por ceramistas e ceramógrafos, que aguçam no público leitor atento a curiosidade sobre a origem e características regionais da louça vidrada, rompendo com as referências centradas na origem da produção europeia. São referências de estudiosos

de países de diferentes continentes, uma abordagem histórica e conceitual que auxilia na problematização da utilização do termo “faiança portuguesa” nos dias atuais.

Para Jorge Saavedra Mendez, a produção da louça na Itália foi introduzida pelos árabes. O estudo histórico desenvolvido por Brancante destacou a convergência de Saavedra Mendez para a influência árabe nas produções italianas, como podemos observar no grifo abaixo:

[...] é uma espécie de terracota, ou louça de barro cozido, mas recoberta de esmalte opacificante e às vezes com reflexos metálicos. Diz-se também de certas louças italianas fabricadas segundo o gosto dos ateliês introduzidos na Itália pelos árabes ou pelos espanhóis das Ilhas Baleares. (SAAVEDRA MENDEZ citado por BRANCANTE, 1981, p. 69, grifo nosso).

O mestre ceramista francês Theodore Deck, que foi diretor, em 1887, da Manufatura de Sèvres, ratifica a ideia de produção de origem não europeia, identificando o processo de comunicação cultural entre os povos persas, árabes e europeus:

Antes de mais nada, a palavra faiança é um anacronismo, todo o mundo sabe, pois os persas fizeram faiança muito antes dos fabricantes de Faenza [...] os árabes, hábeis em se aproveitar das artes e da indústria dos outros, aprenderam dos persas a profissão de oleiro, fabricantes de faiança, e a importaram nos países que eles conquistaram na Europa. (BRANCANTE, 1981, p. 69, grifo nosso).

Corroborando a teoria de Theodore Deck sobre a influência persa, o pesquisador Marcel Dieulafoy (1907) afirma:

A Espanha não emprestou dos persas somente a fabricação e o uso dos revestimentos de faiança. Ela recebeu também a parte de dar ao esmalte o lustre metálico. Iben Batoutah, que tinha vindo de Tânger e chegado a Málaga por volta do ano de 1350, escreve em seus relatórios de viagem que se fabrica em Málaga bela cerâmica dourada que é exportada para os países mais distantes. A retomada de Málaga em 1487 pelos cristãos não interrompeu a fabricação. Os donos e artesãos mouros lá ficaram e transmitiram aos cristãos os seus processos. (DIEULAFOY, 1907, citado por BRANCANTE, 1981, p. 69, grifo nosso).

Arthur Lane (1946), diretor do departamento de Cerâmica do Museu Victoria and Albert em 1934, lembra que a denominação diversifica conforme as regiões, tratando-se, no entanto, da mesma técnica:

Faiança, maiólica, louça de Delf (Delf ware) – todos os três são nomes nacionais para uma modalidade de louça feita antigamente para o uso em toda a Europa. É uma louça fabricada a temperatura branda,

geralmente amarelada ou cor-de-rosa (a pasta) e sua característica principal é a glasura branca opaca que cobre a superfície do barro, como uma pele. (LANE, citado por BRANCANTE, 1981, p. 70, grifo nosso).

Perspectiva ratificada pela estudiosa Jeanne Giacomotti (1961), ex-conservadora do Museu do Louvre, ao contextualizar o uso dos termos regionais e a produção de louça vidrada:

Quanto à palavra maiólica, sabe-se que estava em uso desde o século XVI, mas no começo aplicava-se somente às ricas faianças lustradas (com reflexos metálicos) importadas da Espanha pelos barcos da Ilha Maiorca, em italiano maióllica, antes de tomar por extensão seu caráter genérico, não será tratada senão de maiólica, a faiança propriamente dita, quer dizer, a cerâmica com a cobertura de esmalte estanífero e decoração pintada. (GIACOMOTTI, citado por BRANCANTE, 1981, p. 69).

Por fim, Brancante (1981) apresenta o ponto de vista de George Fontaine, outro estudioso que ressalta a importância árabe na produção da cerâmica europeia, desde o século IX d.C:

Quanto à técnica da decoração há que observar dois procedimentos; o chamado de ‘grand feu’ no qual a decoração é aplicada diretamente sobre o esmalte cru, seco e pulverizado, a temperatura entre 900° e 1000°, técnica esta já empregada pelos árabes no Oriente muçulmano, na Sicília (de 827 a 1090 d. C.) e na Espanha (desde o século X e XI [...]). (FONTAINE, citado por BRANCANTE, 1981, p. 70, grifo nosso).

Essa análise conceitual levantada por Brancante demonstra ao leitor observador que, cronologicamente, são mais de dois séculos de estudos. Este autor aponta indícios da origem da técnica de vidrar a louça, uma produção, possivelmente, de origem oriental e que foi disseminada pelos europeus aqui no Brasil e em outras regiões. Infelizmente, essa literatura produzida por Brancante não foi tão explorada pelos estudiosos brasileiros, resultando na repetição do termo “faiança portuguesa”, que desde 1887 é visto como anacrônico.

Outro autor muito recorrente nas pesquisas brasileiras é Arthur de Sandão. Este português, desde 1976, já apresentava a mesma linha de análise, apontando os povos islâmicos como criadores da louça vidrada, argumentando que a:

Designação corrente da cerâmica argilosa de vidrado estanífero - compreende mesmo a que antecederia o prestigioso ciclo mediterrâneo, inclusive a do Oriente Islâmico, pouco conhecida no Oriente até 1900, quando afluíram ao mercado antiquário e começaram a ser estudados, na Alemanha, os seus protótipos dos séculos XII a XIV, oriundos da

Síria, Pérsia e Turquia, errônea e indistintamente atribuídos a Rodes. (SANDÃO, 1976, p. 25-26).

Com base nos indícios levantados por esses autores, percebe-se a necessidade de investigar esse assunto apresentando os dados históricos que indicam a influência da cultura dos povos árabes em outros continentes, devido à expansão territorial, após a morte de Maomé, em 634 d.C., objetivando a propagação da fé islâmica. A disseminação religiosa resultou na formação de um vasto império árabe-muçulmano que ocupou o Oriente Médio, o norte da África, regiões da Europa e o centro do Império Bizantino.

Hugo Morley-Fletcher (1996, p. 35), estudioso em cerâmica da Universidade de Cambridge, confirma as ideias levantadas por Brancante, ao informar que a partir do século VII, após a expansão do exército árabe, deu-se início o período de mais de mil anos de produção das melhores cerâmicas do mundo. Consequência da força unificadora do Islã que possibilitou o crescimento do império, movimentando-se livremente por diversos lugares e culturas, assimilando técnicas e estilos, adotando em seus próprios trabalhos e criando estilos próprios.¹¹ Theodoro Deck, citado por Brancante (1981, p. 69), lembra que do século VIII ao fim do século XV a Espanha foi, em parte, ocupada pelos muçulmanos. E, segundo Brancante (1981, p. 83), por volta do século X os muçulmanos apresentaram à Espanha o vidrado de chumbo na cerâmica.

O ceramógrafo Llubiá, igualmente citado por Brancante (1981, p. 87), pressupõe que especialistas persas tenham se instalado em Málaga e ensinado os segredos de famílias do Oriente Médio, introduzindo as técnicas que revolucionaram o mercado cerâmico do Ocidente no século XIII ao utilizar o esmalte estanífero, o azul de cobalto e os reflexos metálicos, fazendo da cidade o principal centro de comercialização dessa louça metálica na Europa. Para a historiadora inglesa Noel Riley (2014, p. 43), “[...] a técnica de vidrar a louça com estanho, posta em prática de forma tão eficaz no mundo islâmico, chegou à Europa pela Península Ibérica, uma das últimas posições avançadas do mundo Islão numa influência de cristã”, ocorrendo a difusão da técnica metalizada criada pelos persas, algo que Morley-Fletcher (1996, p. 37) acredita ter sido a principal de todas as técnicas criada pelos persas, característica artística que, no século IX,

¹¹ Tradução nossa do original: “En el siglo VII, cuando los ejércitos árabes iniciaron la conquista de otros países en nombre de Mahoma, comenzó un período de más de mil años durante el cual se produjeron algunas de las mejores cerámicas del mundo. La fuerza unificadora del Islam hizo posible que los artesanos de este império em crescimento se movieran libremente por diferentes estados y diferentes culturas, asimilando técnicas y estilos de cada uno y adoptándolos en su próprio trabajo. [...]” (MORLEY-FLETCHER, 1996, p. 35).

converteu as cidades de Samara e Bagdá em importantes centros cerâmicos. O autor afirma:

[...] A técnica da pintura ao brilho foi descoberta pelos vidreiros da Síria e do Egito, que começaram a aplicá-la em suas obras no final do século IX. Os oleiros da Mesopotâmia provavelmente a usavam para imitar a aparência de bronze, latão ou ouro, que era particularmente eficaz quando aplicada à moldagem com platôs em relevo; mais tarde, a técnica alcançou grande popularidade no Oriente Médio e na Espanha árabe. [...] (MORLEY-FLETCHER, 1996, p. 37).¹²

Para Noel Riley (2004, p. 46), os muçulmanos e os cristãos espanhóis conviveram culturalmente em um saudável intercâmbio cultural:

Durante várias centúrias, até ao reinado de Filipe II de Espanha (1556-1598), os muçulmanos e os Cristãos espanhóis iriam coexistir no campo da cultura, beneficiando ambas as comunidades de um saudável intercâmbio de ideias e de expressões artesanais. Um bom exemplo disso constitui a olaria hispano-mourisca dos séculos XV-XVI, que continuou a desempenhar um papel predominante na evolução da histórica da cerâmica em toda a Europa até o advento da Contra-Reforma e respectivos efeitos. (RILEY, 2004, p. 46).

De acordo com Brancante (1981, p. 69), “[...] a retomada de Málaga em 1487 pelos cristãos não interrompeu a fabricação. Os donos e artesãos mouros lá ficaram e transmitiram aos cristãos os seus processos. [...]”. Já para Noel Riley (2004, p. 47), essa reconquista dos europeus das terras colonizadas pelos árabes prejudicou a manufatura de olaria: “[...] A louça de lustre espanhola jamais recuperaria a sua respeitável posição na história da cerâmica europeia. Na verdade, a partir desta altura, Espanha funcionou mais como receptor do que como emissor de influências estrangeiras [...]”.

A arte portuguesa também absorveu a influência da expansão árabe. Agregado a esse contexto, podemos ressaltar a expansão marítima no século XV e a constante comercialização entre os povos portugueses e os povos orientais. Paralelo a esse comércio, houve a transmissão de técnicas e a importação de produtos orientais pelo ocidente. Para Brancante (1981, p. 108), Portugal, no século XVII, produziu para o mercado metropolitano e também exportou para o mercado ultramarino.

¹² Tradução nossa do original: [...] La técnica de pintar al lustre la habian descubierto los vidreiros de Siria y Egipto, que empezaram aplicacandola a sus obras a finales del siglo IX. Los alfareros de Mosopotamia la usaban probablemente para imitar la apariencia de bronce, latón u oro, que resultaba particularmente efectiva al aplicarse a platos com moldeado em relieve; más tarde, la técnica alcanzó gran popularidad en el Oriente Medio y en la España árabe. [...] (MORLEY-FLETCHER, 1996, p. 37).

Diante dessa análise histórica, concorda-se com a afirmação de Luis Sebastian (2010, p. 57) de que o termo técnico “faiança” “[...] é um conceito inexistente, ou no mínimo um conceito não técnico fruto de uma solução de compromisso imposta pelo profundo enraizamento de uma designação preexistente [...]”. Trata-se de uma interação cultural que anula histórias milenares, permanecendo construções históricas que se sobrepuseram sobre povos mais frágeis. O autor conclui que técnicas orientais foram, equivocadamente, associadas à criação portuguesa e introduzidas abundantemente nas colônias lusas, fato ratificado pelo grande número de produtos cerâmicos trazidos da Europa que são identificados nos inventários e em achados arqueológicos.

A análise voltada à descolonização do olhar em Arte Decorativa, adotada nesta dissertação, é fruto dos indícios apontados no decorrer deste estudo. Indicativos históricos impulsionaram o rompimento com narrativas pré-estabelecidas, buscando contextos que pontuam a influência cultural dos povos árabes no processo de expansão pelo continente europeu. Um processo que resultou no diálogo cultural onde foi impressa a identidade dos povos de Maomé, tornando regiões da Europa polos de técnicas de vidrar a cerâmica, posteriormente disseminada às colônias europeias como técnica originária daquele continente.

Nessa perspectiva, este estudo tem a intenção de tratar esse contexto histórico de maneira provocativa, ressaltando a contribuição dos elementos da cultura material e imaterial no processo histórico-cultural de diferentes povos. O olhar descolonizado tem a sensibilidade de identificar a importância histórica e social na construção de novas narrativas sobre elementos hegemonicamente estabelecidos num processo de anulação de redes culturais. Nesse viés, este estudo alerta sobre diferentes origens do processo de fabrico de cerâmico vidrado, técnica originária dos povos árabes, tendo como foco o processo de produção resultante das articulações de diferentes culturas. Uma perspectiva que urge ser incorporada pelos ambientes museológicos, trazendo novas identificações e abordagens sobre o assunto.

3 LOUÇAS PORTUGUESAS PARA O CEMITÉRIO DE NAZARÉ

No Morro dos Aflitos, área mais alta do centro histórico de Nazaré, foi erguido o Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos (ver Figura 9), dotado de uma capela ao fundo. Este local foi visitado, em 1859, pelo Imperador Pedro II, que em seu diário de viagem registrou: “[...] do alto da igreja da Misericórdia - situado no Morro dos Aflitos, local que goza da vista de quase toda cidade [...] uma capelinha bonita, e tem na frente sobre o morro catacumbas e túmulos de mármore” (D. PEDRO II, 1959, p. 173). Cinco anos depois dessa visita, em 1864, o corredor central do cemitério, onde estão organizadas as catacumbas e túmulos, recebeu a decoração dos quatorze vasos de louças vidradas importadas de Portugal.

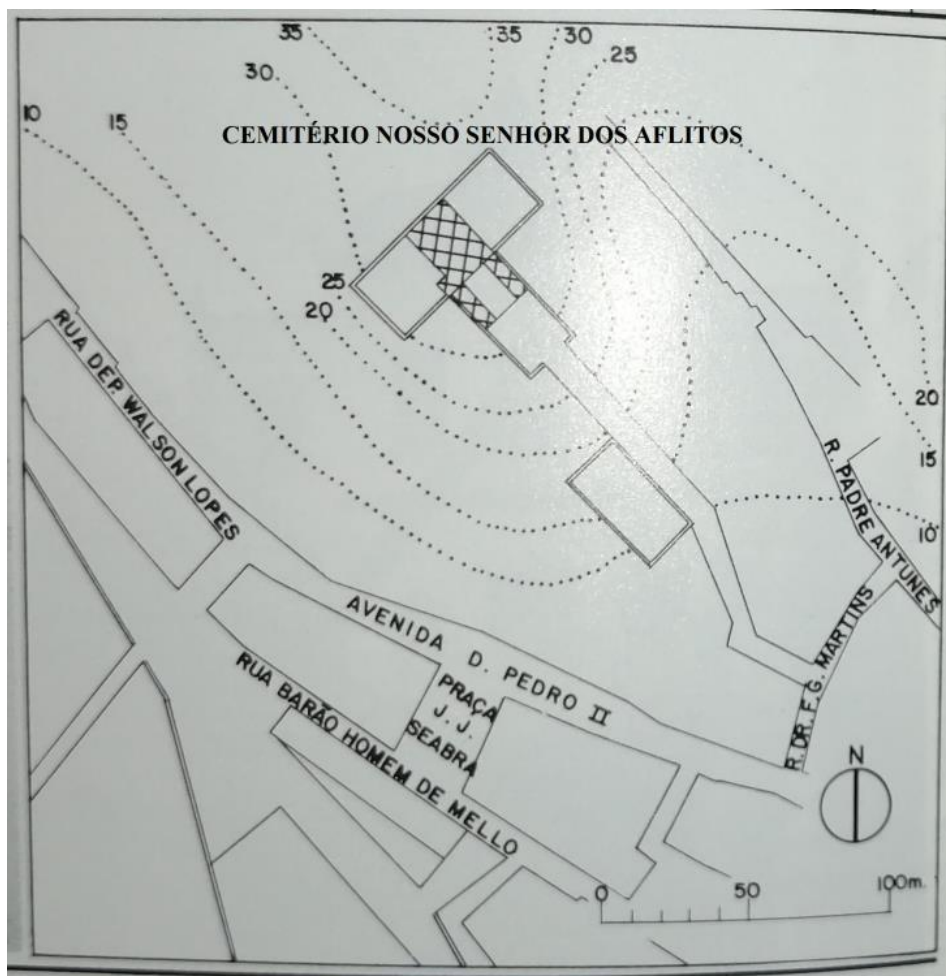


Figura 9 Proximidade do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos ao centro histórico de Nazaré.

Fonte: IPAC-BA: Inventário de proteção do acervo cultural; monumentos e sítios do Recôncavo. II parte. 1982, p.262

Ao se subir o morro, alcançando a metade da ladeira, é possível visualizar os vasos e ter uma visão panorâmica da geografia atual da cidade. Em um raio de 100 metros, aproximadamente, está localizada a Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré, a prefeitura municipal, casarões antigos, a estação ferroviária, centros comerciais e as pontes que interligam o lado esquerdo ao lado direito da cidade de Nazaré.

Nazaré está situada no Recôncavo da Bahia, e devido ao seu potencial hidrográfico e geográfico tornou-se uma das principais cidades do estado baiano, contribuindo com o desenvolvimento do recôncavo, uma importante região para o contexto econômico do período colonial baiano.

Registros referentes ao Brasil colônia¹³ apontam que os primeiros séculos do Recôncavo foram marcados pelo reconhecimento, conflito, ocupação e exploração das terras. No processo de expansão territorial português, já no século XVI se evidenciava a importância econômica das cidades em torno da Baía de Todos os Santos, área côncava à baía, denominada de Recôncavo Baiano ou Recôncavo da Bahia.

O historiador inglês B. J. Barickman (1958, p. 36) assinala que a palavra “Recôncavo” significa “terra em redor de uma baía”, seja ela qualquer. Contudo, no caso do Brasil, o vocábulo vinculou-se ao Recôncavo da Bahia. Na Figura 10 é possível identificar os municípios e freguesias existentes em torno da Baía de Todos os Santos durante o século XIX, área que viria a ser denominada Recôncavo da Bahia.

¹³ Como referências para o estudo sobre o Recôncavo da Bahia foram consultadas: LINHARES, Maria Yedda (1990); BARICKMAN, B. J. (1958); TAVARES, Luis Henrique Dias. (1999); SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. (2015); Além das crônicas escritas por: SOUSA, Gabriel Soares de. (1971); CARDIM, Fernão. (1925).

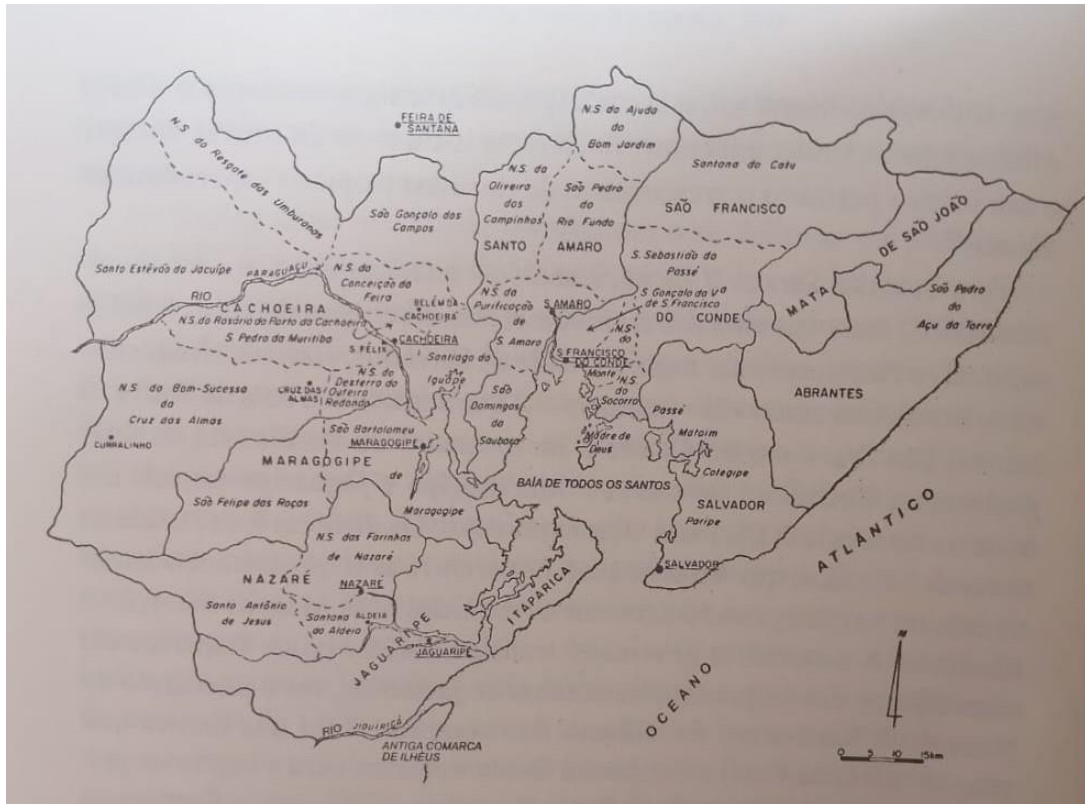


Figura 10 Municípios e freguesias do século XIX. Fonte: Barickman, 1958, p. 40

A ligação do Recôncavo com a Baía de Todos os Santos, a navegação direta para a cidade de Salvador e a saída para o Oceano Atlântico podem ser considerados fatores atrativos para a exploração dessa região. Seu solo fértil e potencial hidrográfico, caracterizado pela abundância de rios e riachos, têm como principais rios o Paraguaçu e o Jaguaripe. O Paraguaçu nasce na Chapada Diamantina e banha várias cidades, entre estas Santo Estevão, Cruz das Almas, Governador Mangabeira, Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição da Feira, Muritiba, Cachoeira e Maragogipe, desembocando na Baía de Todos os Santos entre os municípios de Maragogipe e Saubara. O Rio Jacuípe banha as cidades de Santo Antonio, Muniz Ferreira, Jaguaripe, Nazaré, desembocando na Baía de Todos os Santos.

No século XVI, estes lugares foram doados a colonos portugueses como estratégia para ocupação do território brasileiro. O ilustre historiador e professor nazareno Luis Henrique Dias Tavares (1999, p. 108-109) remonta ao século XVI e à doação de terras por meio dos sistemas de Capitânicas

Hereditárias¹⁴, Morgadio¹⁵ e Sesmarias¹⁶, que resultaram na divisão do Brasil em dezessete capitanias, para explicar a formação da região e a concessão de privilégios a D. Álvaro da Costa, filho do segundo governador-geral do Brasil¹⁷, foi doada “[...] a enorme sesmaria do Paraguaçu por causa de sua participação militar na conquista do recôncavo baiano [...], compreendendo terras que iam da foz do Paraguaçu até a foz do rio Jaguaripe.”. (TAVARES, 1999, p. 130).¹⁸.

No *Tratado descritivo do Brasil*, registro de 1587 do português Gabriel Soares de Sousa¹⁹, empresário, sesmeiro e dono de engenho em Jaguaripe, ele descreve a região da Ilha de Itaparica, Salvador e Recôncavo, delimitando a região banhada pelo rio Jaguaripe²⁰ e sua navegação:

[...] Da ponta desta ilha de Itaparica à ponta do Padrão está a barra do leste, e entre a outra ponta da ilha e a ponta do Jaguaripe está a barra de loeste, por cada uma destas barras se entra na baía coma proa ao norte. A barra de loeste se chama de Jaguaripe por se meter nela um rio do mesmo nome [...] tem um canal estreito por onde navegam, pelo qual

¹⁴ Luis Henrique Dias Tavares sintetiza a origem da criação das Capitanias Hereditárias através da carta-conselho datada de 29 de fevereiro de 1532, enviada pelo diretor do Colégio de Santa Bárbara doutor Gouveia ao rei d. João III, o qual doutor Gouveia disse: “[...] A verdade era dar, senhor, as terras, a vossos vassallos [...] Porque quando lá houver sete ou oito povoações, estas serão bastantes para defenderem aos da terra que não vendam o brasil a ninguém”. (TAVARES, 1999, p. 106).

¹⁵ “[...] morgadio, a propriedade não podia ser dividida e muito menos negociada, porque passava como bem vinculado do pai ao filho mais velho”. (TAVARES, 1999, p. 106).

¹⁶ “[...] sesmaria, a terra era dada sob determinadas condições, a principal das quais era o aproveitamento da concessão num prazo de cinco anos, após o qual, caso não fosse atendida essa exigência básica, o concessionário perdia a sesmaria e era obrigado a pagar multa”. (TAVARES, 1999, p. 109).

¹⁷ Tavares afirma sobre este governador-geral: “[...] Compreendia, portanto, que esse governo fora criado para a segurança e a continuidade das capitanias, como declara, aliás, o próprio texto do regimento: ‘conservar e enobrecer as capitanias’.” (TAVARES, 1999, p.132).

O primeiro governador-geral foi Tomé de Sousa. Chegou a Baía de Todos os Santos em 29 de março de 1549 e teve como primeira missão, dada rei de Portugal, a criação da Cidade de Salvador na Vila do Pereira. Para além, teve o papel de implantar a administração do rei, estabelecer ordem e segurança para as plantações de cana, criação de engenhos e gados na Bahia. Tomé de Souza governou de 1549 a 1553. Duarte da Costa, foi o segundo governador-geral, partiu do Tejo em 8 de maio de 1553 e chegou a Salvador em 13 de julho de 1553, teve como missão ampliar o que fora implantado pelo primeiro, o que não acontecerá, sendo este considerado pelos historiadores um retrocesso. Duarte da Costa governou de 1553 a 1558. Mem de Sá foi o governador que permaneceu por maior tempo, de 1558 a 1572. Faleceu em 1572 e seus restos mortais estão na Catedral Basílica de Salvador (TAVARES, 1999, p.139-143).

¹⁸ SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, p. 155-157, fez uma descrição detalhada desta capitania.

¹⁹ “Português nascido no Ribatejo, cerca de 1540, foi considerado por José Honório Rodrigues como ‘o maior de todos os cronistas da época’ por conta do Tratado Descritivo do Brasil, em 1587. [...] Gabriel Soares de Sousa tinha quase 30 anos quando chegou ao Brasil, em 1569, desembarcando na Bahia como escala para a Índia. Homem de alguns recursos, viu no Brasil boas possibilidades de enriquecimento e decidiu ficar na terra. Casou-se com Ana de Argolo, filha de gente grada da Bahia, e montou engenho em Jequiçá, além de fazenda criatória nas cercanias do Jaguaripe”. (VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808. Editora Objetiva: Rio de Janeiro, 2000, p. 260).

²⁰ Rio de muitos afluentes - Onha, Caraípe, Taitinga, Jequitibá, Copioba-mirim, Batatã, Tijuca, Copioba-Açú, entre outros - que nasce na cidade Castro Alves e desagua no oceano Atlântico pela cidade de Jaguaripe.

entram caravelões da costa e barcas dos engenhos [...]. (SOUSA, 1587, p. 142).

Na descrição é possível identificar a ligação do Recôncavo com a cidade de Salvador através do canal do rio Jaguaripe, como podemos identificar na Figura 8. O rio Jaguaripe é profundo e possibilitava aos colonizadores a agilidade necessária para o escoamento das produções de outras localidades do Recôncavo, utilizando-se na navegação embarcações de grande porte, como os caravelões.



Figura 11 Localização de Nazaré no Google Maps, adaptado pela autora as identificações de: 1. Nazaré, 2. Jaguaripe, 3. Maragogipinho, 4. Barra do Paraguaçu, 5. Ilha de Itaparica, 6. Salvador. Acessado em 05/12/2018

No mapa reproduzido na figura 11 fica explícita a potencialidade fluvial do Recôncavo Baiano que, como foi apresentado anteriormente, além de riachos possui também dois grandes rios: o Paraguaçu e o Jaguaripe. A ligação desses rios (identificados nos números 2 e 4) com o Oceano Atlântico e a Baía de Todos os Santos demonstra os importantes canais de comunicação com Salvador e além-mar, demarcando uma imprescindível rota de escoamento das produções das cidades de Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e Nazaré (identificada com o número 1).

Nazaré, devido à sua posição geográfica nessa conjuntura, tornou-se um dos principais portos para o trânsito comercial dos produtos do Recôncavo com destino a Salvador (número 6). Para além dessas rotas, na Figura 2 é possível identificar outras

rotas comerciais que poderiam ser utilizadas entre Salvador, Ilha de Itaparica (número 5) e os rios Jaguaripe e Paraguaçu.

3.1 NAZARÉ DO JAGUARIFE, DAS FARINHAS E DAS OLARIAS²¹

Na revisão sobre a história da cidade de Nazaré notou-se o peso que a geografia da cidade, as terras de solos férteis e, principalmente, o rio Jaguaripe, desempenharam no desenvolvimento local.

Os famosos Saveiros do Recôncavo, assim como outras embarcações, navegavam no vai e vem dos rios e do oceano, em uma rota Jaguaripe-Salvador, com a missão de comercializar produtos agrícolas regionais, objetos cerâmicos e a mão de obra humana escravizada dos engenhos e das plantações do Recôncavo.

Eram nessas embarcações que foram tecidas as histórias do Recôncavo, com os conflitos entre portugueses, indígenas e negros, as transações políticas colonialistas que tentavam enfraquecer a dinâmica cultural indígena e negra no local e o comércio no porto, que atribuiu a Nazaré o título de terra das farinhas, terra da produção das olarias, uma construção documental pós domínio colonial.

Gabriel Soares de Sousa (1971) ao descrever suas impressões sobre o rio Jaguaripe o compara ao Douro, importante rio português com foz no Porto e Vila Nova de Gaia e que teve expressão histórica na comunicação navegável de sua região com a metrópole. Sousa, em sua descrição do curso do rio pega como ponto de referência o engenho de Fernão Ataíde, local dos primeiros povoamentos coloniais de Nazaré e região:

Este rio de Jaguaripe é tamanho como o Douro, mas mais aprazível na frescura; [...] abaixo da cachoeira é água doce, a qual o salgado com a força da maré recuar até a cachoeira. Junto da cachoeira virando sobre a mão direita, para baixo, está um engenho de água de Fernão Cabral de Ataíde, obra mui formosa e ornada de nobres edifícios de casas de vivenda e de outras oficinas e de uma igreja de São Bento, mui bem acabada, o qual engenho está feito nas terras del-rei [...] Deste engenho para baixo vivem alguns moradores que tem suas roças e canaviais ao longo do rio [...] (SOUZA, 1971, p. 157).

Souza relata a força do rio Jaguaripe, o encontro com as águas salgadas do Atlântico e seu curso principal pela cidade Nazaré, fator de grande relevância para o

²¹ Segundo dicionário HOUAISS (2001, p. 2056), Olaria s.f. (1720 cf. RB) 1 lugar onde se fabricam peças de cerâmica 2 técnica de fabricar objetos de argila; a arte do oleiro 3 ofício de oleiro 4 conjunto de artefatos de cerâmica . ETIM 1 ola + -aria; f.hist. 1720 olaria, 1720 ollaría, 1720 oleria.

desenvolvimento local, como indica Tavares (2003, p. 13), descrevendo o rio Jaguaripe como: “[...] poderoso pela força que patrocinou e acompanhou o nascimento e desenvolvimento do primitivo e pobre povoado dos finais do século XVI e XVII e o acompanhou até os sucessos agrícolas e comerciais dos séculos XVIII e boa parte do XIX [...]”. A cidade, de ocupação Tupinambá²², desde o século XVI foi situada em referência a esse curso d’água, tal como: lado esquerdo do Jaguaripe e lado direito do rio Jaguaripe, demarcando a importância destas águas na construção histórica do povo.

Segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, publicada pelo IBGE (1958, p. 75), para os religiosos “[...] em 1561 [...] nada se sabia sobre a existência de qualquer povoação às margens do Jaguaripe [...]”, sendo os jesuítas informados da existência do povoado²³ no momento de partida da Ilha de Itaparica.

Na hora do embarque do Prelado, que viera com 40 jesuítas e 3 irmãos, chegava um mensageiro mandado por principal de um rio chamado Jaguaripe, dizendo que tinham por novas que o Padre estava de caminho para lá a fazer igrejas e que eles prometiam ajuntar-se e fazer o que lhes fosse ordenado para construção do seu templo. (IBGE, 1958, p. 75).

Com a colonização, a margem esquerda, segundo Tavares (1999, p. 130) foi doada como sesmaria a d. Álvaro da Costa e tornou-se capitania em 1566, no reinado de d. Sebastião, incorporada à Bahia, em compra realizada pelo rei D. José I. Ainda de acordo com a publicação do IBGE (1958, p. 75), “[...] as terras da margem esquerda foram doadas, sob condição, por D. Álvaro a Pero Carneiro, que não aproveitou-as”. O historiador e memorialista nazareno Augusto Lamartine (1999, p. 55) informa que d. Álvaro da Costa doou as terras a Antônio de Oliveira, em 1564, e por ausência de interesse em cultivar as terras, a viúva de D. Álvaro, D. Catarina, transferiu a doação para Pero Carrera, que também não as beneficiou. Apenas em 1640, sob o domínio de Antônio de Brito, as terras foram lavradas.

Para Lamartine (1999), a margem direita da cidade foi doada por Mem de Sá ao português Antônio Ribeiro, sendo cedida a Fernão Cabral de Ataíde, Diogo Correia Sande e Gabriel Soares de Sousa. Essa informação pode ser confirmada no *Tratado Descritivo do Brasil* (p. 155-159), no qual Gabriel de Sousa, ao descrever o Recôncavo, emprega

²² Os tupinambás são povos indígenas que ocuparam, no século XVI, parte da costa brasileira.

²³ “POVOADO. Habitado de muita gente. Cidade povoada” (BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Português e Latino, volume 6, 1712-1728. Acessado em 17/11/2018. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/povoado>.

Esta publicação é o primeiro dicionário da língua portuguesa, de autoria do padre Raphael Bluteau (1638-1734).

como marcos os engenhos de propriedade de portugueses, entre estes Fernão Cabral e Diogo Sande.

Essa descrição de Gabriel Soares também possibilita ratificar a hipótese da existência de uma estratégia de criação de engenhos em terras baianas empreendida pelo Governador-Geral, ideia defendida pelo historiador baiano Antônio Risério (2004). Ao falar do cultivo do açúcar e da criação de engenhos na Bahia, ele assevera:

Martim trouxe colonos portugueses, italianos e flamengos que tinham experiência na manufatura do açúcar. [...] ao crepúsculo do século XVI, a Bahia contava com cerca de 40 engenhos. [...] Thomé de Souza chegou com a orientação de construir um engenho real e estimular a criação de outros engenhos, através da concessão de sesmarias e de benefícios fiscais [...]. (RISÉRIO, 2004, p. 137).

Segundo Lamartine (1999, p. 55), as terras que se desdobravam ao longo do rio Jaguaripe, na região denominada povoado de São Bento, foram cultivadas por Fernão Cabral de Ataíde. Por volta de 1573, esse proprietário e sua esposa, Margarida da Costa, consolidaram-se nesse povoado e, através do cultivo de cana, milho, mandioca, fumo e hortaliças, fizeram prosperar a região.

Por muitos anos Nazaré pertenceu a Jaguaripe - primeira Vila do Recôncavo²⁴, composta pelos povoados de Nazaré, Aldeia, Estiva, Jequiriça, Pirajuí e Jacoruna. Tavares (2003, p. 19) enfatiza que Nazaré foi se formando aos poucos, à margem esquerda do rio, sendo por muito tempo apenas uma rua comprida. Sua economia era consolidada na cana-de-açúcar e na fabricação de aguardente e melaço, que eram escoados pelo porto. A Enciclopédia dos Municípios (1958, p. 76) traz narrativa de que em Nazaré, no século XVII, houve a aparição de uma “[...] uma senhora de rara beleza, que dizia ser a Virgem de Nazaré”. Com a disseminação da notícia, passaram a ocorrer romarias, e o morador Antônio de Brito requereu ao bispo D. Pedro a construção da capela, que recebeu a invocação de Nossa senhora de Nazaré. Em 1753, “[...] D. José Botelho, 8º Bispo da Bahia, elevou a capela de Nossa Senhora de Nazaré [...] à categoria de freguesia”. Lamartine (1999, p. 81) explora essa história, afirmando que o capitão-mor Jacinto Correia de Ataíde foi quem iniciou, juntamente ao conde de Atouguia, o trabalho de elevação do povoado de Nazaré à freguesia, o que pode ser sinalizado como demonstração de sua importância econômica para a metrópole.

²⁴ “VILLA. Povoação aberta, ou cercada, que nem chega a cidade, nem é tão pequena, como Aldea. Tem Juiz, & Senado da Camara, & seu Pelourinho. Nisto se diferencia de Julgado que o não tem” (BLUTEAU, Raphael. Vocabulario Portuguez e Latino, volume 8, 1712-1728. Acessado em 17/11/2018. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/Vila>).

Esse brio de Nazaré é ratificado em documentos da Bahia, citados por Tavares (1999, p. 22 e 24), que ao mencionar os engenhos de Nazaré informa que existiam naquela freguesia seis engenhos²⁵ e “[...] trinta engenhocas [...] produzindo melaço e raspadura”, local visto com distinção, de grande contraste em relação à Vila de Jaguaripe por causa da produção de açúcar e ativo comércio.

Todas as semanas, aos sábados (depois acrescentou-se sexta-feira) instalava-se na Praça do Porto (também foi chamada Praça da Moeda) uma feira abastecida pelo muito que descia do Rio Fundo, Taitúnga, Onha e Santo Antonio de Jesus.

A feira do povoado de Nazaré das Farinhas comercializava em 1799, milho, feijão, fumo, rapadura, melaço, aguardente, capados (porcos) vivos ou mortos, peixes, mariscos e louça de barro. [...] (TAVARES, 2003, p. 22).

Segundo Barickman (1958, p. 96), a farinha estava presente na vida dos ricos e dos pobres, “[...] nas cuias e baldes que os escravos usavam à falta de pratos [...]”, algo que o museólogo Afrânio Simões Filho confirma em sua tese intitulada *Política de abastecimento na economia mercantil: O Celeiro Público da Bahia, 1785-1866*, notando que “[...] a presença da farinha de mandioca atravessava todos os setores [...]” (SIMÕES FILHO, 2011, p. 1 e 25). Tratava-se de um gênero alimentício imprescindível na dieta da população da Bahia²⁶ e que, muito certamente, deu fama à cidade, popularmente conhecida como “Nazaré das Farinhas”, principal entreposto comercial da farinha de mandioca.²⁷

Segundo registro do manuscrito *Compêndio de reflexões sobre a Vila de Jaguaripe e estado atual da plantação de mandioca nas roças de Nazaré*, datado de 1798-1800, citado por Simões Filho (2011, p. 36),

Nazaré, a principal povoação do termo de Jaguaripe era um importante entreposto comercial cuja farinha era mais barata do que a das vilas distantes. Semanalmente, cerca de ‘mil e quinhentos cavalos’ para lá se dirigiam ‘carregados de quatro, cinco, seis, sete e às vezes nove mil alqueires de farinha’²⁸. O produto era, então, enviado com destino a Salvador, para serem depositados ‘nos celeiros públicos, para subsistência do povo dela’.[...].

²⁵ Documento datado de 1799, onde o Juiz de Fora João da Costa Carneiro de Oliveira fala de aspectos econômicos de Nazaré e lista seis engenhos da cidade: Engenho de Manuel Nunes Pereira, Engenho de Antônio da Costa de Faria, Engenho Quiçaçá, Engenho São Bernardo, Engenho Copaíba (TAVARES, 2003, p. 21-24).

²⁶ Segundo Barickman (1958, p. 91), “Os baianos que dispunham de meios para tanto consumiam diariamente pelo menos um décimo de uma quarta de alqueire de farinha (0,907 litros ou aproximadamente 567 gramas).”

²⁷ Na tese de Afrânio Simões Filho (2011, p. 26), na nota de rodapé 113 há referência de que a historiadora Katia Mattosso em suas pesquisas encontrou uma série de denominações para a farinha de mandioca: farinha lavada, farinha de guerra, farinha grossa, farinha fina, farinha comum, farinha de caixão.

²⁸ Barickman (1958, p. 23) informa que 1 alqueire corresponde a 36,27 litros.

O historiador Felix Santos, na tese *O pão nosso de cada dia* (2018, p. 139 e 142), aborda a lavoura e a produção da farinha no Vale do Copioba²⁹, região situada no Sul do Recôncavo, entre os municípios de Nazaré, Maragogipe e São Felipe, e pontua que os portos de Maragogipe e Nazaré eram os dois principais escoadouros na distribuição da farinha manufaturada do Vale da Copioba para Salvador. Para além dos portos, eram utilizados também, na distribuição da farinha, os tropeiros com seus animais, que iam estabelecendo paradas e construindo a história das cidades da Bahia.

Através dessa comercialização da farinha de mandioca, pode-se inferir que a cultura indígena é algo arraigado há séculos no Recôncavo. Com os indígenas, os colonizadores conheceram o cultivo da mandioca e aprenderam a técnica de obtenção e conserva desse alimento, segundo Simões Filho (2011, p. 26), sendo os “índios de Diogo Alvares”, de acordo com Afonso Ruy em citação feita por Simões Filho (2011, p. 26), os primeiros fornecedores de farinha para Salvador, na instalação do primeiro Governo Geral.

Souza (1971, p. 173 e 178) informa que na Bahia plantava-se mandioca o ano inteiro. Os índios do Brasil costumavam chamar a farinha de farinha de guerra, devido às jornadas fora de casa, quando “[...] levam às costas ensacadas em uns fardos de folhas [...] da feição de uns de couro [...] de maneira que, ainda que caia num rio, e que lhe chova em cima, não se molha. [...]”. Os portugueses que não tinham roças utilizavam-na na alimentação dos criados e nas viagens de navio até Portugal, uma tradição alimentar presente ainda no século XX, como constatado por Barickman (1958, p. 94), ao afirmar que a farinha de mandioca continuou sendo a alimentação básica dos trabalhadores braçais da Bahia, que era comida acompanhada de peixe ou carne, considerados “[...] tempero; que tornava mais fácil engolir as grandes quantidades de farinha”.

Ainda no que diz respeito ao período colonial, a farinha de mandioca e seus derivados passaram a ser alimento desejado não apenas na Bahia como também em outros países, como relata Simões Filho:

O envio de farinha para a África não se limitava ao comércio de escravos. Nas ocasiões de grande falta, autoridades africanas pediam

²⁹ Nas leituras realizadas na tese de Felix Santos (2018, p. 13-15), o Vale do Copioba é descrito por ser recorte regional do Recôncavo. A região abrange a Serra do Copioba, a Serra do Pequi e a Serra da Jibóia. Ocupa o centro do Vale do mesmo nome, estende da foz do Paraguaçu, em Maragogipe, até o Rio Jaguaripe, na sua passagem por Nazaré. A existência de rios e riachos, a composição do solo que permitia a associação e alternância das lavouras da cana-de-açúcar e mandioca no mesmo terreno, foram fatores que facilitaram o estabelecimento do povoador.

socorro à Bahia. Em abril de 1792, o governador de Angola, Manoel de Almeida e Vasconcelos, solicitou farinha para aquele reino assolado pela seca. No mês seguinte, enviou outro pedido. (SIMÕES FILHO, 2011, p. 45, nota de rodapé nº 212).

Segundo Felix Santos (2018, p. 13), a farinha de mandioca tinha vários usos, dentre os quais manufatura, alimento e mercadoria, e ressalta que havia regulamentos e instituição específica para o seu comércio. Barickman (1958, p. 105) relata tentativas da Coroa em controlar a oferta de gêneros alimentícios, dentre eles, a farinha:

[...] a Coroa e as autoridades locais tentaram mais de uma vez garantir uma oferta adequada aos gêneros alimentícios através da legislação. Alvarás e provisões régias de 1642, 1680 e 1690 obrigavam os senhores de engenho e lavradores de cana a cultivar mandioca.

Documento da Câmara da Vila de Jaguaripe ao governo da Bahia, datado de 29 de julho de 1775, citado por Simões Filho (2011, p. 31), perpetuou essa tentativa de controle na plantação e produção da mandioca em Jaguaripe:

O governador da capitania da Bahia defendia que terras ociosas dor termo de Jaguaripe fossem entregues a quem quisesse plantar mandioca [...] Os vereadores de Jaguaripe informaram ao governador Manuel da Cunha de Menezes, que a exceção de algumas matas do rio Jequiriça, todas as terras aproveitáveis daquele termo já estavam utilizadas, ‘e eram cultivadas algumas pelos próprios senhores, e as mas delas pelos respectivos inquilinos’. Acrescentavam que a maior parte das terras não se prestava ‘à lavoura e seus habitantes trabalhavam no ramo da olaria e fabricavam telhas, tijolos e louça’. (grifo nosso).

Através do documento exposto acima constata-se a potencialidade dessa região para produção de objetos em argila enquanto meio de sustento desenvolvido por parte dos moradores no período colonial. Tal aspecto é ratificado em carta do juiz de fora João da Costa Carneiro de Oliveira endereçada a D. Rodrigo de Souza Coutinho e datada de 23 de novembro de 1799 (SANTOS, 2018, p. 138). A carta, onde foi comunicado início da correição pela Vila de Jaguaripe e destaca os meios de vida dos moradores, que eram as roças de mandioca, o comércio de farinha e as olarias de louça de barro. Sobre as olarias, faz-se necessária a condução o desenvolvimento de estudos arqueológicos que as mapeiem, pontuando o comércio de telhas e tijolos na região, em Salvador e até mesmo para a metrópole.

De acordo com Felix Santos (2018, p. 67), o solo do Recôncavo tem três características principais: argiloso (denso e pesado), capaz de reter água, com maior ou menor presença de massapé; solo com menor teor de argila (mais leve), conseqüentemente, mais arenoso; e o solo misto (massapé e arenoso).

A cultura de fabricação ou do uso da cerâmica foi objeto de relato de cronistas ao longo dos séculos. Sousa, por exemplo, em 1587, afirmava que a farinha e beijus se consumiam na matalotagem³⁰ ou provisão de mantimentos dos navios e eram acondicionadas em potes de cerâmica ou barricas de madeira, aguentando mais de ano sem corromper.

O jesuíta português Fernão Cardim, no *Tratado da terra e gente do Brasil*, ao relatar os enterramentos dos indígenas, observou que “[...] depois de morto o lavão e pintão muito galante [...] lhe metem uma cuya no rosto, e assentado o metem em um pote que para isto tem debaixo da terra [...]” (CARDIM, 1925, p. 177-178). Ao retratar o ritual indígena, narrou: “[...] determinado tempo em que há de morrer, começam as mulheres a fazer louça, a saber: panellas, aguidares, potes para os vinhos, tão grandes que cada um levará uma pipa [...]” (CARDIM, 1925, p. 183).

Os escritos deixados por esses cronistas reforçam a suposição do uso da cerâmica por diferentes “mesas”, povos e nos rituais. A cerâmica de fabrico indígena era, ao mesmo tempo, utilizada como recipientes de cargas nos lastros das embarcações e como peça de ritual mortuário. Um utensílio fabricado, muitas vezes, por mãos femininas, que imprimem a identidade do povo do Recôncavo.

Relatos do português Vilhena e do inglês Lindley, escritos em séculos diferentes, reforçam a manutenção identitária de fabrico e comércio de louça de barro e louça vidrada nessa região. O professor português Luís dos Santos Vilhena, em suas *Cartas sobre a Bahia do século XVIII*, informou que

[...] a vila de Jaguaripe fundada no tempo do governo do exmo. D. João de Lacastre [...] acham-se neste terreno as seguintes povoações Jequiriça, que fica defronte da Estiva, Jacuruna, Santo Antônio, da Aldeia, Nazaré e Tijuca [...].

Os efeitos, e gêneros de comércio desta vila são muita louça de barro, e vidrada, que unicamente se faz nas suas muitas olarias, que dão provimento em abundância, não só a cidade como a todas as mais vilas, povoações e inumeráveis fazendas do Recôncavo, e fora dêle além da muita, que sai para quase todas as povoações e portos da costa, e embarcações; sai igualmente desta vila toda a telha, e tijolo de que se carece não só a cidade, como em todas as mais povoações [...]. (VILHENA, 1969, p. 485-486).

³⁰ “MATALOTAGEM. A provisão de mantimentos, que se leva nos navios, galés & outras embarcações.” (BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Portuguez e Latino, volume 5, 1712-1728. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/matalotagem>>. Acessado em 18/12/2018.

Nos escritos de 1805 do comerciante inglês Thomas Lindley, citado por Barickman (1958, p. 131), salta aos olhos a efervescência do comércio na região do Recôncavo

[...] ‘o comércio praticado nos confins imediatos da baía, situados em grande parte no interior, é assombroso. Há nada menos de oitocentas lanchas e sumacas de diferentes tamanhos, trazendo todos os dias seu tributo de comércio para a capital’. As mercadorias que essas embarcações transportavam incluíam, segundo Lidley, fumo, açúcar, algodão e madeira para exportação, bem como milho, lenha, óleo de baleia, hortaliças, ‘o maior sortimento de louças de Iaguaripe (*sic*)’, peixe seco, e, é claro, farinha para consumo local.

Nazaré foi uma cidade com comércio atrativo para as demais localidades do interior do Recôncavo, resultando em uma diversidade de culturas, povos e práticas que, certamente, desencadearam choques culturais e sociais. O historiador Lucas Aguiar observa que “pequenos núcleos de gente empobrecida (...) viviam do ofício da estiva, pescadores e mulheres que vendiam mariscos e quitutes na urbe – que aos poucos ganhava aspectos de modernidade e se urbanizava” (AGUIAR, 2014, p.50-51).

Alicerçado nesse processo de expansão e diálogos culturais, Nazaré viu desenvolver-se sua produção cerâmica. Sabe-se que regiões como o Recôncavo da Bahia fabricavam, desde muito antes da chegada dos portugueses, a louça vidrada de chumbo, no entanto, infelizmente, há poucos estudos sobre as origens das técnicas nas produções brasileiras.

Relatos históricos apontam que a produção oleira no Recôncavo se intensificou após a chegada da Companhia de Jesus, com a exploração da mão de obra indígena, que deslocaram suas olarias para as proximidades dos colégios para atender à demanda de tijolos, telhas e louça. Pereira afirma que:

Sabemos que a cerâmica, inegavelmente, é a mais transcendental e rica manifestação da cultura-material brasileira. Os colonizadores, instalando aqui as primeiras olarias, nada de novo trouxeram para a terra. Estabeleceram núcleos de trabalho onde concentraram pessoal suficiente adestrado e capaz de oferecer muito de seu para amenizar, de certo modo, a intensidade da influência recebida. (PEREIRA, 1957, p. 12, grifos nosso).

Esse mesmo autor (1957, p. 13), com base em escritos do emérito historiador da Companhia de Jesus, Padre Serafim Leite, põe em dúvida que os jesuítas tenham ensinado alguma coisa de cerâmica aos índios. “[...] O que de maior vulto fizeram neste sentido, foi concentrar a mão-de-obra e talvez estruturar a produção [...]”.

Pereira (1957, p. 17) diz “[...] não ser possível afirmar com segurança se a influência portuguesa sobre a louça-de-barro brasileira haja tido maior profundidade no tocante as formas dos utensílios e seus ornamentos [...]”. No entanto, a história da humanidade aponta para repetições de formas, ratificando a teoria de Luiz Chaves, citado por Pereira (1957, p. 17), de que: “[...] não há por aí modelo, até de feitio abstruso, que não tenha antepassado conhecido. [...] Por mais que se procure novidade, tudo se repete; no mundo egípcio, no mundo grego, na formação romana, na cerâmica árabe, está tudo. [...]”, deixando clara a interação e troca de experiências entre culturas, embora essas trocas de práticas e técnicas não signifique ausência de retaliações e repressão.

Sobre esse aspecto, notamos que as louças do Recôncavo, bem como a produção de outras regiões do mundo, incorporam em sua ornamentação elementos da natureza local.



Figura 12 Vaso de água, decoração em flores em alto relevo. Fonte: Iaçanã Simões, 2016.

Flores, folhas e traços geométricos em relevo, impressos no vaso em cerâmica reproduzido na Figura 12, mostram a identidade da arte produzida em Maragojipinho

através do filtro de barro, objeto de arte decorativa que tem a função de armazenar água e que traz em sua carga histórica o fazer cerâmico singular do Recôncavo. Uma produção das olarias que possuíam estruturas de palha ou telha, como explica Pereira (1957, p.55) ao distinguir que “[...] As de telha são as chamadas ‘olarias’ propriamente ditas; as de palha, são denominadas ‘palheiros’. Olarias e palheiros, entretanto, tem as paredes laterais erguidas em grades de bambu, recobertas de folhas sêcas de coqueiro” (PEREIRA, 1957, p. 55). Para Iaçanã Simões (2016, p. 52), as características estruturais das olarias dessa região não passaram por modificações bruscas, existindo, atualmente, poucas olarias com tetos em palhoças, constituindo-se, a maioria dos tetos em telhas de cerâmica.

As produções, atualmente, estão reduzidas a polos, ponto que contradiz o relato de Rebello, citado por Iaçanã Simões que afirma que as margens do rio Jaguaripe eram povoadas e cheias de olarias. Eram locais que:

[...]faz-se muita louça para serviço de cozinha, potes, talhas grandes e pequenas, tijolo quadrado, e comprido, telhas, quartinhas para água de diversos moldes & c., muitas engenhocas de fazer rapaduras, tendo seos habitantes de todos estes artigos hum grosso ramo de commercio. (REBELLO, citado Simões, 2016, p. 45).

No entanto, elementos artísticos da produção da região permanecem através dos tempos. A arte de pequenas miniaturas, a decoração em flores e o uso de pinturas com pigmentos naturais foram identificados por Iaçanã (2016, p. 68) como características da cerâmica tradicional dos povos do Recôncavo Baiano, que fabricavam suas artes utilizando-se de tinta esmalte, do pigmento de tabatinga³¹ e do pigmento de tauá³², elementos naturais que formam um contraste belíssimo com a cor do suporte, realçando o desenho no objeto, como observado nas Figuras 13 e 14.

Segundo essa mesma autora (2016, p. 69), os pigmentos naturais foram identificados por Valentin Calderon como “[...] Tradição Aratu e Tradição Tupi-guarani, sendo a primeira com datações de 870 d.C, parecendo ter antecedido a segunda datando de 1270 +/- 130 d.C.”.

³¹ Pigmento mineral de cor esbranquiçada.

³² Pigmento mineral de cor avermelhada.



Figura 13 Moringa pintada com tabatinga. Foto: Iacanã Simões, 2016.



Figura 14 Pintura feita com tauá. Foto: Iacanã Simões, 2016.

Por meio dessa breve exposição, buscou-se mostrar que Nazaré era um povoado de grande destaque no Recôncavo, uma cidade portuária que abria, para a região, possibilidades de transações comerciais tanto nas feiras livres quanto em lojas comerciais e nas embarcações, que saíam dos portos carregadas com farinha de mandioca, telhas, tijolos e louça de barro, como mostra a Figura 15.



Figura 15 Comércio flutuante. Disponível em: <http://historiadeverdade1.blogspot.com/2012/04/os-saveiros-de-pierre-verger.html>>. Acessado em: 28/01/2019.

Essa dinâmica comercial proporcionou o crescimento de Nazaré e o seu reconhecimento como centro de abastecimento da Bahia, resultando em sua elevação à vila. Em ofício encontrado no Arquivo Digital da Biblioteca Nacional, datado de 20 de maio de 1786, os membros do Senado da Câmara expressam o desejo de Nazaré em tornar-se vila e os efeitos negativos desse ato para a Vila de Jaguaripe.

Nazaré elevou-se a vila em 25 de outubro de 1831. As vilas eram governadas por sistema monárquico que consistia em câmaras. Através do presidente do Conselho Municipal as câmaras cumpriam funções legislativa e executiva. Segundo Lamartine

(1999, p. 104), Manuel Inácio Sampaio foi o primeiro a governar Nazaré quando esta tornou-se cidade³³, em 19 de novembro de 1849, pela Lei Provincial Nº. 368, “[...] uma resposta política à sua importância”, de acordo com Tavares (2003, p. 32).

A cidade de Nazaré também teve papel importante na batalha de Independência da Bahia. Segundo Lamartine (1999, p. 92), “[...] sob chefia de Antônio de Souza Bittencourt voluntários nossos dirigiram grandes frotas de barcos e saveiros, através do estreito do Funil, com mantimentos para as tropas sediadas em Itaparica”. Luis Henrique Dias Tavares (2003, p. 27 e 28) informa que Nazaré aderiu à campanha em 29 de julho de 1822, mais de um mês depois da adesão de Cachoeira, Maragogipe, Santo Amaro e São Francisco do Conde. A campanha decorreu dos conflitos entre proprietários de roças e comerciantes portugueses, defensores da continuidade da Província da Bahia.

No decorrer dos anos, a cidade de Nazaré teve uma grande expansão no seu comércio, verificando-se a abertura de lojas de tecidos, miudezas, ferragens, padaria, farmácias, armazéns e indústria artesanal de charutos, rapé e sabão. Essa expansão pode ser vista como justificativa à criação da Santa Casa de Misericórdia na cidade, instituição que gozou de prestígios políticos de Portugal, confirmados pela visita do Imperador Pedro II à instituição quando de sua ida à cidade de Nazaré, nos dias 3 e 4 de novembro de 1859.

3.2 SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE NAZARÉ E O CEMITÉRIO NOSSO SENHOR DOS AFLITOS

O Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos é o local onde está abrigado o conjunto de louças importadas de Portugal. O local é administrado pela Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, instituição criada no século XIX e que teve sua origem na Irmandade da Misericórdia, em Lisboa, criada a 15 de agosto de 1498, por D. Leonor³⁴, conforme pesquisa da professora portuguesa Isabel Guimarães de Sá (2009, p. 25).

³³ “CIDADE. Multidão de casas, distribuídas em ruas, & praças, cercadas de muros, & habitadas de homens, que vivem com sociedade, & subordinação”. (BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Portuguez e Latino, volume 2, 1712-1728. Acessado em 17/11/2018. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/Cidade>>.

³⁴ O historiador Russell-Wood (1939, p. 2-3), pontua o aspecto religioso das confrarias e irmandades que tinham como dever a proteção de interesses e o auxílio social aos irmãos e familiares através de dotes, esmolas, auxílio-encarceramento, tratamento hospitalar e funeral. O

Tratava-se de uma irmandade a serviço da caridade e das estratégias políticas portuguesas, espalhando-se pela Ásia, África e Brasil no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII. Segundo Russell-Wood (1981, p. 12-13), D. Manuel I reconheceu a importância da irmandade, que possibilitava avanços políticos, adotando uma série de medidas de expansão e privilégios à instituição. Em 14 de março de 1499 o rei recomendou aos conselheiros municipais do Porto a fundação de uma Misericórdia e solicitou ao Papa autorização para fundir pequenos hospitais em Coimbra, Évora e Santarém em hospitais únicos e grandes.

A bula papal *Cum sit carissimus*, editada em 23 de setembro de 1499, sancionou o pedido. Em 12 de setembro de 1500, D. Manuel escreveu ao Senado da Câmara de Coimbra sugerindo a fundação de uma Misericórdia. Concedeu cerca de trinta privilégios à Misericórdia, metade dos quais durante os primeiros três anos de existência da irmandade, e dentre os privilégios iniciais mais importantes estavam os relativos à caridade nas prisões, concessão de rações de carne gratuita fornecida diariamente pelos funcionários municipais para os presos e os doentes assistidos pela irmandade, monopólio da coleta de esmolas em Lisboa, além da isenção de vários impostos.

A Irmandade da Misericórdia, até hoje, é regida com base nos Compromissos, que seguem regras e conceitos, num total de 14 compromissos “Espirituais e Corporais”.

Espirituais: 1) Ensinar os ignorantes; 2) Dar bom Conselho; 3) Punir os transgressores com compreensão; 4) Consolar os infelizes; 5) Perdoar as injúrias recebidas; 6) Suportar as deficiências do próximo; 7) Orar a Deus pelos vivos e os mortos.

Corporais: 1) Resgatar cativos e visitar prisioneiros; 2) Tratar dos doentes; 3) Vestir os nus; 4) Alimentar os famintos; 5) Dar de beber aos sedentos; 6) Abrigar os viajantes e os pobres; 7) **Sepultar os mortos.** (RUSSELL-WOOD, 1939, p.15, grifo nosso).

Nos compromissos corporais, o sétimo é dirigido para o cuidar da matéria do ser humano, detalhando a forma de velar e enterrar o corpo após a morte, deixando clara a obrigação das instituições da Santa Casa de Misericórdia de criar cemitérios no Brasil do século XIX.

Na segunda metade do século XVI, período próximo à fundação da cidade de Salvador (1549), foi criada a Santa Casa da Bahia. Russell-Wood (1981, p. 63), afirma

maior exemplo, na Europa medieval, neste período de surtos e pragas, foi a irmandade de Florença, a Confraria de Nossa Senhora da Misericórdia (Confraternità di Santa Maria della Misericórdia) que exercia uma preocupação social com todas as classes. Portugal não estava livre destas pragas, sendo do século XII ao XV marcado por vinte dois surtos.

não ser possível precisar o ano de criação, pois “[...] A destruição dos arquivos da Misericórdia pelos holandeses e a ação do tempo e dos insetos afastaram a possibilidade de afirmar com precisão a data da fundação da irmandade na Bahia”.

A concepção e plano de formação da Irmandade da Misericórdia de Nazaré tiveram seu início em 30 de agosto de 1830. Lamartine, (1999, p. 110) conta ter sido uma ideia do Dr. José Gonçalves Martins, juiz de fora da Vila de Jaguaripe, devido à situação desoladora de indigentes e doentes nas ruas da cidade. Em 5 de setembro do mesmo ano houve a eleição e organização da irmandade, realizada no consistório da Irmandade do Santíssimo Sacramento, na Igreja Matriz de Nazaré.

Além de tratar dos doentes, a Misericórdia também zelava pela morte, sendo o sepultamento um dos seus compromissos corporais. O historiador baiano João José Reis (1991, p. 213) explica que uma das formas mais temidas da morte era a morte sem sepultura. Naquele período, a parcela da sociedade que se declarava cristã identificava no compromisso espiritual a necessidade de ser enterrado em local religioso. Por muito tempo, em Salvador (e, provavelmente, em Nazaré), o “sagrado” foi entendido pelos cristãos como o espaço das igrejas. Assim, os enterramentos eram realizados dentro dos templos, lugar demarcado pela nobreza e pelos religiosos, restando aos menos abastados o enterramento no entorno das igrejas. No entanto, apesar do compromisso espiritual religioso, na ausência de condições financeiras muitas pessoas eram enterradas em valas comuns ou jogadas ao mar.

Com a criação da Santa Casa de Misericórdia em Nazaré e a construção do hospital da irmandade (inaugurado em 01 de fevereiro de 1831), provavelmente se difundiram em maior escala as ideias higienistas que já estavam sendo discutidas na capital, não sendo de todo impossível que hábitos e costumes em voga em Salvador tenham influenciado social e artisticamente a sociedade nazarena. Aguiar (2014, p. 48) afirma que:

Com processo de expansão da cidade, iniciado na metade do século XIX, (...) a cidade que se assemelhava à Cachoeira, havia passado por um pseudo e incipiente processo de urbanização para viabilizar as transações comerciais e econômicas ali desenvolvidas, o que mudou acentuadamente a sua paisagem urbana. Além do vasto patrimônio arquitetônico construído no curso do século XIX em Nazareth, entre casas, sobrados e edifícios, muitos dos quais para abrigar as repartições e os serviços públicos.

A cidade de Nazaré passou por inúmeras mudanças em sua arquitetura e urbanização. Códigos de conduta foram implantados como forma de “educar” e impor

novos hábitos de higiene à sociedade. Segundo Lucas Santos Aguiar (2014), em 20 de novembro de 1894 o médico Alexandre Freire Maia Bittencourt Sobrinho, Intendente de Nazaré, oficiou o provedor da Santa Casa de Misericórdia de Nazareth, o também médico Alexandre José de Barros Bittencourt, e o Vigário da Comarca, Reverendíssimo João Gualberto de Magalhães, quanto ao cumprimento de uma regra sanitária em vigor.

Officio - Estando em vigor o código de posturas d'este município, que entre outras disposições proíbe no artº. 156 os enterramentos depois das 6 horas da tarde, como vizeis do exemplar que vos remetto, vou solicitar que vos digneis auxiliar essa Intendencia, quanto for cabível nas suas attribuições, para q. cesse de uma vez o uso antiquado dos enterramentos a noite notando mais que, só por uma excepção estranhável é esta cidade a única que ainda o conserva. Esta Intendencia espera do vosso zelo pelo adiantamento deste município e dedicação á causa publica, efficaz coadjuvação para que se realize a letra da referida postura. Apresento-vos as expressões cordiais de consideração e reconhecimento. Saúde e Fraternidade. (AGUIAR, 2014, p.114).

Diante de tais relatos, torna-se evidente que a capital baiana influenciou em muito a história de Nazaré e região, sendo ainda possível inferir que a construção do cemitério de Nossa Senhora dos Aflitos tenha sido causa de muitos embates na cidade em razão da mudança de hábitos que implicava a implantação das políticas de higienização difundidas no Brasil no séc. XIX, tendo cada região deste país tão imenso reagido à sua maneira.

João José Reis (1991, p. 341-342) assinala que a primeira lei colonial³⁵ a regulamentar as práticas de sepultamento fora dos limites urbanos data de 14 de janeiro de 1801. No entanto, só após a Independência (novembro de 1825), o Imperador determinou a transferência dos sepultamentos para fora das igrejas, evitando “[...] o gravíssimo dano da saúde de seus habitantes [...] ar infeccionado pela corrupção dos cadáveres”.

A lei imperial que regulamentava a estrutura e funcionalismo das câmaras municipais do Império do Brasil, datada de 28 de outubro de 1828, em seu Art. 66 recomendava o estabelecimento de cemitérios fora dos templos, com a criação destes como política de saneamento, resultando na proibição dos enterramentos no interior das igrejas.

O reflexo desse panorama em Nazaré foi abordado por João Reis ao discutir a lei de 1828 nas Câmaras do interior. O historiador traz relatos de reunião na Câmara de

³⁵ A Carta Régia nº 18, de 14 de janeiro de 1801. Segundo João Reis (1991, p. 342) “[...] o legislador ouviu com cuidado os conselheiros higienistas e ordenava que se construíssem, fora da cidade em local seco e varrido pelos ventos, um ou mais cemitérios, amplos o suficiente para ‘que não seja necessário abrirem-se as sepulturas antes que estejam consumidos os corpos, que nelas se houverem depositado’[...]”.

Nazaré, no ano de 1833, em que se discutiu a necessidade de mudanças nas práticas na cidade.

A Câmara [...] convidara o pároco, o fabriqueiro (responsável pela ‘fabrica’ de igreja), o administrador das capelas e as irmandades da matriz para discutir ‘o pernicioso costume de inumarem-se no templo do Senhor os restos mortais, sujeitos a corrupção’. Segundo os vereadores, a proibição desse costume era ‘reclamada pela higiene, pela civilização, e pelas verdadeiras ideias da religião, e ainda mais precisa para desvanecer a mal-entendida repugnância que uma grande parte da população mostrava aos enterramentos em cemitérios. (REIS, 1991, p. 359).

Em 24 de setembro de 1836, a Santa Casa de Misericórdia de Nazaré fez o preparo do lugar para servir de cemitério e solicitou a aprovação eclesiástica e da Câmara Municipal. As obras foram iniciadas em 07 de fevereiro de 1838, ocupando área de 70 palmas de frente e 160 de fundo. Em 04 de março 1838, foi feito o assentamento da primeira pedra, momento festivo para a população de Nazaré. No discurso pronunciado pelo Provedor, “[...] Era de uma necessidade imperiosa a construção do lúgubre laboratório do pó a que se reduz o homem [...]” (IRMANDADE, 2006, p.14-15). Por fim, em 31 de janeiro de 1839, foi feita a benção do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos.

Nas pesquisas de campo no cemitério, ao adentrar o portão principal de acesso e caminhar em terreno inclinado no sentido da capela, observei mudanças na forma de enterrar – túmulos, gavetas no contorno dos muros – e a predominância dos materiais, técnicas e estilos artísticos característicos do século XIX como: ferro estilizado, mármore esculpido, emblemas importados da tradição de outros países e a louça importada de Portugal.

A poucos metros do portão principal, no lado esquerdo, existe uma área de enterramento datada das décadas de 1940, 1950, 1960 e 1980 aos anos 2000³⁶, que possui túmulos horizontais com tamanhos e características similares, revestidos em azulejos e decorados com símbolos religiosos e militares, dentre outros. Nesse mesmo espaço é possível perceber a transição dos enterramentos no solo para os enterramentos verticais, marcados pela ausência de elementos, apenas com registro do nome e datas de nascimento e morte, como mostra a Figura 16.

³⁶ Os enterramentos da década de 1970 estão na parte posterior da ala mais antiga do cemitério.



Figura 16 Ala de enterramento no Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos. Foto: Ritta Maria Mota.

Subindo mais um pouco o terreno inclinado, visualiza-se a ala mais antiga do cemitério. Essa área é murada e sua fachada é intercalada por pilastras baixas e gradil de ferro. Na área central há duas pilastras altas decoradas com vaso de cimento e um portal de ferro com corte superior côncavo, como se pode ver na Figura 17.



Figura 17 Vista do meio da ladeira, local de acesso à ala mais antiga do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos. Foto: Ritta Maria Mota

Esse primeiro pavimento da área mais antiga se assemelha a um jardim. Está disposto simetricamente: monumentos funerários em mármore, carneiras coletivas em formato circular com decoração embrechado³⁷ de louça vidrada, conjuntos de bancos estilo Luís XV em alvenaria com decoração de embrechados com conchas marinhas, além de elementos decorativos em mármore, que podem ser associados aos altos patamares da sociedade do século XIX.

³⁷ Embrechados é uma técnica de revestimento que utiliza materiais como conchas, porcelanas, faianças, azulejos, pedras ou vidros provocando efeito similar a um mosaico. Para a museóloga Cidália de Jesus Ferreira dos Santos Neta, em sua pesquisa sobre embrechados, desenvolvida no PPGMuseu, esta técnica além do valor material, demarca função mediadora imbuída de expressões de um período histórico, elevando potencialidades culturais a paisagem urbana.

Esta dissertação está disponível em:

https://ppgmuseu.ufba.br/sites/ppgmuseu.ufba.br/files/dissertacao_cidalia_de_jesus_ferreira_dos_santos_neta.pdf. Acessado em: 14/01/2020.



Figura 18 Conjunto de bancos, decorados com a técnica do embrechado. Foto: Ritta Maria Mota



Figura 19 Conjunto de bancos, decorados com a técnica do embrechado. Foto: Ritta Maria Mota



Figura 20 Conjunto de bancos e parte superior da carneira coletiva, decorados com a técnica do embrechado. Foto: Ritta Maria Mota

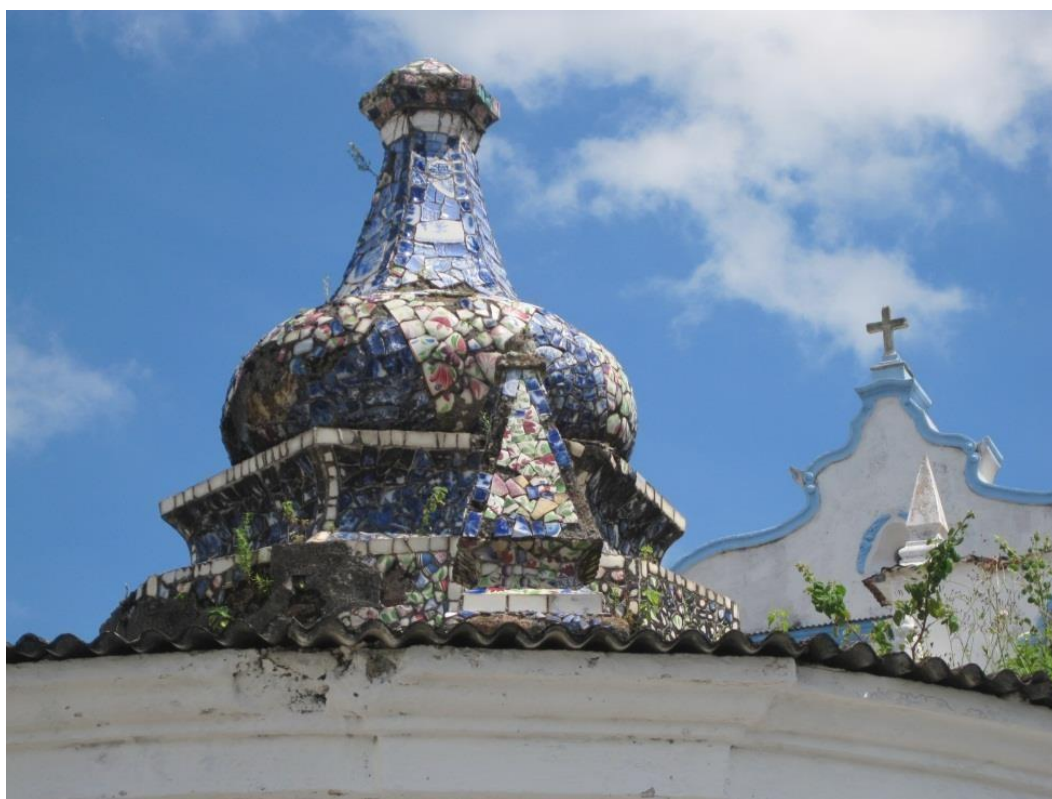


Figura 21 Detalhe da técnica de embrechado da carneira coletivas



Figura 22 Detalhe da técnica de embrechado do banco. Foto: Ritta Maria Mota

No primeiro e segundo pavimentos³⁸, decorando o corredor central, estão organizadas simetricamente, em pares, doze louças decoradas com brasão, que neste trabalho foram identificadas como conjunto brasonado por conter o brasão da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, datados de 1863 e de fabricação da Carvalhinho. Os vasos de louça estão assim dispostos: oito no primeiro pavimento e quatro no segundo pavimento, em torno da escada, demarcando o início e o fim deste acesso.³⁹

O segundo pavimento, também, foi organizado simetricamente, sendo dividido por galerias e colunas com capitel. Nas paredes laterais estão os túmulos em gavetas com datações mais recentes. Ao fundo, no centro, antecedendo a capela do cemitério, estão duas colunas baixas com louças de características portuguesa, aqui neste trabalho identificadas como conjunto fitomorfo. Essas louças têm tonalidade branco gelo, chegando ao branco perolado⁴⁰, com decoração floral em alto relevo, sem datação e nome de fabricante.

As quatorze louças são em formato de taça, com pequeno orifício entre o copo e a haste, elemento imprescindível para escoamento da água, apresentando características

³⁸ No apêndice A, ver disposição arquitetônica do 1º e 2º pavimento do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos.

³⁹ Ver imagens dos quatorze vasos no apêndice B

⁴⁰ Ver escala de cores no apêndice C.

e função de floreiras. As com decoração brasonada estão em péssimo estado de conservação, com perda do suporte, fratura, fissuras, alta sujidade, micro-organismos, crescimento de pequenas vegetações, abrasão, desprendimento, perda da decoração vitrificada e manchas. As louças fitomorfas estão em melhor estado, apresentando sujidade, pequenas fissuras e micro-organismos.

Procedeu-se ao estudo dos tipos de vasos por conjunto, por se considerar que apesar de tratar do mesmo suporte em argila, técnica vitrificada e função decorativa, as especificidades históricas de fabricação, aquisição, elementos decorativos, tamanho e tonalidade requeriam análises em separado.

Levando em consideração as formas, elemento em comum nos quatorze vasos de louças, a Figura 23 traz a identificação terminológica das partes, termos que serão pontuados ao longo desta seção para facilitar melhor entendimento das informações analisadas nos dois conjuntos.

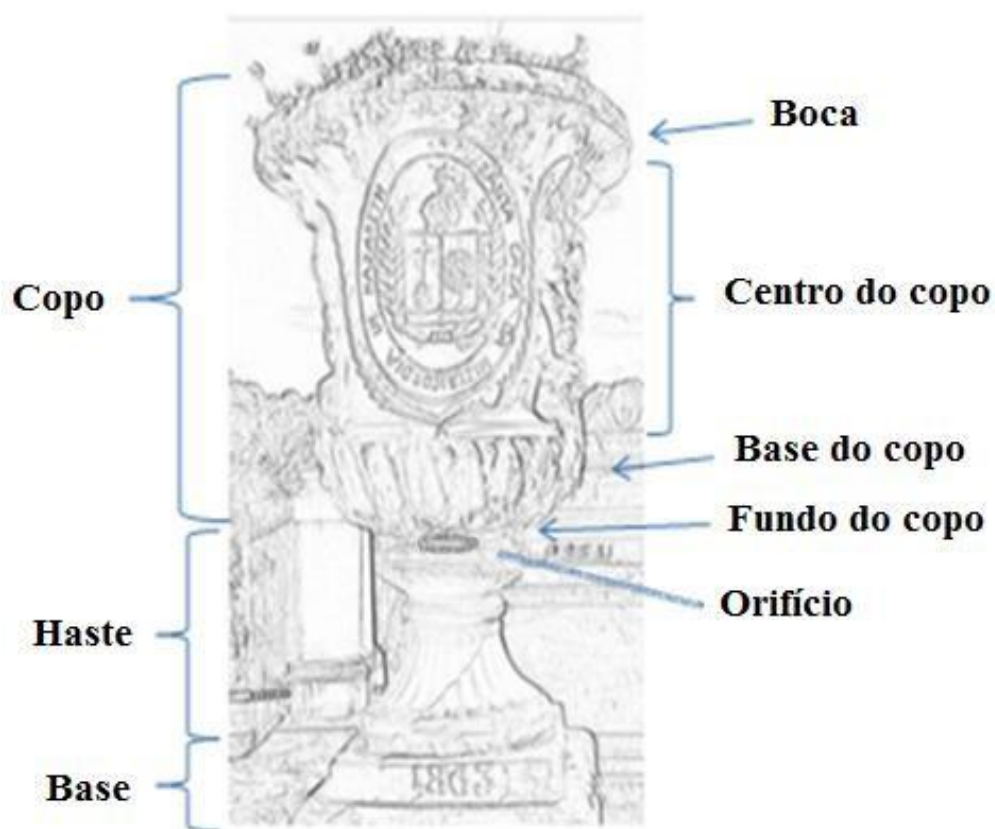


Figura 23 Identificação das partes do vaso. Foto: Maria Ritta Almeida, 03/10/2018.

Visando oferecer melhor compreensão da disposição das louças brasonadas no corredor do cemitério, a figura na sequência as identifica tendo como ponto de referência a entrada para a ala antiga pelo portão principal.

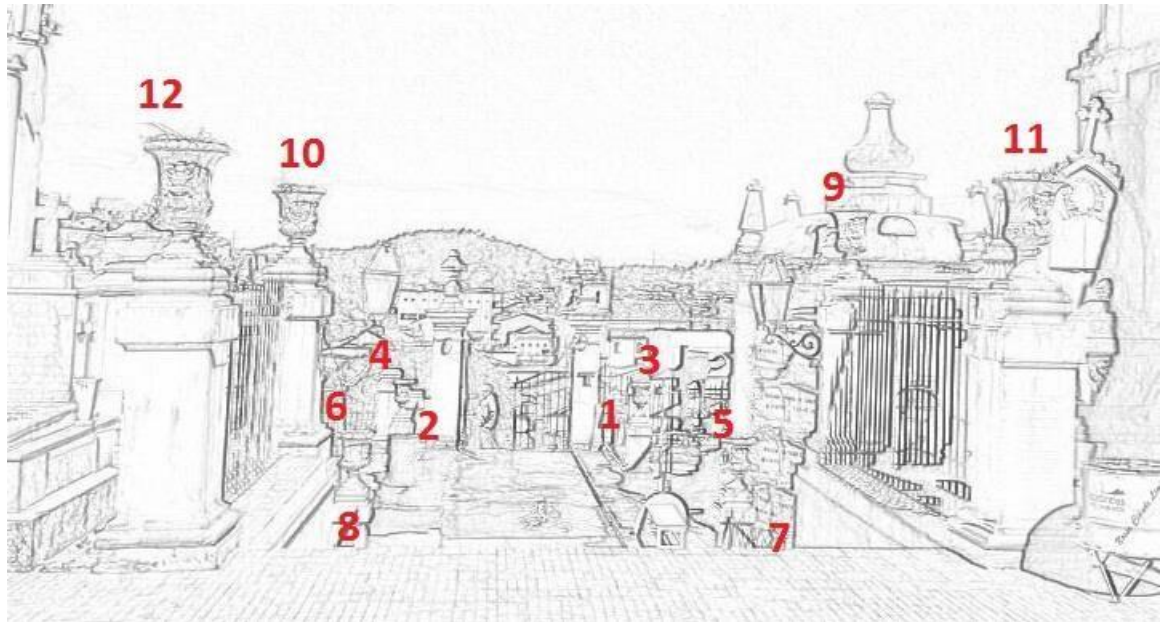


Figura 24 Disposição das louças brasonadas no Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos. Fonte: Maria Ritta Almeida, 03/10/2018.

No segundo pavimento, em área mais elevada, foi construída a capela do Nosso Senhor dos Aflitos. Na entrada da capela os vasos em louças fitomorfas estão organizados com distância média de dois metros entre eles, como se pode visualizar na Figura 25.



Figura 25 Disposição das louças fitomorfos no Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos. Fonte: Maria Ritta Almeida, 20/06/2020.

3.3 CONJUNTO DE LOUÇAS FITOMORFAS

O estilo decorativo fitomorfo, identificado na Figura 26, é uma representação de elementos do reino vegetal que traz em sua concepção desenhos que se aproximam da realidade das formas que a natureza nos apresenta em suas folhas, frutos, ramos, flores, entre outros elementos.

Com base nessas características, o conjunto fitomorfo é constituído por duas louças com coloração entre as cores branco gelo e branco perolado, em forma de taça. A boca, decorada em flores e folhas, apresenta diâmetro maior do que o restante do vaso, afunilando até o centro do copo, no qual há um barrado floral em alto relevo. No início da base do copo, a decoração, também em alto relevo, tem formas verticais que se assemelham a pétalas de um girassol. Essas folhas se afunilam e convergem para o fundo do copo, área mais estreita do vaso que forma um anel com o diâmetro menor do vaso.

Esse anel de menor diâmetro dá início à haste do vaso e transmite a sensação de estar comprimindo as pétalas, já que logo abaixo dessa pequena área existe um anel, de mesma espessura e com diâmetro um pouco maior, que retomando a decoração vertical se abre até findar a haste do vaso de louça, com decoração em baixo relevo. A base é em formato octogonal, em três níveis, escalonado, tendo sua parte interna vazada.



Figura 26 Vaso em louça, decoração fitomorfo. Foto Ritta Maria Mota

A origem dessa louça não foi identificada. Por se tratar de um vaso com características de fabricação, possivelmente, de Lisboa, indícios históricos encontrados na publicação de resumos de documentos apresentada pela Santa Casa de Misericórdia de Nazaré (2006, p. 29) apontam que em 25 de maio de 1854 foi autorizado “[...] o pagamento da factura de 24 jarras de louça e duas figuras allegoricas, importadas de Lisboa na importância de 120\$480, por encomenda feita pela mesa administrativa anterior”.

A ausência de elementos na louça, tais como fabricante, importação, ano de fabricação, impossibilitam afirmar que tal registro esteja, de fato, relacionado aos vasos em estudo. Nas pesquisas de campo feitas no hospital e no cemitério não foram encontradas alegorias ou qualquer outro vaso semelhante a esses dois, restando apenas à certeza da necessidade de uma pesquisa mais apurada nos arquivos portugueses.

3.4 CONJUNTO DE LOUÇAS BRASONADAS

O estilo decorativo brasonado traz, geralmente ao centro ou local de destaque, um conjunto de figuras que são representações denominadas de brasão, elemento constituído por ornamentações que informam características de uma família ou instituição.

Tratando-se do brasão da Santa Casa de Nazaré, com base na descrição do brasão da Santa Casa de Salvador é possível identificar que os elementos que estão dentro do livro significam o calvário, representado pela cruz em forma de T; a misericórdia, representada pelas letras M e Z; a religiosidade e o poder católico, através da Cruz de Malta e da esfera armilar, que representam a antiga ordem de Cristo; o poder político, por meio do símbolo da Coroa portuguesa e, por fim, o poder econômico, retratado nas folhas de café e cana, potencial econômico do Recôncavo da Bahia.



Figura 27 Vaso em louça, decoração brasonada. Foto: Ritta Maria Mota

Os doze vasos de louça com decoração brasonada são vitrificados e pintados nas cores branco gelo e azul este variando entre os tons azul marinho, azul índigo, azul Royal e azul da Prússia.⁴¹ São vasos de louça em formato de taça com decoração de flores e folhas na boca, dotada de diâmetro maior que afunila em direção ao centro do copo, como podemos observar na Figura 27. A área central do copo, analisada em quatro quadrantes para melhor entendimento, tem os extremos paralelos, sendo dois extremos decorados em alto relevo com três rosas com folhagem e, abaixo, uma forma retangular que se prolonga até quase o fundo do copo. Esse elemento remete à ideia de alça, no entanto não é possível manipular o vaso por esta área, já que não possui profundidade suficiente para segurá-lo com segurança, como é possível verificar na Figura 28.

⁴¹ Ver estudo dos tons de azul em apêndice D



Figura 28 Decoração em flores e formato em “alça”, vaso em louça brasonado. Foto: Ritta Maria Mota

Nos outros extremos, em paralelo, foi feita, provavelmente a mão, a pintura nos tons de azul, pinturas de brasão que são dois círculos, um com ângulo maior e outro com ângulo menor formando um espaço vazado com a inscrição “Santa Caza de Mizericórdia de Nazareth”. Fora do círculo, duas folhagens que cruzam a ponta na área que corresponde ao centro do círculo. Dentro do círculo menor há tem uma representação de livro aberto. O lado esquerdo do livro tem uma cruz com a forma de T, no lado esquerdo da cruz a inscrição da letra M, enquanto no lado direito consta a letra Z e, abaixo da cruz, o desenho de uma caveira. No lado direito do livro há uma esfera circular com doze elementos sem forma definida, que remetem à ideia de estrelas. Ao centro, uma esfera preenchida na parte interna com tons de azul. Do extremo ao centro, uma faixa estreita com predominância de tons claros de azul e branco.



Figura 29 Detalhe da pintura do Brasão. Foto: Ritta Maria Mota

Na parte superior do livro, como mostra a Figura 29, tem uma representação da coroa com uma cruz em cima, semelhante à de Malta. Abaixo do livro e nas laterais veem-se ramos de folhas de diferentes estilos, unidos por três círculos, em um ponto que corresponde ao meio do livro.



Figura 30 Detalhe da decoração do vaso em louça. Foto: Ritta Maria Mota.

A base do copo tem a decoração em folhagem na vertical, afinando até o fundo do copo e formando um anel. Essa área é lisa e parece ser o ponto de ligação entre o copo e a haste. O início da haste apresenta dois aros curvados e com decoração de bolas, que se estreitam formando um anel semelhante ao do ponto de ligação entre a haste e o copo. Abaixo figura um anel com largura maior e, após este, vê-se uma decoração de bolas com uma forma de pétala de margarida na vertical abaixo de cada esfera. As pétalas abrem-se como uma cauda, sendo arrematadas por mais um anel, este o mais largo de todos, como observado na Figura 30.

A base é quadrada com registros em tons azul marinho, azul índigo, azul Royal e azul da Prússia, trazendo nos quatro lados as palavras: “Carvalhinho”, “Porto” e “1863”, como revelam as imagens a seguir.



Figura 31 "Carvalhinho" pintado na base do vaso. Foto: Ritta Maria Mota.



Figura 32 "Porto" pintado na base do vaso. Foto: Ritta Maria Mota.



Figura 33 "1863" pintado na base do vaso de louça. Foto: Ritta Maria Mota.

Levando em consideração as informações constantes na base e no copo dos vasos de louça, fez-se uma análise da organização das louças no corredor central do cemitério, com vistas a estabelecer alguma relação entre as pinturas e a ala mais antiga do cemitério. Como informado anteriormente, a base traz as inscrições “Carvalhinho”, “Porto” e “1863” e o copo ostenta o brasão e a decoração em alto relevo. Essa análise foi construída individualmente, separando-se as informações das bases daquela dos copos, tendo como referência inicial o acesso pelo portão principal.

INFORMAÇÕES DA BASE DOS VASOS BRASONADOS

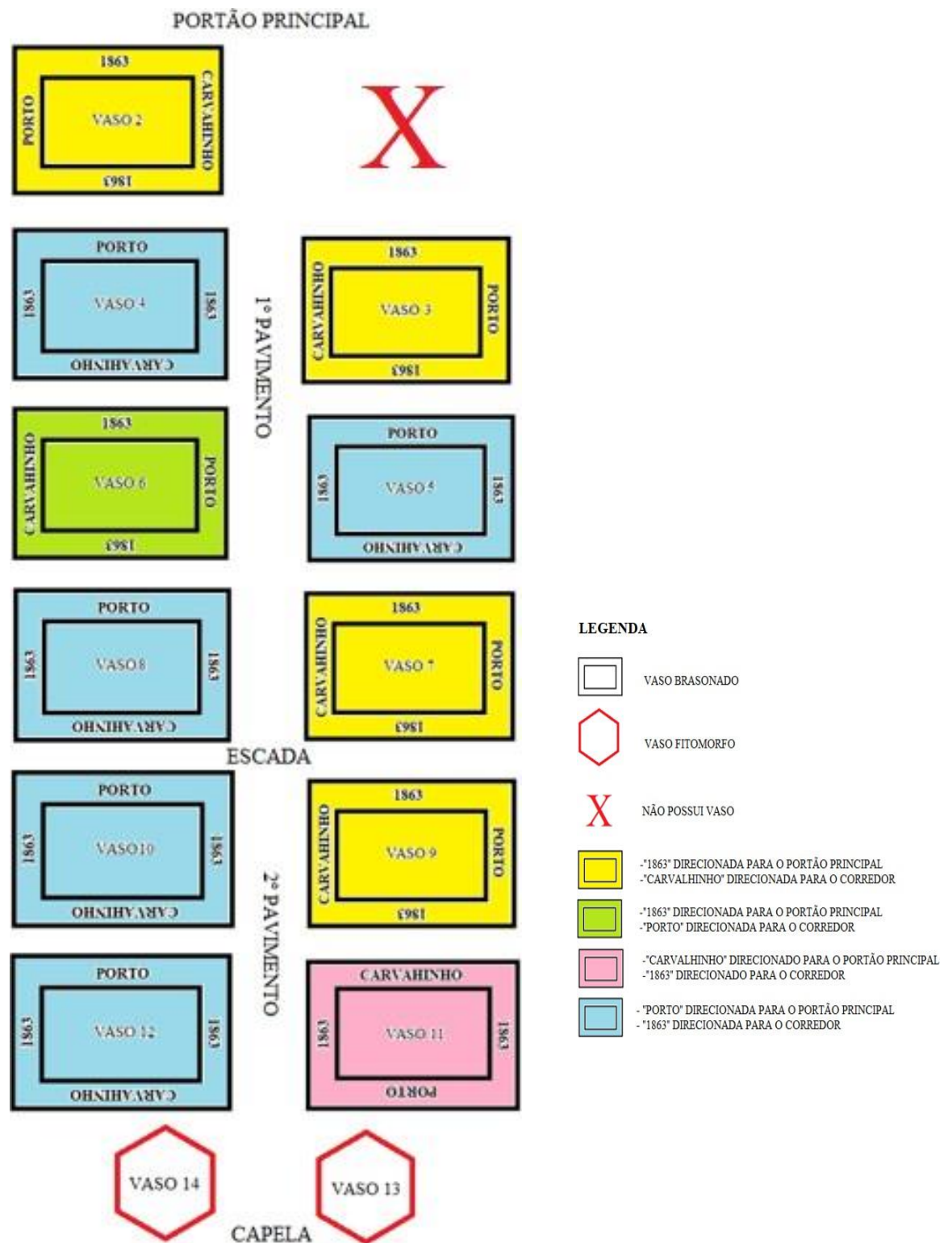


Figura 34 Registro informação das bases dos vasos. Fonte: Elaboração da autora.

Objetivando melhor análise da disposição das louças no corredor central foi realizada a identificação por cores nos posicionamentos que se assemelhavam, construindo a seguinte identificação.

Os vasos 2, 3, 7 e 9, identificados com a cor amarela, apresentam a palavra “Carvalhinho” voltada para o corredor central e a inscrição com a data de “1863” direcionada para o portão principal. Os vasos 4, 5, 8, 10 e 12, identificados com a cor azul, apresentam a numeração “1863” na direção do corredor central e a palavra “Porto” no sentido do portão principal. O vaso 6, identificado com a cor verde, traz a inscrição “Porto” direcionada para o portão principal, ao tempo em que a inscrição numérica “1863” está apontada para o corredor central. O vaso 11, identificado com a cor rosa, apresenta a numeração “1863” voltada para o corredor central, enquanto a inscrição “Carvalhinho” volta-se para o portão principal.

Ao analisar a Figura 23 e a descrição textual no parágrafo anterior é possível perceber que não existe relação entre a disposição das informações constantes na base dos vasos e o espaço no qual se encontram. Não há um jogo de combinações que demarquem alguma mensagem, permitindo inferir que tal disposição foi feita de forma aleatória. Ao analisarmos o copo através dos elementos de alto relevo e do brasão da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré essa ideia de inserção aleatória é ratificada.

INFORMAÇÕES DO COPO DOS VASOS BRASONADOS

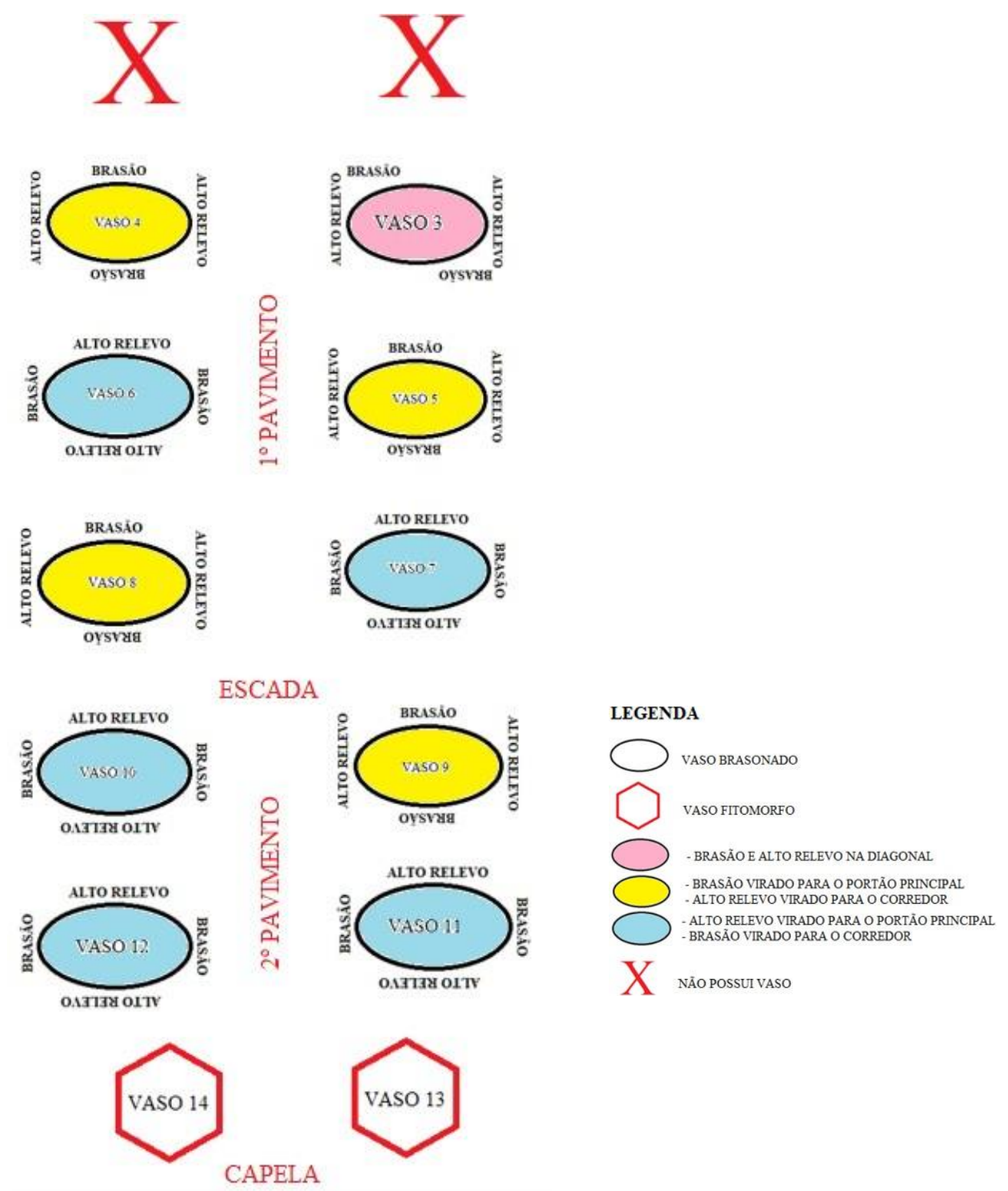


Figura 35 Registro informação dos copos dos vasos. Fonte: Elaboração da autora.

Ao observar a Figura 35 observamos que no vaso de louça 3 os elementos estão na diagonal. Nos vasos de louça 4, 5, 8 e 9 o brasão está direcionado para o portão central e o alto relevo voltado para o corredor. Nos vasos de louça 6, 7, 10, 11 e 12 a decoração em alto relevo está direcionada para o portão central e o brasão posicionado para o corredor. Assim, mais uma vez, não foi possível identificar relação entre a disposição e os elementos decorativos/informacionais. Não há um jogo de zig-zag, nem de pares, nem disposições em grupos que se assemelham no mesmo quadrante.

Nesse caso, entende-se que o objetivo da inserção dessas louças vidradas importadas de Portugal, para além do objetivo de decorar o cemitério, pode ter sido o de atribuir distinção aos enterrados naquele espaço, mais um elemento que ratifica o *status* diferenciado dado em comparação às demais alas.



Figura 36 Cidade de Nazaré. Imagem adaptada pela autora, a identificação 1 indica Cemitério Nossa Senhor dos Aflitos. 2. Igreja Matriz Nossa Senhora de Nazaré. Disponível em: <http://varelanoticias.com.br/wp-content/uploads/2015/08/PanDaniloBorges.jpg>

Como analisado na seção anterior, e identificado na Figura 36, o Morro dos Aflitos é o ponto mais alto do centro histórico de Nazaré, sendo assim a relação visual das louças com a cidade é nítida. Pode-se, desse local, vislumbrar a geografia de Nazaré, com seus casarões históricos, pontes e o rio Jaguaripe. No entanto, no sentido inverso a relação pouco tem a oferecer. Ao se caminhar pelo centro histórico de Nazaré, observando os pontos de visão do morro dos Aflitos, o cemitério e, principalmente, as louças, nota-se,

não sem grande esforço, que apenas na região da antiga estação ferroviária, local próximo à ponte da Conceição, em frente ao antigo Fórum, é possível visualizar a parte superior da fachada da capela do Cemitério, o que não permite a visibilização dos vasos.

Tendo como referência o livro publicado pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Nazaré, *Um século de evolução: contribuição histórica* (2006, p. 42), constatou-se uma importação realizada em 1864, sobre a qual a instituição recebeu a seguinte comunicação, em 22 de fevereiro de 1864.

[...] ter chegado na Capital da Bahia no brigue <S. José> cinquenta cacos com o emblema da S. Casa, sendo logo remetido um officio ao Presidente da província pedindo insepção do imposto aduaneiro, o que não foi atendido pelas razões que o Presidente expoz em um officio de 31 de Março. Estes vasos custaram 620\$051.

Infelizmente, nada mais foi encontrado. Os vasos em louça do conjunto brasonado trazem como elemento de identificação o brasão da Santa Casa e o ano de 1863, componentes que permitem associá-los à importação da Santa Casa de Nazaré, apesar da disparidade na quantidade de objetos importados.

3.5 FÁBRICA CARVALHINHO

A trajetória histórica da Fábrica de Cerâmica e Azulejos Carvalhinho deu-se entre os anos de 1840 e 1977, contabilizando 137 anos de mudanças de gestão, ampliações, referência na qualidade da mão de obra, expansão no mercado interno e externo, hegemonia, concorrências e declínio.

Segundo o português José de Castro Amorim (2016, p. 10), Thomas Nunes da Cunha e António Monteiro Cantarino (Thomaz Nunes da Cunha & C^a) fundaram a Carvalhinho nas ruínas da Capela de Nosso Senhor do Carvalhinho, situada entre a calçada da Corticeira e o Passeio das Fontainhas, na cidade do Porto, em Portugal. Inclusive, de acordo com o historiador Hugo Pereira (2007, p. 3), o nome “Carvalhinho” advém do local onde iniciaram a pequena fábrica que, no decorrer da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, exportou para vários países produtos em faiança e porcelana. Ana Margarida Portela Domingues registra que a fábrica foi construída em local rochoso e que nenhum estudo arqueológico foi feito para análise das peças mais antigas após o encerramento do empreendimento.

[...] a fábrica terá funcionado primeiramente na Capela do Senhor do Carvalhinho, à Calçada da Corticeira, com barracões anexos para o forno e oficinas.

A Fábrica do Carvalhinho, que além da capela incluía também uma ilha com 28 casebres, encaixava-se numa encosta rochosa, por patamares, dela existindo ainda ruínas assinaláveis. Infelizmente, ainda não foi possível intervencionar esta fábrica em termos arqueológicos. [...] (DOMINGUES, 2009, p. 249).

O ano de criação, pautando-se nas pesquisas bibliográficas, não fica claro. O historiador Hugo Pereira (2007, p. 3) afirma ser 13 de novembro 1841 e, em nota de rodapé, traz a ressalva de que o padre Romero Vila (1980, p. 17) aponta para o ano de 1840, sem especificar data, enquanto José Amorim (2016) menciona o dia 13 de novembro de 1841. Segundo Domingues (2009, p. 247), “[...] a Carvalhinho iniciou os trabalhos em 1841, embora a data oficialmente adotada na fábrica fosse à de 1840, talvez por conveniência [...]”. Essa mesma autora afirma que o arrendamento da Quinta do Carvalhinho ocorreu em julho de 1841 e a sociedade de exploração da fábrica foi estabelecida em novembro desse mesmo ano. Com base nos estudos de Francisco Queiroz, infere-se que pode ter sucedido com a Carvalhinho o “fenômeno” do “arredondamento” da data de fundação de algumas fábricas e oficinas portuguesas, festejando seu centenário em 1940.

Ainda sobre o histórico dos fundadores da Carvalhinho, segundo Amorim (2016, p. 10), António Monteiro Cantarino foi mestre da Fábrica de Santo António do Vale da Piedade ou de uma olaria situada na rua da Rasa, o que demonstra a expertise no mercado cerâmico desde a sua fundação. A bibliografia sobre a produção cerâmica portuguesa aponta que as cidades do Porto, Gaia e Lisboa eram os principais polos do país, o que pode ser atribuído como fator que impulsionou a criação da Carvalhinho em um mercado tão expansivo em Portugal.

Pereira (2007, p. 3) narra que em 1848 a fábrica foi associada ao depósito de louças da Rua da Esperança, liderada por Rocha Soares. Nesse período, a produção, apesar de pequena, estava em crescimento, fato comprovado através de pedido de construção em alvenaria na Câmara Municipal do Porto:

[...] em 30 de Dezembro de 1854, Miguel Joaquim Gomes Cardoso fez pedido de licenciamento à Camara Municipal do Porto, como procurador de Tomás Nunes da Cunha & Ca. e de António Monteiro Catarino, proprietários de uma fábrica de louça na Corticeira. [...] Os proprietários da fábrica haviam feito um grande barracão de madeira

dentro deste pátio, o qual queriam refazer em pedra [...].
(DOMINGUES, 2009, p. 248).

Domingues afirma ainda que houve uma profunda reforma entre 1853 e 1855 e que a produção de azulejaria coincidiu com o início dos trabalhos da fábrica, informação comprovada através de notícia de jornal que publicita a Carvalhinho como produtora de azulejos semelhantes ao da capital portuguesa: O “Periódico dos Pobres no Porto”, em 1845, informou: “Na Fábrica de Louça do Carvalhinho, se continua a fazer [sic] azulejos conforme os de Lisboa”. Esse anúncio demonstra a possível influência da metrópole nas cidades menores, algo que também pode ter ocorrido em relação às antigas colônias portuguesas e a exportação das louças Carvalhinho para Nazaré-Ba.

Quase três décadas após a criação da fábrica, a associação com o mestre Antonio Monteiro Cantarino foi desfeita. Segundo Pereira (2007, p. 3), em 1869 Thomaz Nunes de Carvalho tornou-se o único dono da Carvalhinho, denominando a firma como “Thomaz Nunes da Cunha”. De acordo com Domingues (2009, p. 250), Tomás Nunes da Cunha fez uma viagem à França nessa década, fato que se pode associar à ampliação na oferta de produtos.

De acordo com uma conta em papel timbrado, datado de 1870, o leque de produção da fábrica foi ampliado, ofertando telhas, figuras, pinhas para adorno de jardim, louças e vasos. Em 1878 Thomaz Nunes da Cunha passou a fábrica para o genro, João Camilo Castro Junior. Foi sob a direção de Castro Júnior que a Carvalhinho ganhou o diploma de mérito em faiança de 2ª classe e na seção de azulejos, na Exposição de Cerâmica da Sociedade de Instrução do Porto.

Ainda segundo Pereira (2007, p. 4), entre 1891 e 1894 a Carvalhinho teria mais uma alteração administrativa, passando a se chamar “Castro Júnior e Dias de Freitas” - sociedade de João Camilo Castro Júnior com António Neves Dias de Freitas - havendo prevalência da família Dias de Freitas, que assumiu a gestão técnica. Essa mudança, contudo, foi efêmera, pois a sociedade dissolveu-se em 1899, dando lugar à firma “A.N. Dias de Freitas & Filhos”. Sob essa denominação a Carvalhinho passa a ser um grande centro cerâmico, com a contratação de artistas especializados, incorporação de novas tecnologias e ampliação do espaço físico da fábrica.

Em 1900 a Carvalhinho participou de uma exposição em Paris, período considerado por Domingues (2009, p. 252) como a fase grandiosa da fábrica, onde afirma que “[...] De certo modo, foi este o seu período áureo, que se tornou mais visível após o declínio da Fábrica de Cerâmica das Devesas, ainda que numa época em que a azulejaria

de fachada tinha passado da moda”. Pereira (2007, p. 5) narra que “Na primeira década do século XX a Carvalhinho obteve um alto nível de produção artística, distinguindo-se na produção de ‘faiança de vidro estanífero e faiança de vidro de plumbífero’”. Para o estudioso Manuel Leão (2007, p.94) “Para celebrar obras de ampliação, inauguradas em 1903, a Fabrica Carvalhinho mereceu honras de notícia da imprensa diária”.

Vale notar o contexto de ampliação da fábrica. Além de sua participação em exposições e da oferta de azulejos e objetos em louça, ocorria, ao tempo, uma série de falências de outras fábricas no Porto e Gaia, o que certamente favoreceu o crescimento da Carvalhinho, que, de acordo com os estudiosos, tornou-se uma das maiores fábricas portuguesas no século XX. Foi em meio a essa atmosfera que a nova empresa “A. Pinto Dias de Freitas, Ltda”, em 1923, deslocou a produção da Carvalhinho para Gaia, iniciando a construção do novo complexo fabril, adotando modelos ingleses e alemães e escrevendo suas décadas finais na história da cerâmica portuguesa.

As instalações da Carvalhinho em Gaia localizavam-se na Quinta do Arco do Prado, terreno que pertencera antes à família do Conde das Devesas, situado próximo à estação das Devesas, região de produção de cerâmicos e referência desde o início do século XIX, com a produção da Fábrica Devesas. Um lugar de tradição e muito favorável para ampliação e divulgação da produção da Carvalhinho.

A Fábrica Cerâmica do Carvalhinho do Porto [...] tornou-se, no período áureo do seu desenvolvimento, no volume das suas peças e na grandeza da sua laboração e expansão fabril com a sua passagem da cidade Invicta para as terras de Gaia, no ano de 1923, num respeitável e rico centro cerâmico de expressiva e perfeita obra barreira no País. (SOEIRO; LACERDA; OLIVEIRA citado por PEREIRA, 2007, p. 6).

Para Hugo Pereira (2007, p. 6) “[...] a Carvalhinho seguiu a senda deixada em aberto pela Fábrica de Cerâmica das Devesas, fazendo de Vila Nova de Gaia o centro nacional de produção de azulejos e louças decorativas”. O autor mostra que a expansão foi tamanha que ampliou as vendas dentro do país e para a Inglaterra, EUA e outros países da Europa e das Américas. Informação esta que é contraposta no estudo de doutoramento de Domingues (2009, p. 252), no qual a pesquisadora assegura que “[...] são muito poucos os casos conhecidos em Portugal de artefactos de adorno para jardim marcado pela Fábrica do Carvalhinho, não incluindo qualquer estátua”.

No Brasil, no Instituto Portucale de Cerâmica Luso-Brasileira, Domingues (2009, p. 253) identificou decoração em pinhas e duas estátuas (Primavera e Outono), provavelmente peças das décadas de 1860 ou 1870. No Recôncavo podem ser encontradas

peças em suporte de louça vidrada compondo a decoração de jardins, cemitérios e casas. Esta pesquisa apenas conseguiu encontrar artefatos de fabricação da Carvalhinho no Cemitério de Nosso Senhor dos Aflitos em Nazaré-Bahia.

Segundo Amorim (2016, p.14), em 1930 a fábrica Carvalhinho enfrentou dificuldades econômicas, recorrendo a um reforço financeiro. A solução foi associar-se à Herbert Edward Over Gilbert, da Real Fábrica de Louça de Sacavém, empresa referência no mercado cerâmico português. Com a morte de António Pinto Dias de Freitas, em 1958, iniciou-se o declínio da Carvalhinho, findando sua história com o novo dono, Serafim de Andrade, que a adquiriu em haste pública e tentou, de muitas formas, manter a Carvalhinho no mercado, fechando definitivamente as portas em 1977.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo deparou-se com tentadores caminhos de pesquisa a partir de interações com relatos, lugares e objetos do cotidiano da cidade de Nazaré. Porém, face ao exíguo tempo de um curso de Mestrado, e por fugirem ao objetivo do trabalho, tais caminhos foram - temporariamente - deixados de lado. Na intenção de contribuir com possíveis futuras pesquisas e pesquisadores, elencamos aqui temas, tópicos e questões que entrevemos com potencial para guiar ou abrir trilhas para novos trabalhos. Em uma perspectiva macro, já ressaltada em outros estudos, constatamos a importância política, econômica e cultural do Recôncavo da Bahia. Imergir nas descrições históricas deixadas pelos cronistas possibilitou voltar no tempo e imaginar os saveiros a singrar as águas salgadas e doces que descortinavam a beleza da fauna e da flora baiana, assim como o encontro dos rios.

Havia uma efervescência no Recôncavo, demarcada pela vivaz cultura dos povos ribeirinhos. A edificação desta não se deu sem o sangrar de povos indígenas e negros, escravizados nos engenhos e plantações da região. No lombo dos animais eram transportadas as pequenas produções agrícolas e as manufaturas, principalmente, a farinha do Recôncavo Sul, que contribuíram para o demarcar histórico das atuais cidades da região. Acompanhar no tempo as viagens náuticas, no vapor, para Salvador possibilitou entender como Nazaré se constituiu enquanto cidade estrategicamente bem posicionada, que ao longo dos anos solidificou sua relevância política e econômica tendo por base o trabalho de seu povo, que acorria à famosa feira livre local para comercializar o produto de suas roças e sua arte cerâmica.

Inegavelmente, esses trabalhadores simples foram os responsáveis, em grande parte, pela formação da identidade de Nazaré, e foram também decisivos, com suas atuações, para que a cidade, rapidamente, ganhasse o reconhecimento da metrópole. Esses sujeitos vislumbraram nas embarcações um meio a mais de sustento. Nelas, eles seguiam rumo à capital para comercializar, no porto de Salvador, os produtos do Recôncavo.

Esse mesmo povo participou das batalhas políticas travadas tanto em solo quanto em alto-mar. A passagem de D. Pedro II por Nazaré é episódio que ainda hoje povoa o imaginário da população nazarena, e frequentemente vem à tona nas narrativas, nos objetos e nos lugares. As transitoriedades das famílias tradicionais, a influência da capital e as sólidas relações políticas que propiciaram a criação da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré são, igualmente, temas que aguardam serem melhor explorados, assim como o poder dessa instituição de caridade no século XIX, proprietária de grande riqueza econômica que se consubstanciou também em riqueza artística, algo que foi possível identificar por meio da síntese histórica publicada pela instituição, na qual, sem grandes esforços, se consegue listar inúmeros objetos “perdidos”, inclusive paramentos de alto valor monetário adquiridos para

o Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos.

Por fim, temos a presença das olarias e suas produções utilitárias e a identificação da cidade com a cerâmica como uma prática pré-colonial, na qual os povos imprimiram suas identidades e por meio da garantiram sua sobrevivência. Esse panorama de temas e questões se abre para possíveis nortes para pesquisadores devotados à história regional.

Atentar para essas temáticas propiciou vislumbrar perspectivas e refletir sobre possibilidades de estudos de cultura material, com atenção para a importância de se desenvolverem mais estudos históricos sobre o Recôncavo da Bahia tendo por alicerce a imaterialidade proporcionada pela materialidade. Esta pesquisa identificou tais deficiências ao se deparar com a importação de louças vidradas portuguesas utilizadas como elementos decorativos no cemitério de Nazaré.

A princípio, pensei em desenvolver neste estudo discussão sobre a musealização do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, uma vez que o lugar tem alto potencial histórico e cultural e, principalmente, pelas chances de cruzamento com estudos nos campos da arqueologia, história, sociologia, antropologia, museologia etc., o que atenta para a importância do conhecimento interdisciplinar.

Os espaços cimiteriais permitem, para além do trabalho com memória, análises sobre os extratos históricos, artísticos e sociais de uma população por meio de seus elementos decorativos, dos registros escritos e simbólicos, da tipologia de suporte e da arquitetura, entre outros. Campo muito rico que propicia examinar o contexto histórico de classes sociais específicas que, mesmo não representando o todo de uma sociedade, a influencia, cujos reflexos se fazem sentir na arquitetura local e nas preferências estéticas predominantes em um determinado período.

Cemitérios foram criados no Brasil no século XIX atendendo a políticas de saúde pública, mas acabaram por incorporar ressignificações, nas quais a espetacularização ganhou o sentido de busca pela imortalidade. Tornaram-se locais nos quais os poderosos ou os mais aquinhoados buscam romper com a ideia de finitude que é comum à humanidade, e tentam se perpetuar através dos tempos. Nesse processo, cabem a familiares e amigos demonstrarem sua admiração ou cumprirem um papel de piedade para com o morto.

O Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos não escapa a essa contextualização histórica, política e social, conforme demonstrado nesta dissertação, que explorou o desenho arquitetônico representativo do imaginário daquela sociedade, destacando que simbiose entre fé, arte e poder se efetiva no espaço de sepultamento, configurando-se, ao mesmo tempo, em fragmento simbólico da história do Brasil e do Recôncavo Baiano.

Cemitérios podem ser vistos como lugares onde grupos abastados procuram manter seu privilégio sagrado perto dos altares de Cristo (cristianismo), um lugar perfeito, próximo à salvação eterna e com livre demonstração de seus poderes, já que os

sepultamentos diferenciam-se conforme a classe social. Comerlato e Teixeira (2018, p. 272) já haviam voltado suas atenções para este fato ao afirmarem que o monumento funerário no cemitério Nosso Senhor dos Aflitos se traduz na transformação da memória familiar por meios de elementos materiais que evocam a lembrança da elite nazarena do século XIX.

É claramente visível a divisão hierárquica no espaço cemitérial de Nazaré. A ala mais antiga do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos apresenta poucos túmulos e não ostenta esculturas de grandes dimensões. Trata-se de túmulos horizontais em sua maioria, com algumas poucas urnas suspensas dotadas de pernas em formato de patas de leão, estilística semelhante à dos bancos embrechados. Completam o cenário estruturas de pequeno porte, suportes em mármore com elementos fitomorfos, simbologias e frases que remetem à vida militar e a costumes morais. Todos os túmulos pertencem a irmãos e irmãs da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, pessoas que em vida participaram ativamente da criação e administração da instituição em suas primeiras décadas de existência na cidade e que fizeram parte da elite nazarena.

Por perceber a necessidade de dialogar sobre a preservação desse cemitério, com vistas ao fortalecimento da memória, identidade e de políticas de valorização dos elementos históricos e artísticos singulares das cidades históricas do interior da Bahia, me ocorreu pensar na musealização, no sentido apontado por Desvallees e Mairesse (2013, p. 56): “[...] o tornar-se museu ou, de maneira mais geral, a transformação de um centro de vida, que pode ser um centro de atividade humana ou um sítio natural, em algum tipo de museu [...]”.

A musealização como uma ferramenta de salvaguarda, pesquisa, documentação e comunicação que promove o uso social do patrimônio, introduzindo e despertando na comunidade a valorização de suas histórias. No entanto, descartei a musealização desse cemitério quando da realização das pesquisas de campo. Em diálogo com a população que transita no centro histórico de Nazaré ficou evidente que o cemitério e seus vasos pouco representam para aquela sociedade. As pessoas abordadas no centro histórico relataram ir ao cemitério apenas quando precisam enterrar seus entes queridos. Nessa perspectiva, a ideia de museus como espaços pensados para as pessoas, e não apenas para os objetos, não tem consistência. Os vasos importados, os bancos embrechados, a vista do centro histórico que se tem a partir do cemitério não são elementos reconhecidos como atrativos pela população nazarena.

Paredes sujas, vasos quebrados e ausência de sinalização. O estado de conservação do local foi outro fator inquietante neste estudo. Um espaço destinado à elite nazarena, que tanto ansiou por um local diferenciado, próximo à capela e junto a Deus, com distinção singular, espaço que foi confiado aos congregados da irmandade compromissados em cuidar da alma e da carne. Hoje, tal compromisso encontra-se silenciado, já que a instituição não

dispõe de uma política de preservação, tampouco de um cronograma de conservação que torne o local mais agradável e atrativo e favoreça aos visitantes a contemplação de elementos materiais tão distintos como os destaques da ala mais antiga.

Descortinado esse panorama, estudar os vasos portugueses empregados na decoração do cemitério tornou-se o meu foco. Foi necessário conhecer a história de Nazaré, a elite local, entender o contexto das importações, as implicações dessa ação de compra em uma sociedade que tinha como base econômica a agricultura e a argila. A curiosidade sobre os vasos de louça vidrada, de produção portuguesa, aguçou minha imaginação e estimulou a busca pelo entendimento das importações, assim como sobre a fábrica produtora, parcamente citada em estudos sobre faiança.

Ao analisar o histórico da Carvalhinho, constatei que a fábrica, no período em que ocorreu a importação, era de pequena monta, provavelmente sem grande destaque no mercado de porcelanas de Portugal. A fábrica só começaria a viver seu apogeu quase trinta anos depois da importação por Nazaré, entre os anos 1890 e meados de 1910, período em que se tornou um grande centro cerâmico, com a contratação de artistas especializados, adoção de novas tecnologias, ampliação do espaço físico da fábrica e exportações de faiança e porcelana para vários países.

Infelizmente, não foi possível levantar como foi estabelecido o contato entre a Santa Casa de Nazaré e a Carvalhinho. Apesar de busca exaustiva, nenhuma das fontes consultadas mostrou indício da circulação de catálogos da fábrica na região ou armazéns especializados na venda de objetos, louças importadas ou qualquer outra forma de negociação típica do período que remetesse à Carvalhinho. Ao pesquisar sobre a fábrica, estudiosos do assunto informam que os documentos antigos se perderam, provavelmente em razão das constantes trocas de proprietários, ao longo de cem anos.

Por isso, inclino-me a pensar que, talvez, se possa aprofundar sobre o comércio desses vasos adquiridos pela Santa Casa de Nazaré por meio de pesquisa em arquivos portugueses, analisando documentos de exportação de louças da Carvalhinho para o Brasil. Infelizmente, tal mergulho não foi factível nesta pesquisa, mas, é certo que se configura campo para novos estudos.

Diante dos dados e contextos históricos apresentados, deduzi que a Fábrica Carvalhinho não era uma das produtoras mais renomadas e caras de Portugal. É provável, porém, que a importação dos vasos tenha, simbolicamente, implicado um alto valor para a elite nazarena do século XIX, constituída, então, por famílias tradicionais sedentas pela demarcação de poder e distinção numa cidade que já dava sinais de enfraquecimento político e econômico, mas na qual continuava forte a cultura oleira, de tradição indígena e negra.

Com isso, este trabalho buscou contribuir com os estudos de história local, empregando metodologia que cruzou a análise de escritas de cronistas e memorialistas e

revisão bibliográfica sobre a história do Recôncavo e de Nazaré. Buscou, sobretudo, lançar novos olhares sobre fontes de estudo, como as louças vidradas importadas de Portugal, que foram fundamentais no alicerçamento da pesquisa e poderão contribuir com as narrativas sobre o Recôncavo da Bahia.

Pautando-se na análise museológica foi possível fazer uma construção interdisciplinar, estabelecendo diálogos que ousaram na abordagem da temática relacionada ao fazer cerâmico no Recôncavo da Bahia, fugindo da tradicional abordagem dessa região apenas como produtora de cana-de-açúcar e sua relação com o escravismo. Esses aspectos “viciados” (decorrência da existência de significativa gama de estudos sobre a economia canavieira), muitas vezes silenciam as marcas de cada local e a diversidade econômica e cultural de uma Bahia tão ampla.

Sabemos que pesquisas implicam em interesses do pesquisador acerca de determinadas temáticas. Minha formação em História e o interesse pela arte cerâmica tiveram grande peso na minha escolha, mas acredito que este trabalho contribui com os estudos da arte ao proporcionar uma maior percepção da força cultural daquele povo de sangue indígena, negro e branco, moldada nas olarias da região e demarcadora de identidades locais. Vale ressaltar que essa força cultural se impôs a despeito da influência dos gostos “requintados” das elites da região, elites estas constituídas pela transitoriedade, marca registrada da disputa de poder tão comum na história da humanidade, predominando seus valores culturais de origem mesmo após tantos séculos.

A interdisciplinaridade nos estudos de cultura material muito contribuiu para o olhar holístico sobre o tema, proporcionando, na escrita, a demarcação da diversidade econômica da região, manifestada no cultivo de cana, milho, mandioca, fumo, hortaliças, na economia marítima e, principalmente, na fabricação de utensílios em argila e na técnica de vidrar a louça com chumbo, conhecimento detido pelos povos indígenas muito antes da colonização portuguesa. A técnica foi abraçada pela Companhia de Jesus, que certamente percebeu o primor dos povos originários e a possibilidade de exploração dessa riqueza cultural em atendimento à demanda de tijolos, telhas e louça pelas olarias da região.

Diante da riqueza de possibilidades descortinadas nas buscas em variadas fontes históricas, nos caminhos metodológicos percorridos neste estudo e nas significativas descobertas de fontes e fatos históricos, esta dissertação - para além de se ater aos objetivos propostos repondendo às inquietações da pesquisa - suscita novos campos a serem explorados na pesquisa histórica, museológica, sociológica, antropológica e religiosa por estudiosos sedentos de temas inovadores e singulares.

Ancorada na perspectiva da intersdisciplinaridade, vislumbro a associação desta pesquisa com novos estudos sobre cultura material - mister da museologia, mas que permeia o vasto campo das Ciências Humanas -, nas suas múltiplas teias de disseminação do saber e

produção do conhecimento, o que me encoraja à assertiva de que a trajetória do Recôncavo da Bahia é uma história ainda em construção, cujas fontes se apresentam bailando aos pesquisadores, bastando a esses tão somente adentrarem ao palco do estudo científico e, assim, trazer à baila os pormenores de uma região detentora de forte potencial histórico.

FONTE PRIMÁRIA

Biblioteca Nacional Digital (BNDigital)

OFÍCIO ao governador da Bahia sobre a vaga notícia que corre de terem os moradores da povoação de Nazaré requerido a ereção da vila na mesma povoação e representando contra.]. Jaguaripe, BA: [s.n.], 20 maio 1786. 2 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000050/mssp0000050.pdf. Acesso em: 4 ago. 2020.

REFERÊNCIAS

AMORIM, José Carlos de Castro. *A Fábrica de Cerâmica do Carvalhinho: Ascensão, hegemonia e queda: do Porto a Vila Nova de Gaia – Momentos chave (1841-1977). O Museu de santa Maria de Lamas “visto de fora”*. Maio de 2016.

ABRAHAM, Henry Luydhy; COMERLATO, Fabiana (orgs). **Arqueologia e Patrimônio Cultural da UFRB: 10 anos de pesquisas (2008-2018)**. 1.ed.- Pelotas: BasiBooks, 2020. 239 p. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Arqueologia_e_Patrim%C3%B4nio_Cultural_na_UF.html?id=TF_eDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acessado em: 31 jul. 2020.

AGUIAR, Lucas Santos. **Quando as regras são transgredidas: trabalhadores, outros sujeitos e a “legalidade urbana” da cidade de Nazareth (1890-1920)**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História, Memória Social e Local da Universidade Estadual da Bahia) – Universidade Estadual da Bahia. Santo Antônio de Jesus-BA, 2014. 198 p. Disponível em: <http://www.ppghis.uneb.br/wp-content/uploads/2019/04/Lucas-Santos-Aguiar.pdf> Acesso em: 10 mar. 2018.

ANTUNES, Arnaldo; GIL, Gilberto. *As coisas*. In: **Qualquer**. Interprete: Arnaldo Antunes. São Paulo: gravado ao vivo, 2006. 1 CD.

BAHIA. Secretária da Indústria e Comércio. **IPAC-Ba: inventário de proteção do acervo cultural: monumentos e sítios do Recôncavo**. Salvador [s.n], II parte. 1982.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos Objetos**. São Paulo: Editora perspectiva, 1968.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Editora Civilização Brasileira, 1958.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. v. 2. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/Cidade>. Acesso em: 17 nov. 2018.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino:** aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. v. 5. Disponível em: Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/matalotagem>. Acesso em: 18 dez. 2018.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino:** aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. v. 6. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/povoado>. Acesso em: 17 nov. 2018.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino:** aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. v. 8. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/en/dicionario/1/Vila>). Acesso em: 17 nov. 2018.

BRANCANTE, Eldino da Fonseca. **O Brasil e a cerâmica antiga.** São Paulo: Lythographica Ypiranga, 1981.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Estudos de Cultura Material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (org.). **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia.** Rio de Janeiro: MAST, 2009. P. 14-25.

BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie. Cultura Material in: **Enciclopédia Einaudi, Lisboa,** IN – CM, 1989, vol.16 – Homo – Domesticação – Cultura Material, p. 11-47.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história.** Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural.** Trad. Sergio Goes de Paula. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil.** Rio de Janeiro: J. leite & Cia, 1925. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4788>. Acesso em: 10 set. 2018

COMERLATO, Fabiana. TEXEIRA, Carolina Pereira. Patrimônio cemiterial de Nazaré, Bahia: arquitetura e arte do cemitério nosso senhor dos aflitos. **VIII Anais do Encontro Nacional Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais.** Florianópolis, 17 a 20 de julho de 2017. Disponível em: https://78cc12e9-d1b5-405a-80b9-d742dc00115d.filesusr.com/ugd/a77533_5ce02440427042d6a4a20e91ab0c84f3.pdf. Acessado em: 10 set. 2018

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. **Teoria de memórias, palco do esquecimento:** culturas africanas e das diásporas negras em exposições. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.museologia.ffch.ufba.br/sites/museologia.ffch.ufba.br/files/tese_marcelo_na_simento_bernardo_da_cunha.pdf. Acessado em: 25 abril 2020

D. PEDRO II. **Diário de viagem ao norte do Brasil.** Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

DESVALLEES, André. MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. Tradução Bruno B. Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo, 2013.

DOMINGUES, Ana Margarida Portela. **A ornamentação cerâmica na arquitetura do Romantismo em Portugal**. Tese de Doutorado em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

FREITAS, Joseania Miranda; MOTA, Ritta Maria M. C. Descolonizando o Olhar em Arte Decorativa: estudo da louça do cemitério Nosso Senhor dos Aflitos em Nazaré, Bahia, Brasil. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 8, p. 125-136, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/25057/24169>.

GONÇALVES, José Reginaldo. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p.15-36, jan/jun 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002
Acessado em: 22 abril 2018

GONÇALVES, José Reginaldo. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GUILHERME, Ana. **Identificação e Caracterização de faianças de Coimbra por Espectrometria de raios X**. 2008. Dissertação (Mestrado em Química Aplicada ao Patrimônio Cultural) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 21.

IRMANDADE da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Nazareth. **Um século de evolução: contribuição histórica 1º de fevereiro de 1981 a 1º de fevereiro de 1931**. 2º ed. Nazareth: E. da Bahia, 2006.

KOPYTOPP, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. P. 89-123.

LAMARTINE, Augusto. **Porta do Sertão**. 2ª. ed. Salvador: [s.n.], 1999.

LEÃO, Manuel. **Cerâmica saída da Barra do Douro no séc. XIX**. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão. 2007. P. 93-97.

LEITÃO, Débora Krischke. PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Tratar as coisas como fatos sociais: Metamorfoses nos Estudos de Cultura Material**. Mediações, Londrina, v. 15, n. 2, 2010.

LEVI, Giovanni. Sobre a mico-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. São Paulo: editora Unesp, 1992.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História da USP**. Nº115. Ano 1983. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61796>
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. **O Objeto material como documento**. 1980. p.1-15.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**. Nova Serie. N. 1, 1993.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**, 1998. p. 89-113,
- MOLES, Abraham A. **Teoria dos objetos**. Tradução Luiza Lobo. Rio de Janeiro, 1972.
- MONTES, Maria Lúcia. Oferenda: a arte cerâmica de Caroline Harari. **Catálogo da Exposição Oferenda**. Museu de Arte da Bahia. Março 2009. Disponível em: <http://www.acasa.org.br/biblioteca/texto/203> / Acesso: 28/5/2018.
- MORLEY-FLETCHER, Hugo (Coord.). **Técnicas de los grandes maestros de la alfarería y cerámica**. Trad. Juan Manuel Ibeas. Madri: Tursen Hermann Blume. 1996.
- PEARCE, Susan M. Pensando sobre objetos. In: GRANATO, Marcus e SANTOS, Claudia Penha dos (org). **MAST COLLOQUIA**, vol.7, 2005. P. 11-21. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/940/1/mast_colloquia_7.pdf.
- PEREIRA, Carlos José da Costa. *A cerâmica popular da Bahia*. Salvador: Livraria Progresso, 1957.
- PEREIRA, Hugo. Fábrica cerâmica do Carvalhinho – história e ação social, desportiva e cultural. **1º Encontro de História e Investigação**. Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 23 e 24 de Março de 2007. Disponível em: [file:///C:/Users/Rita/Downloads/Fabrica_Ceramica_do_Carvalhinho_Historia%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Rita/Downloads/Fabrica_Ceramica_do_Carvalhinho_Historia%20(1).pdf) f. Acessado em: 13 ago 2018
- PEREIRA, Hugo. A ação social, desportiva e cultural da Fábrica do Carvalhinho. **Revista GAIA**. Dez 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Rita/Downloads/A_accão_social_desportiva_e_cultural_da.pdf. Acessado em: 13 ago 2018
- PEZZODIPANE, Rosane Vieira. Pós-colonial: a ruptura com a história única. Simbiótica; razão e sensibilidades, UFES, v. único, n. 3. Vitória, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/simbiotica/article/view/5494> Acesso: 07/03/2018
- PILEGGI, Aristides. **Cerâmica no Brasil e no mundo**. São Paulo: [s.n.], 1958.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- RILEY, Noël. **A arte do azulejo: a história, as técnicas, os artistas**. Trad. Marisa Costa. Lisboa, 2004.

RISÉRIO, Antonio. **Uma história da Cidade da Bahia**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: Nascimento do consumo séc. XVII – XIX**. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RUIZ GARCIA, Afonso. La cerámica en vidrado verde de Museo de la Alhambra. In: Patronato de la Alhambra y Generalife (Coord.). **Catálogo de la Exposición Los jarrones de la Alhambra: simbología y poder**. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife, 2006.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1551-1755**. Tradução de Sergio Duarte. Brasília, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. A Fundação das Misericórdias e a Rainha Leonor (1458-1525): uma reavaliação. In: **Jornadas de estudo sobre as Misericórdias**, 2, Penafiel, Portugal, 2009 – “As Misericórdias Quinhentistas.” [Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel, 2009]. p. 15-33. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10545>. Acesso: 28 maio 2018.

SAAVEDRA MENDEZ, J. **Conservacion y restauracion de antiguidades y objetos de arte**. Buenos Aires: Ediciones Centurión, 1945.

SANDÃO, Arthur de. **Faiança portuguesa: séculos XVIII e XIX**. Lisboa: Livraria civilização, 1976.

SANTOS, Felix Souza. **O pão nosso de cada dia: a farinha de mandioca na cidade da Bahia e sua lavoura no vale do copioba no Recôncavo Baiano**. 2018. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/499/1/TESEFELIXSANTOS.pdf>

SANTOS NETA, Cidália de Jesus Ferreira dos. **Tesselas da Museologia: a documentação e a comunicação dos embrechados nas igrejas do Recôncavo Baiano**. 2017. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Museologia PPGMuseu) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/ritta.maria/Downloads/dissertacao_final_25.05.2017%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ritta.maria/Downloads/dissertacao_final_25.05.2017%20(1).pdf)

SANTOS, Reynaldo dos. **Faiança portuguesa: séc. XVI e XVII**. Porto: Galaica, 1960.

SCHWARCZ, Lília M. e STARLING, Heloisa H. **Brasil: uma história biográfica**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015;

SCOLARI, Keli Cristina. **Cerâmicas em Faiança existentes nos casarões do Centro Histórico de Pelotas, RS**. 2012. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/1048?mode=full>. Acessado em: 26 jun. 2018.

SEBASTIAN, Luís. **A produção oleira de faiança em Portugal: séculos XVI-XVIII**. 2010. Tese (Doutorado em História com especialidade de Arqueologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

SIMÕES. Iaçanã. **A cerâmica tradicional de Maragojipinho**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: http://www.ppgav.eba.ufba.br/sites/ppgav.eba.ufba.br/files/2016_-_iacana_costa_simoes.pdf

SIMÕES FILHO, Afrânio Mário. **Política de abastecimento na economia mercantil: O Celeiro Público da Bahia, 1785-1866**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17604/1/Tese%20de%20Afr%C3%A2nio%20M%C3%A1rio%20Sim%C3%B5es%20Filho.pdf>

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora da USP, 1971.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **O primeiro século do Brasil: da expansão da Europa Ocidental aos governos gerais das terras do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 1999.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Nazaré: cidade do rio moreno**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Editora Itapuã, 1969. 3v

ZANETTI, Paulo. Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. **Revista Arqueologia**. Curitiba, 5: 117-30, 1986). Disponível em: [file:///G:/DOCUMENTOS%20COMPUTADOR%20ROSA/Aulas%20Arte%20e%20patrim%C3%B4nio/artigo%20final%20p%C3%B3s%20arte/p%C3%B3s%20artigo/pequeno-roteiro-paulozanettini%20\(1\)%20\(1\).pdf](file:///G:/DOCUMENTOS%20COMPUTADOR%20ROSA/Aulas%20Arte%20e%20patrim%C3%B4nio/artigo%20final%20p%C3%B3s%20arte/p%C3%B3s%20artigo/pequeno-roteiro-paulozanettini%20(1)%20(1).pdf). Acessado em: 15 nov. 2019.

SITES CONSULTADOS

<https://hah.life/video/yK3nWsHL1j2U/-/Vasos%20em%20argila> Acessado em: 28/01/2019.

<http://apoenaceramica.blogspot.com/2011/08/oficina-de-ceramica-para-criancas.html>
Acessado em: 28/01/2019.

<https://www.metmuseum.org/toah/works-of-art/1983.546.4/> Acessado em: 28/01/2019.

https://www.vigoenfotos.com/china/xian_guerreros_terracota_1_1.pt.html. Acessado em: 28/01/2019.

<http://www.encantocaboclo.com.br/2011/07/ceramica-marajoara.html> Acessado em: 28/01/2019.

<https://www.google.com.br/maps/search/Nazar%C3%A9+Reconcavo+/@-12.904447,-39.0778315,10z/data=!3m1!4b1> Acessado em 05/12/2018

<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1> Acessado em 17/11/2018

<http://historiadeverdade1.blogspot.com/2012/04/os-saveiros-de-pierre-verger.html>

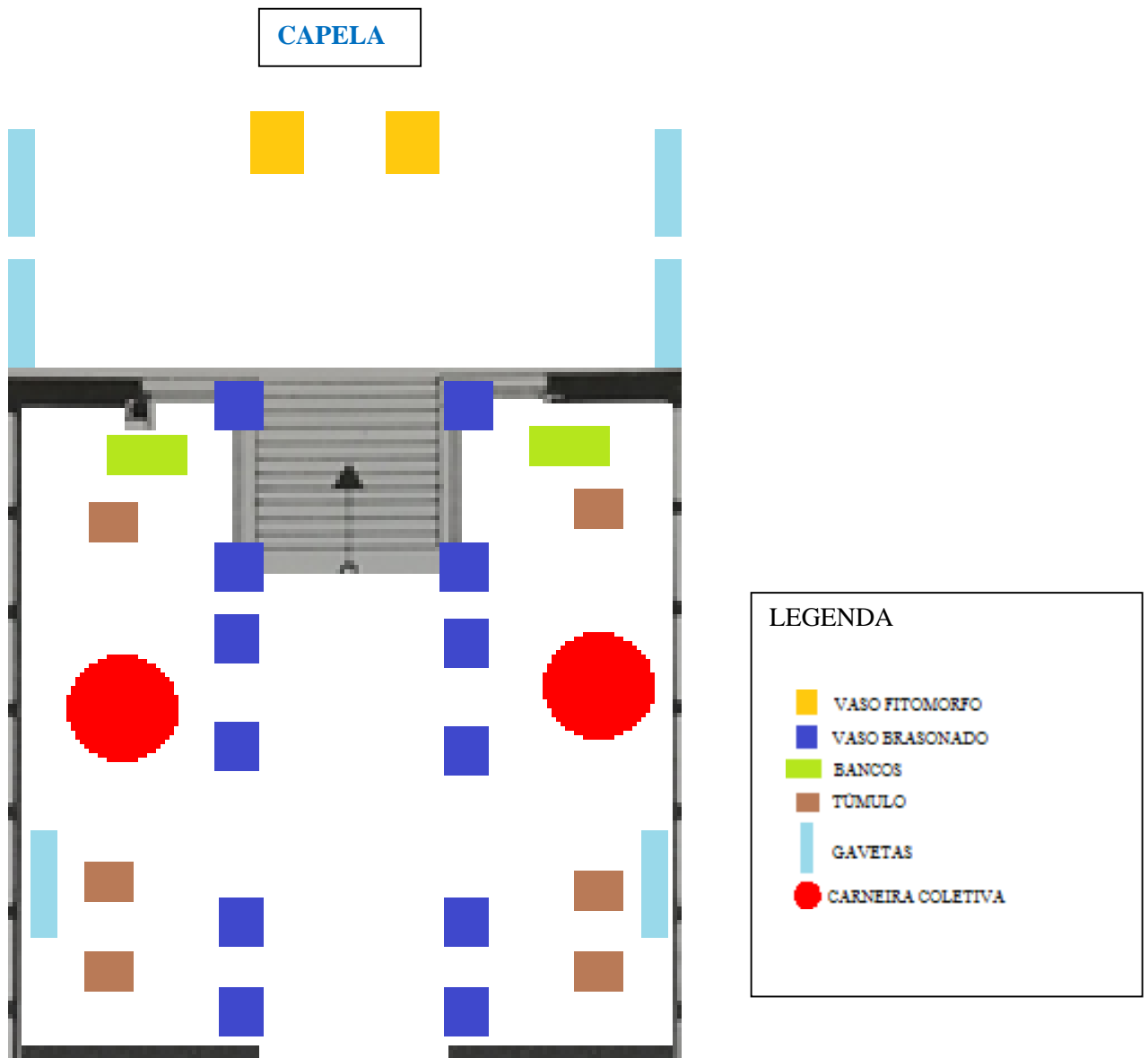
Acessado em: 28/01/2019

<http://varelanoticias.com.br/wp-content/uploads/2015/08/PanDaniloBorges.jpg>

Acessado em 05/12/2018

APÊNDICES

APENDICE A – DISPOSIÇÃO ARQUITETONICA NO CEMITÉRIO NOSSO
SENHOR DOS AFLITOS



APENDICE B – DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

IDENTIFICAÇÃO		nº VASO 01
OBJETO:	Vaso	
DECORAÇÃO:	Brasonado	
ORIGEM:	Fábrica Carvalhinho, Porto, Portugal.	
PROPRIETÁRIO:	Santa Casa de Misericórdia.	
LOCALIZAÇÃO:	Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Rua padre Antunes, Nazaré/Ba.	
ÉPOCA/PERÍODO:	1863.	

FOTOS





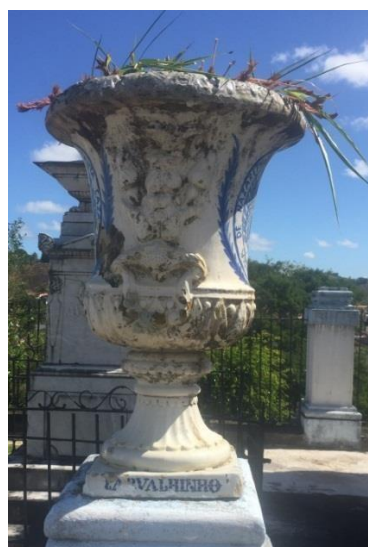
IDENTIFICAÇÃO		nº VASO 02
OBJETO:	Vaso	
DECORAÇÃO:	Brasonado	
ORIGEM:	Fábrica Carvalhinho, Porto, Portugal.	
PROPRIETÁRIO:	Santa Casa de Misericórdia.	
LOCALIZAÇÃO:	Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Rua padre Antunes, Nazaré/Ba.	
ÉPOCA/PERÍODO:	1863.	
OBSERVAÇÃO:	Este vaso foi coletado para trabalho de conservação no LADA.	

FOTOS



IDENTIFICAÇÃO		nº VASO 03
OBJETO:	Vaso	
DECORAÇÃO:	Brasonado	
ORIGEM:	Fábrica Carvalhinho, Porto, Portugal.	
PROPRIETÁRIO:	Santa Casa de Misericórdia.	
LOCALIZAÇÃO:	Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Rua padre Antunes, Nazaré/Ba.	
ÉPOCA/PERÍODO:	1863.	

FOTOS



IDENTIFICAÇÃO		nº VASO 04
OBJETO:	Vaso	
DECORAÇÃO:	Brasonado	
ORIGEM:	Fábrica Carvalhinho, Porto, Portugal.	
PROPRIETÁRIO:	Santa Casa de Misericórdia.	
LOCALIZAÇÃO:	Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Rua padre Antunes, Nazaré/Ba.	
ÉPOCA/PERÍODO:	1863.	

FOTOS



IDENTIFICAÇÃO		nº VASO 05
OBJETO:	Vaso	
DECORAÇÃO:	Brasonado	
ORIGEM:	Fábrica Carvalhinho, Porto, Portugal.	
PROPRIETÁRIO:	Santa Casa de Misericórdia.	
LOCALIZAÇÃO:	Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Rua padre Antunes, Nazaré/Ba.	
ÉPOCA/PERÍODO:	1863.	

FOTOS



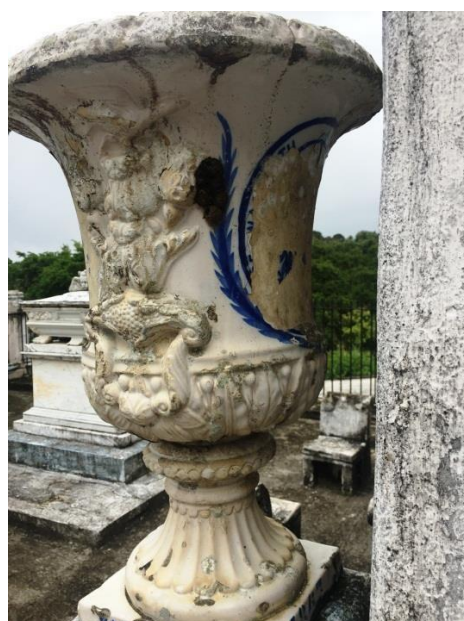
IDENTIFICAÇÃO		nº VASO 06
OBJETO:	Vaso	
DECORAÇÃO:	Brasonado	
ORIGEM:	Fábrica Carvalhinho, Porto, Portugal.	
PROPRIETÁRIO:	Santa Casa de Misericórdia.	
LOCALIZAÇÃO:	Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Rua padre Antunes, Nazaré/Ba.	
ÉPOCA/PERÍODO:	1863.	

FOTOS



IDENTIFICAÇÃO		nº VASO 07
OBJETO:	Vaso	
DECORAÇÃO:	Brasonado	
ORIGEM:	Fábrica Carvalhinho, Porto, Portugal.	
PROPRIETÁRIO:	Santa Casa de Misericórdia.	
LOCALIZAÇÃO:	Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Rua padre Antunes, Nazaré/Ba.	
ÉPOCA/PERÍODO:	1863.	

FOTOS



IDENTIFICAÇÃO		nº VASO 08
OBJETO:	Vaso	
DECORAÇÃO:	Brasonado	
ORIGEM:	Fábrica Carvalhinho, Porto, Portugal.	
PROPRIETÁRIO:	Santa Casa de Misericórdia.	
LOCALIZAÇÃO:	Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Rua padre Antunes, Nazaré/Ba.	
ÉPOCA/PERÍODO:	1863.	

FOTOS



IDENTIFICAÇÃO		nº VASO 09
OBJETO:	Vaso	
DECORAÇÃO:	Brasonado	
ORIGEM:	Fábrica Carvalhinho, Porto, Portugal.	
PROPRIETÁRIO:	Santa Casa de Misericórdia.	
LOCALIZAÇÃO:	Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Rua padre Antunes, Nazaré/Ba.	
ÉPOCA/PERÍODO:	1863.	

FOTOS



IDENTIFICAÇÃO		nº VASO 10
OBJETO:	Vaso	
DECORAÇÃO:	Brasonado	
ORIGEM:	Fábrica Carvalhinho, Porto, Portugal.	
PROPRIETÁRIO:	Santa Casa de Misericórdia.	
LOCALIZAÇÃO:	Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Rua padre Antunes, Nazaré/Ba.	
ÉPOCA/PERÍODO:	1863.	

FOTOS



IDENTIFICAÇÃO		nº VASO 11
OBJETO:	Vaso	
DECORAÇÃO:	Brasonado	
ORIGEM:	Fábrica Carvalhinho, Porto, Portugal.	
PROPRIETÁRIO:	Santa Casa de Misericórdia.	
LOCALIZAÇÃO:	Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Rua padre Antunes, Nazaré/Ba.	
ÉPOCA/PERÍODO:	1863.	

FOTOS



IDENTIFICAÇÃO		nº VASO 12
OBJETO:	Vaso	
DECORAÇÃO:	Brasonado	
ORIGEM:	Fábrica Carvalhinho, Porto, Portugal.	
PROPRIETÁRIO:	Santa Casa de Misericórdia.	
LOCALIZAÇÃO:	Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Rua padre Antunes, Nazaré/Ba.	
ÉPOCA/PERÍODO:	1863.	

FOTOS



IDENTIFICAÇÃO		nº VASO 13
OBJETO:	Vaso	
DECORAÇÃO:	Fitomorfo	
ORIGEM:	Fábrica Carvalhinho, Porto, Portugal.	
PROPRIETÁRIO:	Santa Casa de Misericórdia.	
LOCALIZAÇÃO:	Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Rua padre Antunes, Nazaré/Ba.	
ÉPOCA/PERÍODO:	1863.	

FOTOS











IDENTIFICAÇÃO		nº VASO 14
OBJETO:	Vaso	
DECORAÇÃO:	Fitomorfo	
ORIGEM:	Fábrica Carvalhinho, Porto, Portugal.	
PROPRIETÁRIO:	Santa Casa de Misericórdia.	
LOCALIZAÇÃO:	Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Rua padre Antunes, Nazaré/Ba.	
ÉPOCA/PERÍODO:	1863.	

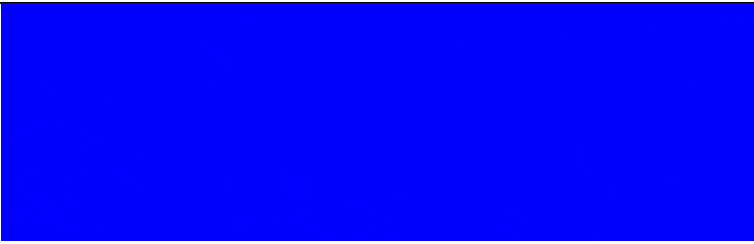


FOTOS

APÊNDICE C
ESTUDO DA COR BRANCA

BRANO PURO	
BRANCO GELO	
BRANCO PEROLA	

APÊNDICE D
ESTUDO DA COR AZUL

AZUL DA PRÚSSIA	
AZUL COBALTO	
AZUL MARINHO	
AZUL INDIGO	
AZUL KLEIN	

AZUL PURO	
AZUL TURQUESA	
AZUL CELESTE	
AZUL BEBÊ	